

**Identities and Memories in Non-Governmental Organizations –  
Creation and Reproduction of Dialogues of a Foundational Spirit**

**Melanie-Anne Guimarães Morais**

**Dissertation in Anthropology**

**(September, 2012)**

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Antropologia, área de especialização Direitos Humanos e Movimentos Sociais, realizada sob a orientação científica da Professora Doutora Paula Godinho, Professora Auxiliar do Departamento de Antropologia da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas.

Este trabalho é financiado por Fundos Nacionais através da FCT - Fundação para a Ciência e Tecnologia no âmbito do projecto PEst-OE/ELT/UI0657/2011.

## **[RESUMO]**

### **[Identities and Memories in Non-Governmental Organizations – Creation and Reproduction of Dialogues of a Foundational Spirit]**

[Melanie-Anne Guimarães Moraes]

**PALAVRAS-CHAVE:** Identidade, Memória, Comunidades Imaginadas, Estado-Nação, Organização Não Governamental, Globalização.

A celebração do 30.º aniversário da organização não governamental Amnistia Internacional em Portugal e dos 50 anos da organização a nível mundial, em 2011, configurou um terreno ideal para a observação e análise das determinantes da identificação organizacional e reprodução de memórias no tempo e espaço, desta “comunidade imaginada” (Anderson, 1983) que se pretende transnacional. Este trabalho, de fronteira disciplinar e cruzamento de saberes, propõe uma reflexão sobre o processo da memória – entendido, na linha de Maurice Halbwachs, como colectiva e construída – dentro da organização, nomeadamente sobre os fatores e episódios exaltados como conquistas e procurar compreender de que modo a organização recorre, cria e recria os símbolos organizacionais, bem como uma reflexão sobre o papel dos indivíduos no processo de identificação com os projectos e programas desenvolvidos pelas ONG, pela recolha e análise das histórias de vida de membros de diferentes gerações.

*Dedicatória pessoal*

*À minha avó Isaura,  
Pai e Carlos, David e José Luís.*

## **AGRADECIMENTOS**

No momento de apresentação do presente texto, com vista à obtenção do grau académico de Mestre pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, e tendo em conta que este foi fruto de um ato de colaboração, venho proceder aos sentidos agradecimentos.

Assim, gostaria de agradecer em primeiro lugar à Professora Doutora Paula Godinho, minha orientadora, pela sua generosidade, sentido crítico e pela criação de inquietações que me enriqueceram e determinaram a evolução deste trabalho.

Agradeço ao IELT – Instituto de Estudos de Literatura Tradicional, por todo o apoio dado a esta investigação.

Agradeço aos meus professores e colegas de mestrado que, perante o desafio de integrar um mestrado numa área de conhecimento nova, me proporcionaram dois anos ricos de discussão, aprendizagem e apoio.

Agradeço à minha família e amigos, pelo seu apoio incondicional, em momentos de incerteza e dúvida, que ajudaram a levar a bom porto este trabalho.

Por último, quero agradecer à Amnistia Internacional Portugal, minha segunda casa nos últimos anos e fonte inspiradora da presente investigação, em particular à Ana Monteiro, Victor Nogueira, Lucília-José Justino, Sónia Pires, António Belo, Ana Margarida Ferreira e Maria Ângela Pires, por terem cedido o seu tempo e apoio a este meu projecto.

Eventuais erros presentes neste trabalho são da minha inteira responsabilidade.

## **ÍNDICE**

### **PARTE I – A GLOBALIZAÇÃO, O ESTADO-NAÇÃO E O RESSURGIMENTO DA SOCIEDADE CIVIL.**

CAPÍTULO 1 – Introdução: problema e métodos.	1
CAPÍTULO 2 – Contexto: a “compressão global” e o Estado-Nação em relação.	12
CAPÍTULO 3 – A fluidez e flexibilidade reveladas: as organizações não governamentais ocupam o vazio.	19

### **PARTE II – A COMUNIDADE IMAGINADA.**

CAPÍTULO 4 – O resgate da utopia na “modernidade líquida”: a construção de comunidades imaginadas.	26
CAPÍTULO 5 – “Os prisioneiros esquecidos”: a génese de um movimento pelos Direitos Humanos.	34
CAPÍTULO 6 – “Melhor acender uma vela do que amaldiçoar a escuridão”: os símbolos organizacionais.	51

### **PARTE III – A CONSTRUÇÃO DE MEMÓRIAS.**

CAPÍTULO 7 – “O homem não vive só do tempo de agora, mas desloca-se pelo passado e anseia pelo porvir”: vozes múltiplas de uma memória colectiva.	59
CAPÍTULO 8 – “30 anos a conspirar pela esperança”: a celebração em análise.	88
<b>CONCLUSÃO</b>	97

<b>FONTES</b>	vii
---------------	-----

<b>BIBLIOGRAFIA</b>	viii
---------------------	------

<b>ANEXOS</b>	xvi
---------------	-----

## **CAPÍTULO 1 – Introdução: problema e métodos.**

*“O homem não vive só do tempo de agora, mas desloca-se pelo passado e anseia pelo porvir – é a dialéctica própria da condição humana”, Magalhães Godinho<sup>1</sup>.*

O presente trabalho pretende reflectir sobre a identidade e recriação de memórias e discursos legitimadores, a partir do espírito fundacional de uma organização de Direitos Humanos transnacional – a Amnistia Internacional.

A Amnistia Internacional (AI) serve-nos para interrogar uma comunidade global imaginada (Anderson, 1983) que se apresenta assente em estruturas nacionais e locais de defensores dos Direitos Humanos, composta por voluntários e profissionais, regidos pelos princípios de solidariedade internacional, pela acção efectiva no caso das vítimas individuais, por uma cobertura global que atende à universalidade e indivisibilidade dos Direitos Humanos<sup>2</sup>, imparcialidade, independência, democracia e respeito mútuo.

O “mito fundacional” da AI diz que esta foi criada em 28 de maio de 1961, quando o advogado britânico Peter Benenson, ao tomar conhecimento da prisão de dois estudantes de suposta nacionalidade portuguesa, lançou um apelo no sentido de se organizar uma ajuda prática às pessoas presas devido às suas convicções políticas ou religiosas, ou em virtude de preconceitos raciais ou linguísticos.

---

<sup>1</sup> In: Godinho, outubro 2011, p. 30.

<sup>2</sup> A American Anthropological Association reagiu, em 1947, à intenção do desenho de uma Declaração Universal de Direitos Humanos. Karen Engle procedeu à reflexão comparativa entre a Declaração sobre os Direitos do Homem (*Statement on Human Rights*), elaborado pela AAA, em 1947, e a Declaração sobre Antropologia e Direitos Humanos (*Declaration on Anthropology and Human Rights*), de 1999. A Declaração de 1947 pretendia avisar as Nações Unidas sobre o perigo de se adoptar uma carta universal de direitos que não tivesse em conta as particularidades culturais, alegando a necessidade de aplicação do princípio da tolerância pela diferença, a preferência pelo colectivo em detrimento do indivíduo, referindo as similitudes culturais e biológicas e o reconhecimento da existência de conflitos entre culturas. A Declaração de 1999 surge como resposta à de 1947, na procura de estratégias que mediassem a tensão entre os Direitos Humanos e o Relativismo: recorrendo a Boas, afirmando o direito à cultura, na necessidade de diferenciar os tipos de relativismo (na definição dos limites à tolerância) e na prossecução de valores transculturais, cabendo à Antropologia o papel de colher e analisar os dados empíricos, seu principal contributo para a advocacia dos Direitos Humanos. Engle considera ainda a instrumentalização dos Direitos Humanos (para a protecção e promoção dos direitos dos povos indígenas) na origem deste renovado interesse nos Direitos Humanos pela Antropologia, expressa nos casos escolhidos e letra da Declaração de 1999. Enquanto a declaração de 1947 era céptica em relação aos Direitos Humanos, a de 1999 adoptou a retórica dos Direitos Humanos (Engle, 2001).

A AI, que é uma organização não governamental (ONG), pretende agir, simultaneamente, a diferentes níveis: global, internacional, regional, nacional e pessoal, entre as campanhas globais e o activismo local, de acordo com o princípio “One Amnesty”<sup>3</sup>, segundo o qual todas as estruturas da AI deverão falar a uma só voz e num só sentido, num esforço de globalização organizacional efectiva.

A Plataforma Portuguesa das Organizações Não Governamentais para o Desenvolvimento define organizações não governamentais enquanto *“associações da sociedade civil, sem fins lucrativos, que acolhem no seu interior especificidades que as diferenciam do Estado e de outras organizações e/ou instituições privadas. O movimento das ONG é bastante heterogéneo, estando a sua criação relacionada com diferentes circunstâncias, reflectindo diversas tradições e culturas. As ONG podem ser classificadas de diferentes maneiras, segundo as suas actividades, a sua influência geográfica, etc.”*<sup>4 5</sup>.

---

<sup>3</sup> A visão de Sally Engle Merry (1992) na sua reflexão sobre a antropologia do direito, permite reflectir sobre as iniciativas transnacionais da AI, enquanto organização não-governamental composta por activistas, um processo não só material mas emocional de recriação nas diferentes estruturas locais e nacionais de um mesmo objectivo. O conceito “One Amnesty”, no sentido de uma cultura organizacional comum que ultrapassa as fronteiras de um só país, pretende envolver e ser transversal a vários países, concretizando o impacto socioeconómico desejado – o fim último das transformações internas da organização passará sempre pela concretização de um mundo em que cada pessoa goze de todos os direitos consagrados na Declaração Universal dos Direitos Humanos e em outros acordos internacionais sobre Direitos Humanos. A importância destes instrumentos jurídicos, e o seu alcance universal, está na base da cobertura global do trabalho desenvolvido pela AI (agindo localmente, em função de campanhas globais definidas pelo movimento), num mundo rapidamente mutável. Da criação de uma cultura organizacional verdadeiramente transnacional, podemos verificar a tentativa de aumento do poder da organização e melhorar o seu posicionamento no movimento global de Direitos Humanos, bem como o objectivo de atrair novos membros a fazer parte de um movimento forte, cuja visibilidade e impacto mundial é reconhecido num mundo cada vez mais competitivo de ONG.

<sup>4</sup> In: <<http://www.plataformaongd.pt/ongd.aspx>>.

<sup>5</sup> Para Stella Mascarenhas-Keys (2001) existe uma considerável confusão geral sobre o significado de “ONG”. O seu sentido mais amplo inclui agências de ajuda humanitária e agências de assistência social, organizações de inovação técnica, organizações de desenvolvimento popular, organizações de desenvolvimento local, grupos de defesa ou mesmo redes sociais. Parte do problema se consubstancia na não diferenciação entre função, propriedade, e a escala de operação como parte de uma sub-categorização dessas organizações, podendo assim englobar desde associações locais de vizinhos a organizações que operam ao nível global. Face a este desafio, Mascarenhas-Keys sugere, então, a distinção entre dois tipos de ONG. Assim, distingue 1) organizações associativas, compostas e eleitas pelos membros, entendendo aqui os indivíduos que procuram servir e representar, dando o exemplo de associações de agricultores ou associações de pais e professores nas escolas, de 2) organizações formadas por pessoas que são socialmente, profissionalmente e, por vezes, etnicamente distintas dos destinatários das suas acções. (Gellner and Hirsch, 2001, p. 205-220).



No espaço político criado por interdependências em constante mutação entre actores políticos, pela globalização do capitalismo e do poder e pelo declínio dos Estados nacionais, um número crescente de grupos vagamente identificados como “organizações não governamentais” assumiram uma multiplicidade de actividades, incluindo a promoção dos Direitos Humanos, bem como muitos outros objectivos até aqui ignorados ou que eram assumidos por agências governamentais<sup>6</sup>.

Numa época de clara erosão do Estado-Nação, confrontado com os desafios colocados por riscos transnacionais, imputáveis à intensificação da globalização, e face à maior incapacidade de resposta individual dos Estados aos problemas que compreendem em si um esbatimento de fronteiras, é desejável uma cooperação entre aqueles, necessariamente baseada no Direito Internacional, e entre os Estados e as organizações não governamentais, que criam uma cultura própria, de acordo com o espírito e valores fundacionais, que serão transmitidos pela memória colectiva dos seus membros e que lhes permitirá identificar como algo que é “seu”.

Segundo Fisher, a concepção de novas ordens mundiais decorre da percepção de turbulência na política mundial, da volatilidade das sociedades culturalmente diversas, da aceleração da globalização e da sensação de que alguns Estados-Nação já não são fontes óbvias e legítimas de autoridade sobre a sociedade civil. Durante este período, a acção colectiva local, regional e transnacional tem captado a atenção de agentes para o desenvolvimento, políticos e cientistas sociais (Fisher, 1997, p. 439-464).

O aparecimento de novas ONG, a assunção de novas funções, bem como a criação de inovadores e cada vez mais complexos e abrangentes vínculos formais e informais, com um profundo impacto tanto sobre o mundo, entendido como um todo, como sobre a vida local, elevam a complexidade de qualquer reflexão sobre ONG.

---

<sup>6</sup> Fisher relembra, contudo, que as ONG encontram-se muitas vezes intimamente ligadas aos seus governos, em relações que são ambivalentes e dinâmicas, por vezes de cooperação outras vezes contenciosas (por vezes simultaneamente). Fisher exemplifica com um factor chave que determina a orientação das ONG e a sua capacidade de se organizar livremente – o espaço público, fornecido pelos próprios governos, cedido por sua própria iniciativa ou por serem a isso forçados (em função de necessidade económica ou imposição de agências internacionais). Não surpreende assim que os governos, por sua vez, reconheçam nas ONG um enfraquecimento da hegemonia do Estado e tenham criado mecanismos de controlo, através da criação de agências governamentais (Fisher, 1997, p. 439-464).

Estas mudanças, decorrentes da globalização, não só enriquecem a nossa compreensão sobre as ligações locais e translocais, que permitem e condicionam os fluxos de ideias, de conhecimentos e de pessoas, como também nos convida a reconsiderar as noções convencionais de administração pública, bem como as ideias de Foucault sobre governamentalidade e tecnologias de controlo.

Marc Abélès (2006), partindo do pressuposto que já vivemos outros momentos globalizantes, define globalização como uma era caracterizada por um nível de integração e interligação inéditos, decorrentes do surgimento de novos padrões de vida e de instituições sociais, como ONG ou organizações internacionais. Para Abélès, a globalização é um fenómeno cultural, que corresponde a uma profunda mudança da nossa percepção do tempo e espaço. Refere-se tanto à compressão do mundo (que pode ser percebida como ameaça pela introdução de alteridade) e à intensificação da nossa consciência do mundo como um todo. Para Boaventura de Sousa Santos (1997, p. 11-32) a globalização configura o “processo pelo qual determinada condição ou entidade local estende a sua influência a todo o globo e, ao fazê-lo, desenvolve a capacidade de designar como local outra condição social ou entidade trivial”.

Qual é, então, o papel da governamentalidade neste contexto de “compressão global” de Abélès (2006)? O final do século XX é, simultaneamente, marcado pelo colapso do comunismo, pela financeirização da economia e a sua desregulamentação em todo o mundo, escapando à esfera dos Estados. Abélès considera que a política das grandes potências, que atingiu seu auge com a guerra fria e de concertação entre aliados<sup>7</sup>, expressa num mundo centrado em torno da divisão este-oeste, deu lugar a

---

<sup>7</sup> Sobre a guerra fria e a concertação entre aliados, Robert J. Art (1998, p. 383-403) considera que a criação de concertos e alianças eficazes é determinada por um elevado consenso entre potências ou aliados. Aqui o consenso, expressão muito glosada a partir de António Gramsci, depende de um conjunto preexistente de interesses comuns entre os Estados, que são geralmente determinados por um conjunto de acontecimentos históricos e condições internacionais. Mas a concertação não existe unicamente por causa da partilha de interesses, embora este seja o factor mais importante na sua criação: a liderança e as instituições desempenham um papel importante na criação e prossecução de interesses comuns. O sistema de alianças do pós-II Guerra Mundial, exemplifica, determinou a menor probabilidade de ocorrência de uma guerra entre as grandes potências, embora tal não desminta as chamadas “guerras de baixa intensidade”. Considera que apesar das várias tentativas de julgar as alianças como um fenómeno sem importância na política internacional contemporânea, o desejo de reforçar a segurança através do alinhamento com os outros continua a ser um aspecto importante da diplomacia. Afirma Art que embora o *bandwagon*, onde os Estados tendem a aliar-se com o Estado mais

uma realidade mais complexa. Um dos efeitos mais visíveis da globalização é a ampliação das desigualdades, desde logo entre o norte e o sul, e uma desintegração dos tradicionais tecidos sociais e culturais. A existência de um palco global transforma a nossa percepção do poder, a figura do Estado-Nação é profundamente posta em causa e das novas solidariedades translocais (resultantes da proliferação de grupos desterritorializados e a diversidade das diásporas) emergem construções identitárias que ultrapassam o quadro nacional. As novas formas de organização mostram uma fluidez (Bauman, 2007) e flexibilidade que contrastam com as estruturas rígidas dos aparelhos estatais tradicionais. As ONG são altamente representativas de um novo modelo político, diretamente ancorado na sociedade civil, que transcende as fronteiras nacionais, explicado igualmente pela fragilidade dos Estados-Nação.

Abélès destaca o elemento de incerteza presente na mente das pessoas, de ansiedade antropológica, que convive com a esperança de que é possível viver melhor e por mais tempo. Com o aumento do poder da representação política que coloca a vida e a sobrevivência no centro da ação política, a pólis e a relação do indivíduo com a soberania são relegados para segundo plano. O progresso, traduzido em insegurança nas suas múltiplas formas, transforma o futuro em ameaça, à qual nenhuma autoridade consegue realmente dar resposta, na sociedade de risco global de Ulrich Beck (Abélès, 2006).

O fenómeno das ONG encaixa-se nesta percepção de um mundo marcado pela ameaça e risco, que relembram a precariedade da condição humana. O progresso traduzido em tecnologia, como as redes mundiais de telecomunicações interactivas, possibilita ainda o envolvimento directo de um indivíduo numa ação de nível global, enquanto confinado a um local, e contribui para mudar a ordem tradicional das coisas, transformando o indivíduo em actor global. Gradualmente, os poderes político e económico têm compreendido a importância de envolver a chamada “sociedade civil” nas suas decisões. Para Emmanuel Gyimah-Boadi (2001, p. 111-140), a sociedade civil

---

forte ou mais ameaçador, possa ocorrer em determinadas circunstâncias, os Estados formam alianças para o equilíbrio contra ameaças. Conclui que embora a *solidariedade ideológica*, que determina a formação de alianças entre nações de sistemas domésticos de valores políticos semelhantes e popular durante a guerra fria, possa reforçar o desejo de equilíbrio contra uma ameaça comum, uma ideologia comum pode ser uma poderosa fonte de conflito e divisão.

refere-se ao campo entre o Lar e o Estado, povoado por grupos e associações voluntárias, partilhando interesses comuns e amplamente autónomos do Estado, incluindo associações voluntárias, organizações religiosas e meios de comunicação, principalmente os meios de comunicação não estatais. Importante componente dos movimentos nacionalistas que combateram o regime colonial e trouxeram independência aos respectivos países nos anos 60, considera que o seu desenvolvimento foi gravemente restringido e a sua capacidade para promover o desenvolvimento democrático circunscrita pelos regimes autoritários em busca de hegemonia<sup>8</sup>.

Em Magalhães Godinho, encontramos a sociedade civil identificada como reivindicação das massas, motivada pela “crise generalizada dos regimes democráticos, a situação precária do trabalho e o afastamento dos cidadãos do funcionamento institucional” (Godinho, 2011, p. 36), agindo fora dos quadros das instituições, contra o despotismo do Estado, contraposta pois ao conceito original de Spinoza e Locke.

Para Gramsci, a sociedade civil é constituída por uma série de organismos, tais como igrejas, sindicatos, partidos, cooperativas, entidades cívicas, que, se por um lado prolongam a dinâmica do Estado encontram as suas raízes nas pessoas. Considera que esse duplo carácter da sociedade civil a torna um terreno privilegiado de transformações políticas, possibilitando algum controlo por parte do Estado, possibilitada pela continuidade da relação entre as instituições da sociedade civil e os aparelhos de poder do Estado, organizados em torno de uma identidade semelhante<sup>9</sup>.

---

<sup>8</sup> Para Emmanuel Gyimah-Boadi (2001, p. 111-140), a Sociedade Civil deu a sua contribuição mais significativa no período pós-guerra fria e pós-comunista – a chamada “segunda libertação de África”. A vaga de activismo é reflexo do prestígio ganho pela queda das instituições estatais e papéis heroicos desempenhados e da melhoria das liberdades associativas e meios de comunicação, consolidando a democratização ao contribuir para a densidade transversal e criação de uma rede não estatal de projectos anti-hegemónicos, atraindo talentos e o apoio dos doadores com o financiamento directo à Sociedade Civil. O envolvimento da Sociedade Civil é chave para a construção da propriedade, da legitimidade e da democracia, tendo contudo um lado vicioso e incivil, de valores não liberais, constituído maioritariamente por organizações verticalmente compostas ou de estruturas primordiais. Para minimizar o lado vicioso será necessário o aumento do número e qualidade de organizações da sociedade civil; desenvolver a independência, autonomia e capacidades organizativas; promover a transparência, responsabilização e democracia interna; desenvolver mentalidade pública; e atenção ao quadro legal e constitucional.

<sup>9</sup> In: Castells, 2007, p. 6.

Assim, a sociedade civil nunca chega a estar verdadeiramente fora da esfera do Estado, se considerarmos que “a administração pública, as organizações dos grandes sistemas públicos e todas as actividades do Estado constituem uma das condicionantes da estrutura social e nela se integram” (Godinho, 2011, p. 37).

Na esteira de Abélès, a política global ainda depende das estratégias dos Estados-Nação. No entanto, como o impacto das iniciativas relacionadas com a economia de sobrevivência e expressão no espaço público da mobilização de ONG e nos fóruns transnacionais demonstram, a política global impõe o seu próprio sistema e coloca sob pressão os poderes que a controlam de modo imperfeito, contaminando a soberania. O que tem de ser esclarecido é o próprio sentido que damos hoje à política, e nossa percepção da dimensão política, que está em processo de mudar radicalmente.

À medida que avançamos em direcção a uma ordem jurídica múltipla, determinada pela comunicação global sobre as regras e processos, o direito, nomeadamente o Direito Internacional plasmado na Declaração Universal dos Direitos Humanos e acordos internacionais, e as acções globais tomadas com base e como respostas a esta (desde logo a acção global do “One Amnesty” que surge como resposta do movimento à percepção generalizada da globalização, posicionando estrategicamente a organização), determinarão profundamente os diferentes contextos locais.

Face ao exposto, será possível estabelecer uma verdadeira cultura organizacional nesta “comunidade imaginada” (Anderson, 1983) que se pretende transnacional? Anderson definiu a nação como “comunidade política imaginada”, imaginada tanto como inerentemente limitada e soberana. Os membros da comunidade imaginada possuem a imagem mental da sua afinidade, pela impossibilidade de conhecer pessoalmente todos os seus membros. São limitadas porque têm fronteiras, para além das quais encontramos as outras comunidades, e soberanas porque nenhuma outra comunidade pode reclamar autoridade sobre ela.

Outro dos objectivos propostos pelo presente trabalho reside na reflexão do papel dos indivíduos no processo de identificação com os projectos e programas

desenvolvidos pelas ONG, que pressupõe a partilha de um desejado espírito comum e conhecimento recíproco. Estes indivíduos agem no sentido do seu desenvolvimento e concretização de objectivos para a resolução de problemas que atravessam fronteiras, no resgate da utopia numa modernidade líquida, aqui contrariando Bauman<sup>10</sup>, para quem num mundo repleto de “comunidades imaginadas”, não é possível um resgate da utopia na modernidade líquida, onde formas sociais, estruturas enquanto instituições, padrões, com solidez na modernidade, transformaram-se, liquidificam, pela generalização da incerteza e da precariedade decorrentes do neoliberalismo, onde o trabalho é agora identidade e a vida é projecto (Bauman, 2007).

Será possível neste mundo liquido, que nos apresenta Bauman, em que encontramos as incertezas e ansiedades de Abélès, a concretização de uma utopia organizacional, de uma cultura global de defesa e respeito pelos Direitos Humanos, uma ilha ideal dos Direitos Humanos na esteira de Thomas More, que é a bandeira da AI?

Na procura de uma resposta, será necessário entender a micropolítica das ONG em geral, e da Amnistia Internacional em particular, o que depende da colocação destas associações dentro de contextos maiores, compreendendo-as não como uma unidade totalizante ao nível local, que se encontra subsumida a contextos nacionais e/ou políticos globais, mas sim enquanto lugares fragmentados determinados por múltiplas conexões nacionais e transnacionais, mesmo quando as agendas são diferentes e não são totalmente consistentes.

A celebração do 30 aniversário da AI Portugal<sup>11</sup> e celebração dos 50 anos da AI, em 2011, configura um terreno ideal para a observação e análise das determinantes da

---

<sup>10</sup> Em Zygmunt Bauman (2007) a generalização da incerteza, como condição de vida, determina um colapso do pensamento, agora processo fragmentado, e a generalização da precariedade, dos instrumentos para a combater e dos medos (reais e imaginários), introduz uma maior insegurança, exemplificando com a falência do Estado-Social inclusivo e sua substituição por um Estado excludente, da justiça criminal, penal ou do controle do crime, que justifica uma maior intervenção das ONG.

<sup>11</sup> Decorridos apenas 7 anos da revolução de 1974, encontramos a origem da secção portuguesa da AI num momento de aceleração histórica, de consolidação democrática de Portugal.

criação de uma cultura e identificação organizacional, bem como a reprodução no tempo e espaço das memórias da organização<sup>12</sup>.

Hannerz afirma que para que a cultura, um processo em movimento, se mantenha duradoura “as pessoas, enquanto actores e redes de actores, têm de inventar cultura, refletir sobre ela, fazer experiências com ela, recordá-la (ou armazená-la de alguma outra maneira), discuti-la e transmiti-la.” (Hannerz, 1997). Isto só é possível considerando a cultura como *fluxo*, com direcções, em que o que se ganha num lugar não se perde na origem, ocorrendo uma reorganização da cultura no tempo e espaço, pelo recurso aos mitos fundacionais e recontando as conquistas (e fracassos) da organização. A ênfase nos fluxos é, no caso desta investigação, conjugada com uma abordagem localizada, pois a unidade de análise de primeiro nível é constituída pela AI Portugal.

Esta investigação procurará, assim, partir dos discursos produzidos por aqueles que protagonizaram a iniciativa da criação desta organização e que atribuem significado às acções globais e locais, sobre a realidade a modificar, e que legitimam uma identidade comum dos membros da organização.

Analisando o processo da memória - que entendemos, na linha de Maurice Halbwachs, como colectiva e construída - dentro da organização, pretendemos verificar que factores e episódios serão exaltados como “conquistas” e transmitidos e quais acabarão por cair no esquecimento e não serão recordados, por exemplo no registo em Documentário. Pretendemos constatar ainda de que modo a organização recorre, cria e recria os símbolos, nomeadamente Peter Beneson, enquanto *founding father*, ou mesmo o símbolo<sup>13</sup> da vela envolta em arame farpado, na criação de uma identidade organizacional, no referido momento comemorativo<sup>14</sup>.

---

<sup>12</sup> Relembremos Robert M. Hayden (2002) que, relativamente ao enfoque num acontecimento específico, revela a passagem da estrutura ao acontecimento, marca de abertura da Antropologia para o presente.

<sup>13</sup> “O símbolo implica a dualidade de um significante e um significado, o que simboliza e o que é simbolizado, entre os quais existe participação. (...) Uma mulher de olhos vendados segurando uma balança simboliza a Justiça.” (Godinho, Outubro, 2011, p. 108-109).

<sup>14</sup> Relativamente às práticas comemorativas, Halbwachs considera que estas assimilam imagens específicas de memória episódica; existe uma mobilização estratégica de monumentos comemorativos em paisagens mnemónicas, que oficialmente reforça a memória coletiva sancionada. In:

Na esteira de Nora, consideramos que a memória é vida, suportada pelas sociedades existentes fundadas em seu nome, que permanece em evolução permanente, numa constante dialética da lembrança e do esquecimento, vulnerável à manipulação e apropriação. A memória é absoluta, enquanto a história só pode conceber o relativo (Nora, 1989).

Para Maurice Halbwachs, a expressão da memória coletiva varia de acordo com as configurações sociais em que nos encontramos. Localizamos imagens do passado no âmbito de quadros imaginários que se conformam à nossa compreensão social (Halbwachs, 1992). Por essa razão, considera a memória coletiva provisória, até que seja evocada dentro de contextos sociais e a sua forma e força são relativas às forças sociais que incidem sobre as circunstâncias presentes. Em Halbwachs, as operações da memória são estruturadas por arranjos sociais: “É na sociedade que as pessoas normalmente adquirem as suas memórias. É também na sociedade que eles recordam, reconhecem e localizam as suas memórias”<sup>15</sup>. Argumentou, assim, que é impossível um indivíduo lembrar, de uma forma coerente e persistente, fora do seu contexto de grupo. Os membros do grupo fornecem os materiais para a memória e estimulam o indivíduo, recordando certos eventos em detrimento de outros, estimulando a produção de memórias de eventos que não experienciaram diretamente. Para Halbwachs, a memória coletiva é o passado ativo, no caso a identidade dos membros da AI. Contudo, será necessário não reduzir os membros da AI, portadores de uma história de vida e memória individual, a “meros autómatos, passivamente obedientes à vontade colectiva” que interiorizaram. (Fentress e Wickham, 1992)<sup>16</sup>. A análise da celebração, e das festas em particular, permite compreender como se procede à manutenção do grupo e a reprodução de memória, enquanto garante de continuidade e “elogio da unidade” (Godinho, 2000, p. 129-131).

---

<<http://science.jrank.org/pages/10164/Memory-Social-Frameworks-Collective-Memory.html#ixzz1klI7nsZt>>.

<sup>15</sup> “Yet it is in society that people normally acquire their memories. It is also in society that they recall, recognize, and localize their memories.” (Halbwachs, 1992).

<sup>16</sup> Neste sentido, e em oposição à teorização de Halbwachs, James Fentress e Chris Wickham (1992) afirmam que “um importante problema que se depara a quem que pretenda seguir Halbwachs neste campo é o de elaborar uma concepção de memória que, sem deixar de prestar plena justiça ao lado colectivo da vida consciente de cada um, não faça do individuo uma espécie de autómato, passivamente obediente à vontade colectiva interiorizada”.



Este será um trabalho de fronteira disciplinar, de cruzamento de saberes, que decorre necessariamente da qualidade de jurista integrada num mestrado de movimentos sociais de quem o escreve<sup>17</sup>, e de observação participante efectiva que, nas palavras de Magalhães Godinho, “abre-nos o caminho da definição dos problemas a resolver e dá-nos pistas para essa resolução”(Godinho, Outubro 2011, p. 24), na qualidade de membro da ONG e que relembra o necessário distanciamento que assegure objectividade da investigação e reflexão sobre os resultados obtidos.

A investigação de arquivo, que pretende traduzir o contexto histórico<sup>18</sup> da evolução da organização, de legislação, em particular ao nível do direito internacional dos instrumentos e documentos relevantes ao nível dos Direitos Humanos, e o cruzamento das opiniões e histórias de vida de diferentes gerações de membros e da estrutura profissional não voluntária<sup>19</sup>, permitirá, esperamos, vislumbrar as decisões que fundamentaram a criação e a ligação à ONG, interiorizando esta identidade e ativismo que lhe é inerente, e a perpetuação de memória pelas referidas gerações, no resgate de um passado que não quer ser um “país estrangeiro” (Lowenthal, 1985).

---

<sup>17</sup> Para Annelise Riles (2006), o engajamento discursivo entre a Antropologia e os Direitos Humanos é animado pelo que chama um “instrumentalismo penetrante” de conhecimentos legais. Defende ainda que tanto os antropólogos, que procuram descrever a cultura dos Direitos Humanos, como os advogados que se envolvem criticamente no regime de Direitos Humanos, partilham de um problema comum – a “gaiola de ferro” do instrumentalismo jurídico. Conclui que um método etnográfico reconfigurado como uma questão que denomina “circling back” (circulando de volta), em oposição à simples descrição cultural, oferece uma prorrogação à hegemonia do instrumentalismo jurídico.

<sup>18</sup> Consideramos com Marx, que esta evocação e ambição de “fazer a história” da organização, estarão sempre dependentes do que foi herdado e já transmitido, pois “Os homens fazem a sua história mas não arbitrariamente, nas condições escolhidas por eles, mas antes sob as condições directamente herdadas e transmitidas pelo passado. E mesmo quando parecem ocupados em transformar-se, a eles e às coisas, em criar algo absolutamente novo, é precisamente nessas épocas de crise revolucionária que se evocam os espíritos do passado.” (Marx, 1975 [1869]).

<sup>19</sup> Para Walter Benjamin (1992, p. 43), a relação entre o ouvinte e o narrador é denominada pelo interesse em conservar o que foi narrado.

## **CAPÍTULO 2 – Contexto: a “compressão global” e o Estado-Nação em relação.**

### **1. O Estado-Nação – da associação voluntária de um projecto imaginado ao esvaziamento estrutural.**

A Paz de Vestefália de 1648, considerado o ponto de partida do direito internacional contemporâneo<sup>20</sup>, (celebrada pelos Tratados de Osnabrück e Münster, de Vestefália), inaugurou o paradigma do moderno Estado-Nação, ao pôr fim ao sacro império romano-germânico, e ao poder do papado, traduzido na *Res Publica Christianna*. A base política e jurídica fundamental subjacente ao sistema de Estados-Nação é a soberania territorial<sup>21</sup> e, na sequência de uma série de conflitos generalizados, a ideia que uma paz duradoura derivaria necessariamente do equilíbrio do poder, a aprofundar no Congresso de Viena (1815) e com o Tratado de Versalhes (1919).

Juridicamente o Estado é o conjunto organizado das instituições políticas, jurídicas e administrativas da Nação. O Estado constitui a emanção da sociedade civil e é o representante da Nação, em oposição a um Estado de Natureza em que se encontravam os indivíduos antes de se associarem voluntariamente para imaginar e construir a sociedade. A identidade colectiva é o fruto de uma construção gradual a partir de um projecto, de um contrato.

Esta associação voluntária, que decorre de necessidades diversas e ausência de auto-suficiência do indivíduo, propulsora da ordem política e social, surge já em “A República” de Platão<sup>22</sup>. O estado de natureza de Hobbes (1588-1679) e de Rousseau

---

<sup>20</sup> In: Dinh, Daillier, Pellet, 1999, p. 53.

<sup>21</sup> Para Appadurai (1997, p. 15) “pode ser que a maior peculiaridade do estado-nação moderno tenha sido a ideia de que fronteiras territoriais poderiam sustentar indefinidamente a ficção da singularidade étnica nacional. Esta ideia utópica pode ser nossa memória mais duradoura do estado-nação moderno.”. In: <http://www.scribd.com/doc/36069916/Appudurai>.

<sup>22</sup> “- Ora – disse eu – uma cidade tem a sua origem, segundo creio, no facto de cada um de nós não ser auto-suficiente, mas sim necessitado de muita coisa. Ou pensas que uma cidade se funda por qualquer outra razão? (...) um homem toma outro para uma necessidade, e outro ainda para outra, e, como precisam de muita coisa, reúnem numa só habitação companheiros e ajudantes. A essa associação pusemos o nome de cidade. (...) Fundemos em imaginação uma cidade. Serão, ao que parece, as nossas necessidades que hão-de fundá-la.” (Platão, 2001, 369a, p. 72).

(1712-1778) evidenciam o social como luta entre fracos e fortes, um estado de vida ameaçador e ameaçado, perante o qual os indivíduos decidem passar à sociedade civil, isto é, ao Estado Civil, pela criação do poder político e legislativo. A passagem faz-se através de um contrato social, pelo qual os indivíduos renunciam à liberdade e posse natural transferindo para um terceiro o poder para criar e aplicar as leis, o soberano. O contrato social funda a soberania e o direito de resistência, consagrado por Locke (1632-1704), é uma forma de reconduzir o poder soberano às fontes civis, a uma soberania popular inalienável, que deve fazer-se sentir quando estão em causa os direitos naturais dos cidadãos.

Benedict Anderson (1983) definiu Nação como “comunidade política imaginada”, imaginada tanto como inerentemente limitada e soberana. Os membros da comunidade imaginada possuem a imagem mental da sua afinidade, pela impossibilidade de conhecer pessoalmente todos os seus membros. São limitadas porque têm fronteiras, para além das quais encontramos as outras comunidades, e soberanas porque nenhuma outra comunidade pode reclamar autoridade sobre ela.

Para Gomes Canotilho (1998, p. 72), a “descoberta da Nação” permitiu ao Estado–Nação resolver três problemas políticos: (1) modo de legitimação do poder político; (2) catalisar a transformação do “estado moderno” em “república democrática”; (3) criar uma nova solidariedade entre os cidadãos politicamente activos na construção da nova ordem social, englobando o monopólio da coercibilidade, que lhe permite impor as normas que decreta.

Segundo Giddens “o Estado-Nação, que existe inserido num complexo de outros Estados-Nação, consiste num conjunto de formas institucionais de governo, que mantêm monopólio administrativo sobre um determinado território demarcado (por fronteiras), com uma autoridade assegurada por lei e com um controlo directo sobre os meios ferradores de violência, tanto externos como internos” e “o Estado-Nação é um repositório de poder, o repositório preeminente de poder da era moderna.” (Giddens, 1985, p. 120-121).

Como conceptualizar esse Estado num momento de esbatimento de fronteiras, de riscos transnacionais e de novas distribuições do poder?

Consideremos que a soberania do Estado moderno foi desde sempre dependente das relações entre Estados, num espaço supranacional, nos termos das quais cada Estado reconhecia a autonomia dos outros dentro de suas fronteiras. A perda de autonomia por parte de alguns Estados ou grupos de Estados tem sido frequentemente concomitante com um aumento dela por parte de outros, como resultado de alianças, guerras ou mudanças políticas e económicas.

Hoje, no contexto de “compressão global” proferida por Abélès (2006), perguntamos se o Estado-Nação foi despido de poderes, se a sua capacidade instrumental se encontrará comprometida pelos novos tempos, que exigem um Estado reduzido, conforme com o mercado, segundo os paradigmas de racionalidade económico privada. A construção deste novo Estado implicará a desconstrução do sector público estatal. Nas palavras de Gomes Canotilho (2002, p. 9)<sup>23</sup> “o ‘código económico’ imporá a revogação do ‘código constitucional’. Não estado máximo mas ‘estado mínimo’, não ‘dirigismo estatal’ mas apenas ‘supervisão’, não voluntarismo político mas racionalidade económico-decisória, não retórica política mas resolução económica de problemas concretos. O desafio vai mesmo mais longe e chega mesmo à questão central da justificação do Estado e da Constituição. (...) Chegados aqui, há quem proclame a morte do ‘Estado Social’ e da ‘Constituição Social’.”.

Arjun Appadurai (1996, p. 39-40) questiona ainda a manutenção da fórmula “Estado-Nação”, agora relação disjuntiva. Considera que em qualquer Estado-Nação, existe uma batalha da imaginação, onde o Estado e a Nação procuram engolir o outro. Os Estados são constrangidos à abertura pelos *media*, tecnologia e fluxos migratórios, que alimentaram o consumismo em todo o mundo, fluxos esses que determinam que as volatilidades que sustentam os movimentos para a Nação fragmentem as vulnerabilidades que caracterizam as relações entre Estados.

---

<sup>23</sup> In: <http://pt.scribd.com/doc/50007200/Canotilho-O-Estado-Adjetivado>.

A existência de um palco global transforma a nossa percepção do poder e das novas solidariedades translocais (resultantes da proliferação de grupos desterritorializados e a diversidade das diásporas) emergem construções identitárias que ultrapassam o quadro nacional. A intensificação de interações, dos fluxos e práticas transnacionais corroem a capacidade do Estado-Nação para conduzir ou controlar os fluxos de pessoas, bens, capital ou ideias, perdendo a sua centralidade tradicional.

Castells considera que a “capacidade instrumental do Estado-Nação está decisivamente comprometida pela globalização das principais actividades económicas, pela globalização dos media e da comunicação electrónica, pela globalização do crime, pela globalização dos protestos sociais e pela globalização da rebelião em forma de terrorismo” (Castells, 2007, p.359). Para Abélès (2006) o progresso, traduzido em insegurança nas suas múltiplas formas, transforma o futuro em ameaça, à qual nenhuma autoridade consegue realmente dar resposta, na sociedade de risco global de Ulrich Beck (1999), na modernidade líquida de Bauman (2007), onde a relação espaço-tempo é determinada por um mundo flutuante que, devido à sua mobilidade e inconstância, anula certezas ou pontos de referência.

Contudo, se para uns o Estado é uma entidade obsoleta e em vias de extinção, fragilizada na sua capacidade para organizar e regular a vida social, para outros, o Estado continua a ser a entidade política central, não só porque a erosão da soberania (e autonomia) é muito selectiva, como, sobretudo, porque a própria institucionalidade da globalização – das agências financeiras mundiais à desregulação da economia – é criada pelos Estados.

Com Abélès, consideramos que a política global ainda depende das estratégias dos Estados-Nação. No entanto, como o impacto das iniciativas relacionadas com a economia de sobrevivência e expressão no espaço público da mobilização de organizações não governamentais e nos fóruns transnacionais demonstram, a política global impõe o seu próprio sistema e coloca sob pressão os poderes que a controlam de modo imperfeito, contaminando a soberania.

## **2. Localizando a compressão global - as várias globalizações e o Estado-Nação em relação.**

Marc Abélès (2006), partindo do pressuposto que já vivemos outros momentos globalizantes, define globalização como uma era caracterizada por um nível de integração e interligação inéditos, decorrentes do surgimento de novos padrões de vida e de instituições sociais, como ONG ou organizações internacionais. Para Abélès, a globalização é um fenómeno cultural, que corresponde a uma profunda mudança da nossa percepção do tempo e espaço. Refere-se tanto à compressão do mundo (que pode ser percebido como ameaça pela introdução de alteridade) e à intensificação da nossa consciência do mundo como um todo.

Guiddens (1990, p. 60) define globalização como “a intensificação de relações sociais que unem localidades distantes de tal modo que os acontecimentos locais são condicionados por eventos que acontecem a muitas milhas de distância e vice-versa”. Claudio Lomnitz (1994, p. 258), por sua vez, entende que o termo globalização é perigoso porque se refere a interconexões da economia e comunicações, mas não necessariamente à constituição de uma ideologia global de comunidade.

Em Boaventura de Sousa Santos (1997, p. 11-32) encontramos o conceito do sistema mundial em transição, onde o global acontece localmente e a globalização configura o “processo pelo qual determinada condição ou entidade local estende a sua influência a todo o globo e, ao fazê-lo, desenvolve a capacidade de designar como local outra condição social ou entidade trivial”. A globalização é sempre a globalização bem-sucedida de um localismo, isto é, para qualquer condição global podemos encontrar uma raiz local, real ou imaginada, uma inserção cultural específica. Desmascarando a transparência e a simplicidade da ideia de globalização, entendidos como dispositivos ideológicos e políticos dotados de intencionalidade, Boaventura de Sousa Santos (agosto 2002) revela a retórica da globalização pela “falácia do determinismo”, que entende a globalização como um processo espontâneo, automático, inelutável e irreversível que se intensifica e avança segundo uma lógica e uma dinâmica próprias suficientemente fortes para se imporem a qualquer interferência externa, e a “falácia do desaparecimento do Sul”, do impacto uniforme da economia global que funciona

como uma unidade em tempo real e à escala planetária através de uma multiplicidade de interdependências, onde deixa de fazer sentido distinguir entre o Norte e o Sul – a globalização é sinónimo de homogeneização e uniformização.

Para este autor a globalização resulta, de facto, de um conjunto de decisões políticas, passíveis de identificação, no tempo e autoria, onde a globalização hegemónica é um produto de decisões dos Estados nacionais, que combina a universalização e a eliminação de fronteiras nacionais, por um lado, o particularismo, a diversidade local, a identidade étnica e o regresso ao comunitarismo, por outro.

A globalização poderá ser entendida como um vasto campo de conflitos<sup>24</sup> entre grupos sociais, Estados e interesses hegemónicos e subalternos. O campo hegemónico actua de acordo com uma lógica do consenso<sup>25</sup> que confere as características dominantes à globalização, nomeadamente o desaparecimento de clivagens políticas profundas (substituídas pela interdependência, cooperação e integração regionais<sup>26</sup>) e de clivagens entre diferentes padrões de transformação social (simbolizados no colapso da União Soviética e queda do muro de Berlim, i.é, o fim do paradigma revolucionário<sup>27</sup>, e a crise do Estado-Providência, i.é o fim do paradigma reformista), que pressupõem uma grande intervenção estatal e que requerem mudanças drásticas no padrão de intervenção.

O modelo de desenvolvimento orientado para o mercado, dito neoliberal, tem sido apresentado como o único modelo compatível com o novo regime global de

---

<sup>24</sup> “The critical point is that both sides of the coin of global cultural process today are products of the infinitely varied mutual contest of sameness and difference on a stage characterized by radical disjunctures between different sorts of global flows and the uncertain landscapes created in and through these disjunctures.” (Appadurai, 2006, p. 43).

<sup>25</sup> Relembra Boaventura de Sousa Santos (agosto 2002) o “Consenso de Washington”, por ter sido em Washington, em meados da década de oitenta, que ele foi subscrito pelos Estados centrais do sistema mundial, abrangendo o futuro da economia mundial, as políticas de desenvolvimento e especificamente o papel do Estado na economia. Este consenso (neoliberal) está relativamente fragilizado em virtude de os crescentes conflitos no interior do campo hegemónico e da resistência que tem vindo a ser protagonizada pelo campo subalterno ou contra-hegemónico.

<sup>26</sup> De que são exemplo os acordos políticos interestatais da União Europeia e MERCOSUL.

<sup>27</sup> “A Guerra Fria foi uma situação extremamente estável, ainda que não pareça. Dois blocos de poder, representando conceitos de organização social opostos, lutavam pela supremacia; porém, cada lado respeitava os interesses vitais do outro lado, uma vez que cada potência podia destruir inteiramente a outra (e o mundo) no caso de uma guerra. Isto colocava um limite claro ao conflito; por sua vez, todos conflitos locais eram englobados pelo conflito entre as potências. Este mundo extremamente estável chegou a um fim como resultado da desintegração interna de uma das superpotências; mas nenhuma ‘nova ordem mundial’ tomou seu lugar. Entramos num período de desordem” (Soros, 1997, p. 53).

acumulação, sendo por isso, necessário impor à escala mundial políticas de ajustamento estrutural, determinando uma destruição institucional e normativa de tal modo maciça que afecta o papel do Estado na economia, e sobretudo a legitimidade global do Estado, que regula a própria desregulação que é determinada pelas agências financeiras internacionais e outros actores transnacionais privados.

Relembramos, contudo, que o impacto do contexto internacional na regulação do Estado-Nação, mais do que um fenómeno novo, é inerente ao sistema interestatal moderno, inscrito no próprio Tratado de Vestefália, no sentido da uniformização e normalização, na procura do equilíbrio de poderes e resolução de conflitos.

Ao analisar os vários discursos da globalização, concluímos estar perante um fenómeno multidimensional (ao nível económico, político, jurídico, cultural) que pode ser visto ora como altamente destrutivo, de equilíbrios e identidades, ora como positivo e liberador, uma era de solidariedade global<sup>28</sup>.

No espaço político criado por interdependências em constante mutação entre actores políticos, pela globalização do capitalismo e do poder e pelo declínio do Estado, voluntário ou não, um número crescente de grupos vagamente identificados como “organizações não governamentais” assumiram uma multiplicidade de actividades, incluindo a promoção dos Direitos Humanos, bem como muitos outros objectivos até aqui ignorados ou assumidos por agências governamentais. As novas formas de organização mostram uma fluidez e flexibilidade que contrastam com as estruturas rígidas dos aparelhos estatais tradicionais. As ONG são altamente representativas de um novo modelo político, directamente ancorado na sociedade civil, que transcende as fronteiras nacionais, no sentido dos “territórios sobrepostos, histórias entrelaçadas” de Edward Said (1993, p. 34).

---

<sup>28</sup> Neste sentido, Sherry Ortner (Maio 2011) “But in the 80s and 90s, accounts of late capitalism were closely tied up with “globalization,” and while globalization was certainly understood to have its down sides (labor outsourcing, unemployment, and deindustrialization at the sending end; extreme labor exploitation at the receiving end, etc.), there was also a fairly influential set of arguments about the ways in which other aspects of globalization (flows of technology, information, media, etc.) could be seen as positive and liberating (see especially Appadurai 1990). Globalization remains real and indeed as multi-layered and multi-valent as ever (see Hannerz 1996; Inda and Rosaldo 2002; Tsing 2005).”. In: <http://aotcpress.com/articles/neoliberalism/>.



### **CAPÍTULO 3 – A fluidez e flexibilidade reveladas: as organizações não governamentais ocupam o vazio.**

A actualidade determinada pelos processos da globalização, onde múltiplas comunidades, “face to face” e imaginadas (Anderson, 1983), e organizações se interrelacionam num novo espaço-tempo fluído, revela um enfraquecimento das estruturas tradicionais, rígidas, nomeadamente os Estados-Nação, cuja projectada autonomia e soberania nunca foi, contudo, absoluta.

Defende Anthony Giddens que a soberania do Estado moderno foi desde sempre dependente das relações entre Estados, onde cada um reconhecia a autonomia dos outros dentro de suas fronteiras. Para Giddens, a história dos últimos dois séculos não é a história da perda progressiva da soberania por parte do Estado-Nação, reconhecendo o carácter dialético da globalização e também a influência dos processos de desenvolvimento desigual. À perda de autonomia por parte de alguns Estados corresponderá o aumento da autonomia de outros, resultantes de alianças, guerras ou mudanças políticas e económicas de diversos tipos (Giddens, 1990, p. 63).

À medida que o espaço e o tempo se encurtam, determinados por interdependências várias numa lógica de esvaziamento mútuo, o momento presente é tempo preponderante e surge um sentimento avassalador de compressão do nosso mundo (Harvey, 1989, p. 240), transformando a constituição e natureza das instituições tradicionais e modificando as relações dos indivíduos com estas<sup>29</sup>.

O declínio do Estado, voluntário ou não, e a ausência de autoridade traduz insegurança, volatilidade e a fragmentação dos sujeitos e, ambigualmente, reflecte também um aparentemente amplo leque de oportunidades de escolha e apropriação

---

<sup>29</sup> “As space appears to shrink to a “global village” of telecommunications and a “spaceship earth” of economic and ecological interdependencies – to use just two familiar and everyday images – and as time horizons shorten to the point where the present is all there is (the world of the schizophrenic), so we have to learn how to cope with an overwhelming sense of compression of our spatial and temporal worlds. The experience of time-space compression is challenging, exciting, stressful, and sometimes deeply troubling, capable of sparking, therefore, a diversity of social, cultural and political responses.” (Harvey, 1989, p. 240).

de novas construções simbólicas, de novos costumes, onde o “eu” torna-se projecto<sup>30</sup> na construção de uma identidade, também ela móvel, também ela fluída.

Ao deslocarmos a nossa atenção para o processo de reconfiguração das identificações vamos ao encontro de Kobena Mercer, que justificava o aumento do interesse no tema em situações de iminência de crise, quando algo que era tido por fixo, coerente e estável é deslocado pela experiência da dúvida e da incerteza (Mercer, 1990, p. 43).

Neste momento de tensão, presenciamos um momento de ruptura com as tradições e estruturas tradicionais, aparentemente libertando os indivíduos para abraçar novos ideais, de modo a ultrapassar um sentimento de perda subjectiva da narrativa da Nação, que é substituída. As narrativas da Nação “fornecem uma série de estórias, imagens, panoramas, cenários, eventos históricos, símbolos e rituais nacionais que simbolizam ou representam as experiências partilhadas, as perdas, os triunfos e os desastres que dão sentido à Nação.” (Hall, 2006, p. 52). Como membros de uma “comunidade imaginada” (Anderson, 1983), os indivíduos compartilham narrativas, que passaram a dar significado e importância às suas existências.

A liquidificação das estruturas, onde “tudo o que é sólido se desmancha no ar” (Marx e Engels, 1973, p. 70) fruto das novas condições sociais, incerteza e movimentos internos da compressão do tempo e espaço, determina novas formas de representação e localização de identidades, agora partilhadas através dos fluxos globais, de reposicionamento das “geografias imaginárias” (Said, 1990), articulando um novo sentido de pertença do indivíduo.

A ruptura age retroativamente, atingindo o passado e os símbolos, então valorizados por traduzirem a experiência de gerações anteriores e assegurarem a continuidade do tempo e espaço<sup>31</sup>, traduzidos no sistema de representação cultural

---

<sup>30</sup> “A construção do eu como um projeto reflexivo, uma parte elementar da reflexividade da modernidade; um indivíduo deve achar sua identidade entre as estratégias e opções fornecidas pelos sistemas abstractos.” (Giddens, 1990, p.111).

<sup>31</sup> “Nas culturas tradicionais, o passado é honrado e os símbolos valorizados porque contêm e perpetuam a experiência de gerações. A tradição é um modo de integrar a monitoração da ação com a organização tempo-espacial da comunidade. Ela é uma maneira de lidar com o tempo e o espaço, que insere qualquer atividade ou experiência particular dentro da continuidade do passado, presente e

que suportava o Estado-Nação. Os indivíduos procuram agora participar numa nova ideia, numa nova comunidade simbólica, que lhe inspirem sentimentos de identidade e pertença a algo mais amplo, seja uma classe, sociedade, Estado ou organização.

Entendemos que o indivíduo ambiciona ocupar o vazio deixado pelo esbatimento das instituições tradicionais e (voltar a) fazer parte de uma nova “comunidade imaginada” (Anderson, 1983), que já não a Nação, onde poderá reviver memórias do passado, vivendo em conjunto e posicionando a comunidade no futuro, enquanto alternativa a um estado de incerteza permanente, adaptando, redefinindo, ajustando e recuperando expectativas e um destino<sup>32</sup>.

Com Giddens, e em resposta à incerteza e ansiedade de um tempo presente determinado pela fluidez das relações e instituições trazidas pelos processos de uma globalização acelerada, “os movimentos sociais proporcionam vislumbres de futuros possíveis e são em parte veículos para sua realização” (Giddens, 1990, p.143), proliferando novas formas de organização local e outras de tipo internacional.

Segundo Fisher (1997), durante este período de turbulência na política mundial, da volatilidade das sociedades culturalmente diversas, da aceleração da globalização e da sensação de que alguns Estados-Nação já não são fontes óbvias e legítimas de autoridade, a acção colectiva local, regional e transnacional tem captado a atenção de agentes para o desenvolvimento, políticos e cientistas sociais.

No espaço político criado por interdependências em constante mutação entre actores políticos, pela globalização do capitalismo e poder e pelo declínio do Estado, um número crescente de grupos identificados como “organizações não governamentais” (ONG) assumiram uma multiplicidade de actividades, incluindo a promoção dos Direitos Humanos, entendidos como supra-nacionais, bem como muitos

---

futuro, sendo estes por sua vez estruturados por práticas sociais recorrentes. A tradição não é inteiramente estática, porque ela tem que ser reinventada a cada nova geração conforme esta assume sua herança cultural dos precedentes. A tradição não só resiste à mudança como pertence a um contexto no qual há, separados, poucos marcadores temporais e espaciais em cujos termos a mudança pode ter alguma forma significativa.” (Giddens, 1990, p. 38).

<sup>32</sup> “O destino, uma sensação de que as coisas vão seguir, de qualquer forma, seu próprio curso, reaparece assim no centro de um mundo que se supunha estivesse assumindo controle racional de suas próprias questões. Ademais, isto certamente cobra, inconscientemente, um preço, na medida em que pressupõe essencialmente a repressão da ansiedade.” (Giddens, 1990, p. 119).

outros objectivos até aqui ignorados ou antes assumidos por agências governamentais (Fisher, 1997, p. 440).

As ONG são apresentadas como desburocratizadas, relativamente flexíveis e abertas à inovação, mais eficazes e mais rápidas na execução de objectivos, aparentemente capazes de identificar e responder às necessidades das populações. A frequente afirmação que as ONG têm surgido em face de exigências internas e externas, apoia a ideia de que as ONG são uma importante alternativa, ou complementares, ao Estado em certas circunstâncias. Sob essa perspectiva, as ONG locais configurarão um meio para superar eventuais obstáculos ao desenvolvimento<sup>33</sup> e as ONG internacionais serão úteis na medida em que agem como intermediários, que visam facilitar o trabalho das primeiras.

Refere Fisher que, pelo menos desde a Conferência do Rio de 1992 (Fisher, 1997, p. 442), as expectativas foram elevadas ao ponto de se esperar nada menos do que a concretização de milagres pelas ONG. O optimismo dos defensores das ONG deriva de uma sensação geral da realização do “bem” por estas, que podemos desde logo relacionar com as designações que descrevem essas associações em termos daquilo que eles não são: não governamentais e sem fins lucrativos.

---

<sup>33</sup> Marc Edelman (1999, p. 7-8), na sua investigação sobre a Costa Rica, expõe o debate relativamente ao desenvolvimento e não-desenvolvimento. Consideradas por muitos autores construções fictícias, estes conceitos pretendem aparentemente enfatizar um determinado conjunto de discursos e estratégias associadas, propagadas por poderosos organismos internacionais (como o Banco Mundial) e seus aliados locais, contribuindo para alterar não só as relações sociais e económicas no países-alvo, mas também os significados e práticas culturais. Edelman opõe, contudo, a apropriação pelos subalternos destes rótulos e atribuição de novos, e muitas vezes positivos, significados. Edelman critica ainda a exclusão das pessoas afetadas e dos indicadores macroeconómicos e sociais relevantes das reflexões no âmbito da antropologia do desenvolvimento. Para Augusto Santos Silva (1988, p. 21-72) tendo em conta a satisfação das necessidades básicas universais, na sua dimensão física e psíquica, será necessário abandonar uma medida precisa de desenvolvimento e uma fronteira rígida entre desenvolvimento e não-desenvolvimento. Não se trata de descrever, mas compreender um processo, um projecto social, para a realização de um óptimo de satisfação de necessidades, que confunde-se com a história de cada povo, cuja avaliação se torna difícil embora necessária, sendo necessário compreender a dinâmica multidimensional do desenvolvimento e papel activo dos sujeitos. Para Santos Silva, o desenvolvimento não é uma questão específica dos países subdesenvolvidos, sendo importante uma visão global e planetária, onde releva a cooperação entre os Estados que não tem apenas uma direcção (norte-sul). O crescimento, embora condição necessária, não se repercute directamente em desenvolvimento, sendo necessário não apenas medir o produto mas a (justa) repartição de rendimentos, emprego e auto-sustentação do crescimento, equacionando as “deseconomias do progresso” (custos, desperdícios, destruição ambiente, desumanização do emprego).

Assim, as ONG são idealizadas como as organizações através das quais as pessoas ajudam os outros por outras razões, que não a obtenção de lucro ou interesses políticos. Perante isto, questiona-mos com Fisher (1997) se estarão as ONG condenadas a repetir os padrões das sociedades onde surgem, se poderão capacitar sem simultaneamente vitimizar, habilitar bem como restringir? Fisher propõe uma possível solução, que passará por não entender a sociedade civil apenas como um sector que contesta a vontade do governo, mas incidindo a atenção nos processos e não apenas nas instituições que compõem a sociedade civil<sup>34</sup>.

As ONG surgem assim como uma colectividade de indivíduos associados, num espaço de partilha. Para Susan Wright, esta partilha implicará necessariamente um repertório comum de ideias e práticas, continuamente recriadas de forma criativa. Este é um processo político, onde o significado dos conceitos e símbolos não é simplesmente determinado mas activamente contestado pelos membros que se associam (Wright, 1994, p. 4).

As ONG e os movimentos sociais estão em constante mutação, de criação e extinção. O espaço por eles criado poderá contribuir para o surgimento de novas formas de activismo (Fisher, 1997, p. 446). A reflexão sobre os processos e conexões (mutáveis e fluidos) ao nível local, regional, nacional e internacional, permitirá evitar generalizações simplistas e revelar a riqueza da diversidade ideológica e funcional da ONG.

Como já referido anteriormente, o termo ONG, que provém da denominação inglesa *Non-Governmental Organizations (NGO)*, tem a sua origem na resolução n.º 288 (X), de 1950, do Conselho Económico e Social das Nações Unidas, referindo-se a organizações supranacionais e internacionais. Nos termos da referida resolução, a ONG é definida como “qualquer organização que não seja estabelecida por uma

---

<sup>34</sup> "Our times demand a new definition of leadership - global leadership. They demand a new constellation of international cooperation - governments, civil society and the private sector, working together for a collective global good." (Ban Ki-moon, 29 Janeiro 2009, Fórum Mundial Económico, Davos, Suíça).

entidade governamental ou por um acordo intergovernamental”. Contudo, a emergência das ONG é identificável num período anterior a esta resolução.

É no século XIX que observamos a constituição de movimentos de raiz liberal e pluralista, que contestavam as condições económicas e sociais da classe operária dos países da reforma industrial, que denotavam uma finalidade de assistência imediata à população mais fragilizada, contra a desigualdade social, e procuravam já a independência face ao Estado. Recordamos ainda a existência de instituições religiosas cristãs, como a Ordem de Malta criada no século XI, que desenvolviam um importante papel de ajuda humanitária.

À margem do poder instituído, estas organizações foram crescendo e multiplicando-se. Verificamos nesse período a fundação de algumas das actuais ONG de escala mundial, desde logo, em 1863 a constituição do Comité Internacional para Ajuda aos Militares Feridos em Tempo de Guerra, que, mais tarde, viria a ser designado Comité Internacional da Cruz Vermelha<sup>35</sup>, o órgão fundador do movimento, e em 1897 a Caritas, na Alemanha, que em 1950 viria a transformar-se na Caritas Internacional. A “American Friends Service Committee” foi criada em 1917, a “Save the Children” em 1919, seguidas pela “Oxfam” em 1942, organizações inicialmente orientadas para as vítimas de guerra. Após a Segunda Guerra Mundial, destacamos a ação de organizações que optavam pela neutralidade em caso de conflito político, como o Exército da Salvação (criado em 1878)<sup>36</sup>, o “Young Men's Christian Association – YMCA” (de 1844), o “Young Women's Christian Association – YWCA” (com antecedente na “Ladies Christian Association” de 1858, sendo que a terminologia

---

<sup>35</sup> Em Fevereiro de 1863, quatro cidadãos juntaram-se a Henry Dunant para levar a cabo o projecto de constituição do Comité Internacional para Ajuda aos Militares Feridos em Tempo de Guerra, que, mais tarde, viria a ser designado Comité Internacional da Cruz Vermelha, o órgão fundador do movimento. Dunant havia testemunhado, em 1859, a batalha de Solferino, tendo organizado esforços de assistência para os cerca de 40 mil soldados feridos no campo de batalha, e chegara à conclusão de que um órgão de assistência a soldados feridos era necessário, bem como a proteção dos membros deste órgão contra violência armada. Os extensivos trabalhos do Comité, durante ambas as guerras mundiais, fizeram com que a organização fosse premiada com o Prémio Nobel da Paz, em 1917 e 1944, sendo os únicos instituídos nos anos das respectivas guerras. O Comité também foi premiado com o Prémio Nobel da Paz no seu centenário, em 1963. Dunant foi premiado com o primeiro Prémio Nobel, em 1901. In: <http://lisboa.cruzvermelha.pt/quem-somos/sede-nacional/movimento-dlg/breve-historial-dlg.html>.

<sup>36</sup> In: [http://www.exercitodesalvacao.pt/conteudos/SystemPages/page.asp?art\\_id=2](http://www.exercitodesalvacao.pt/conteudos/SystemPages/page.asp?art_id=2).

YWCA é utilizada pela primeira vez em 1866)<sup>37</sup>, a “American Co-operative Agency for Relief Everywhere – CARE” (criada em 1945)<sup>38</sup>, dedicadas à assistência humanitária em contexto de guerra e reconstrução no pós-guerra.

É na década de 60 e 70 que encontramos as ONG de cariz predominantemente reivindicativo e de intervenção que, recorrendo ao *lobby* e ao desenho de inovadoras campanhas, chamam a atenção da comunidade internacional para as causas que apropriaram, sendo neste contexto que surge a Amnistia Internacional, em 1961, num momento histórico singular, uma janela de oportunidade no contexto da Guerra Fria<sup>39</sup>.

Estas instituições, de cariz social e com objectivos humanitários, representam, de forma embrionária, as primeiras ONG, de acordo com a terminologia actual no mundo ocidental, mas só num período relativamente recente a sua actividade foi reconhecida como tal, desde logo pelos próprios Estados.

Para Edwards e Hulme (1992, p. 961-973), o surgimento das ONG não é fruto de um acaso, nem é apenas resposta à iniciativa local e ação voluntária. Para estes autores, é igualmente importante a crescente popularidade das ONG junto dos governos e agências de ajuda oficiais, reflexo dos recentes desenvolvimentos no pensamento económico e político.

O aparecimento de novas ONG<sup>40</sup>, a assunção de novas funções, de representação popular e realocização de identidades, bem como a criação de inovadores e cada vez mais complexos e abrangentes vínculos formais e informais, com um profundo impacto tanto sobre o mundo entendido como um todo, como sobre a vida local, elevam a complexidade de qualquer reflexão sobre as ONG.

---

<sup>37</sup> In: <http://www.ywca.org/site/c.cuIRJ7NTKrLaG/b.7515891/k.C524/History.htm>.

<sup>38</sup> In: <http://www.care.org/about/history.asp>.

<sup>39</sup> “Peter Benenson has always emphasized the timing of Amnesty’s launch, occurring as it did in a brief window in the Cold War: ‘There was only one time when Amnesty could have been born, and that was in the exhilarating, brief springtime in the early sixties’ marked by the conjunction of three liberalizing world leaders – Kennedy, Khrushchev and Pope John XXIII.” (Buchanan, 2002, p. 577).

<sup>40</sup> Esta interdependência foi reconhecida pelo ex-Secretário Geral das Nações Unidas, Boutros Boutros-Ghali: “*Nongovernmental organizations are a basic form of popular representation in the present-day world. Their participation in international relations is, in a way, a guarantee of the political legitimacy of those international organizations. It is therefore not surprising that in a short space of time we have witnessed the emergence of many new nongovernmental organizations*” (Boutros-Ghali, 2004, Fitzduff, Church).

#### **CAPÍTULO 4 – O resgate da utopia na “modernidade líquida”<sup>41</sup>: a construção de comunidades imaginadas.**

*"As nações, tais como as narrativas, perdem suas origens nos mitos do tempo e efetivam plenamente seus horizontes apenas nos olhos da mente." Bhabha (1990).*

A liquidificação das estruturas, resultante de novas condições sociais, incerteza e movimentos internos de compressão do tempo e espaço, determinam novas formas de identificação, fluídas e partilhadas através dos fluxos globais. A rutura age retroativamente, atingindo o passado e símbolos de um sistema de representação cultural que suportava o Estado-Nação. Alguns indivíduos procuram agora participar em novas comunidades simbólicas, que lhes inspirem sentimentos de identificação e pertença. E nestas “comunidades imaginadas” (Anderson, 1983) encontramos as organizações não governamentais (ONG).

Como nas Nações, nas narrativas das organizações não governamentais identificamos imagens, eventos históricos decisivos, sucessos, desafios e os rituais que representam experiências partilhadas. Os membros da comunidade compartilham dessas narrativas, donde extraem significados e importância, num objectivo superior que permanecerá no tempo.

As narrativas enfatizam frequentemente a origem dos movimentos, bem como a continuidade e a intemporalidade. A essência da organização é aparentemente imutável, não obstante as vicissitudes dos tempos e a invenção das tradições, nos termos de Hobsbawm e Ranger (1983)<sup>42</sup>, cuja repetição de práticas de natureza

---

<sup>41</sup> “Uma utopia trazida do nebuloso ‘longínquo’ para o tangível ‘aqui e agora’, a utopia vivida em vez daquela para a qual se vive, é imune a testes; para todos os fins e propósitos práticos, ela é imortal. Mas a sua imortalidade foi atingida ao preço da fragilidade e vulnerabilidade de todos e cada um dos que foram encantados e seduzidos para vivê-la.” (Bauman, 2007, p.113).

<sup>42</sup> “Tradições que parecem ou alegam ser antigas são muitas vezes de origem bastante recente e algumas vezes inventadas. (...) Tradição inventada entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceites; tais práticas de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamentos através da repetição, a qual implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico adequado.” (Hobsbawm e Ranger, 1983, p.9).



simbólica ou ritual pretende transmitir certos valores e normas, que estabelecem a ligação a esse passado original. Nesse passado original, encontramos o mito fundacional, que determina o desenho da organização e traduz a possibilidade de construir uma história alternativa à modernidade líquida (Bauman, 2007).

Os membros da “comunidade imaginada” (Anderson, 1983) possuem a imagem mental da sua afinidade, permitida pela organização que constitui espaço de partilha de um repertório comum de ideias, que identifica e responde às necessidades dos indivíduos.

Ao longo dos tempos, os indivíduos adquiriram direitos e deveres através da sua qualidade de membros, enquanto cidadãos do Estado-Nação, membros de uma família, de uma classe ou comunidade. Sendo certo que, desde o neolítico, todas as sociedades tiveram sistemas de justiça, sob a forma de tradição oral ou escrita, abordando direitos e deveres, ao observarmos os primeiros documentos reivindicativos de direitos individuais, como a *Magna Carta* (1215), a *Bill of Rights* inglesa (1689), a *Declaração dos Direitos Humanos e do Cidadão* francesa (1789) e a Constituição e a *Bill of Rights* americanas (1791), constatamos a exclusão de certos membros da comunidade, desde logo as mulheres ou membros de uma determinada classe<sup>43</sup>.

Foi o trabalho desenvolvido no século XIX para a proibição do comércio de escravos e regulamentação da guerra, que impulsionou o desenvolvimento da lei internacional de Direitos Humanos contemporânea, transitando dos direitos chamados de 1ª geração (civis e políticos), caracterizados pela ausência de intervenção do Estado, para os direitos de 2ª geração (económicos, sociais e culturais), cuja concretização dependia de uma ação estatal positiva.

Para que tais direitos tivessem um alcance universal foi desenhada uma narrativa internacional dos Direitos Humanos. Apelos à responsabilização dos governos e protecção dos cidadãos de acordo com os padrões dos Direitos Humanos influenciaram a elaboração da Carta das Nações Unidas, em 1945, e a fundação das

---

<sup>43</sup> In: “DIREITOS HUMANOS AQUI E AGORA - Uma contribuição para a Década das Nações Unidas para a Educação dos Direitos Humanos, 1995-2004” (1998, EUA), p. 18, Human Rights Educators’ Network da Amnistia Internacional EUA, Human Rights USA e Stanley Foundation.

Nações Unidas, com o objectivo de estabelecer e manter a paz internacional, onde os Estados Membros comprometeram-se a promover o respeito pelos Direitos Humanos. Para esse fim, foi criada a Comissão de Direitos Humanos, presidida por Eleanor Roosevelt, com o objectivo de redigir um documento que espelhasse os direitos e liberdades fundamentais proclamados na Carta.

Na sequência do extermínio de milhões de pessoas, da Segunda Guerra Mundial, num contexto de guerra fria e pobreza, surge o movimento de internacionalização dos Direitos Humanos, que considerou a necessidade de um documento que resgatasse a utopia através da narrativa dos Direitos Humanos. Assim, a 10 de Dezembro de 1948, a Assembleia-Geral das Nações Unidas proclamou a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), adoptada por unanimidade por 56 membros e abstenção de 8 membros.

Boaventura de Sousa Santos (1997) considera, relativamente ao período pós-Segunda Guerra Mundial e à DUDH, “que as políticas de Direitos Humanos estiveram em geral ao serviço dos interesses económicos e geopolíticos dos Estados capitalistas hegemónicos.” A marca ocidental-liberal do discurso dominante dos Direitos Humanos é exemplificada na declaração de 1948, tendo em conta que foi “elaborada sem a participação da maioria dos povos do mundo; no reconhecimento exclusivo dos direitos individuais, com a única excepção do direito colectivo à autodeterminação, o qual, no entanto, foi restringido aos povos subjugados pelo colonialismo europeu; na prioridade concedida aos direitos civis e políticos sobre os direitos económicos, sociais e culturais e no reconhecimento do direito de propriedade como o primeiro direito económico” (1997, p. 20). Para Boaventura de Sousa Santos “Os Direitos Humanos só poderão desenvolver o seu potencial emancipatório se se libertarem do seu “falso universalismo” e forem verdadeiramente multiculturais” (1997, p. 11).

Segundo os padrões normativos internacionais, os Direitos Humanos são detidos por todas as pessoas de forma igual, universal e permanente. Apontam-se-lhes três características essenciais: (1) os Direitos Humanos são inalienáveis, (2) são

indivisíveis e (3) são interdependentes. Estes “são os padrões básicos sem os quais as pessoas não podem viver com dignidade”<sup>44</sup>.

O indivíduo que defende os Direitos Humanos aceita a responsabilidade de não violar os direitos dos outros e apoiar aqueles cujos direitos são negados. Os indivíduos que procuram organizações não governamentais de Direitos Humanos, posicionam-se muitas vezes como a única força entre o cidadão comum e o poder discricionário do Estado<sup>45</sup>.

É indiscutível que as organizações não governamentais de Direitos Humanos têm proliferado desde a Declaração Universal dos Direitos Humanos e que estas organizações desempenham um papel fundamental na promoção e proteção dos Direitos Humanos<sup>46</sup>, na concretização de uma cultura global de defesa e respeito desses direitos<sup>47</sup>. Os indivíduos precisam de reconhecer as narrativas destas

---

<sup>44</sup> In: “DIREITOS HUMANOS AQUI E AGORA - Uma contribuição para a Década das Nações Unidas para a Educação dos Direitos Humanos, 1995-2004” (1998, EUA), p. 16, Human Rights Educators’ Network da Amnistia Internacional EUA, Human Rights USA e Stanley Foundation.

<sup>45</sup> Em 1998, a Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou a “Declaração sobre o Direito e a Responsabilidade dos Indivíduos, Grupos ou Órgãos da Sociedade de Promover e Proteger os Direitos Humanos e Liberdades Fundamentais Universalmente Reconhecidos”. Cinquenta anos decorridos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, esta é uma Declaração abrangente que manifesta a quantidade e variedade de pessoas comprometidas com a promoção e proteção dos Direitos Humanos. As Diretrizes da União Europeia (UE) sobre Defensores de Direitos Humanos (2004) integraram a Declaração sobre Defensores de Direitos Humanos da ONU por inteiro, bem como recomendações específicas para os Estados Membros da UE.

<sup>46</sup> Ao destacar o trabalho desenvolvido pelas ONG na luta pelos Direitos Humanos, Boaventura de Sousa Santos considera que foram gradualmente desenvolvidos “discursos e práticas contra-hegemónicas de Direitos Humanos, propostas concepções não ocidentais destes direitos, foram-se organizando diálogos interculturais” (1997, p. 20-21).

<sup>47</sup> Não existe, contudo, consenso no que constitui uma organização não-governamental de Direitos Humanos, na sua categorização ou legitimação, apesar da generalização destas organizações. George E. Edwards (2009, p. 8-9) sugere que esta categorização pode ser feita pelo posicionamento geográfico das operações (local, nacional, regional, internacional); pela nacionalidade dos funcionários ou membros (nacional ou multinacional); *status* do pessoal (voluntariado, pago, profissional); origem geopolítica e económica (norte, sul, Estado democrático ou totalitário); pela estrutura (projecto, corporativa, membros); dimensão (grande, como a Human Rights Watch ou Amnistia Internacional ou pequena, como organizações locais); áreas específicas (como seja julgamentos justos, liberdade de expressão e associação, direitos das mulheres e crianças, orientação sexual, tortura, discriminação, direitos económicos, sociais e culturais); natureza do mandato e trabalho (identificação de violadores de Direitos Humanos; monitorar e influenciar leis, políticas e práticas de governos e atores não-estatais; educação para os Direitos Humanos; avaliação, informação e divulgação; democratização; angariação de fundos; mobilizar e capacitar; concepção e implementação de projetos de desenvolvimento, fornecendo ajuda humanitária); níveis de financiamento e fontes de financiamento; tipo de *lobby* e consulta; recolha e partilha de informações; parcerias. In: [http://works.bepress.com/george\\_edwards/2/](http://works.bepress.com/george_edwards/2/).

organizações como válidas, para delas partilhar e desenvolver o referido sentido de pertença e identificação.

Assim, as ONG de Direitos Humanos assumem nas suas narrativas a missão de promover e proteger os Direitos Humanos, num esforço de definição concreta de objectivos. No desenho das suas campanhas e operações internas na procura de credibilidade, a ONG de Direitos Humanos assume os princípios de Direitos Humanos contidos na Declaração Universal dos Direitos Humanos, outros instrumentos de Direitos Humanos e direito internacional consuetudinário. Legalmente constituídas, de acordo com a legislação nacional e internacional, procurarão ultrapassar obstáculos à concretização dos seus objetivos, garantindo a sua independência e o seu carácter não-político, desde logo pela concretização de um financiamento adequado e apropriado, variando o montante de acordo com a missão e operações de cada ONG.

Uma ONG de Direitos Humanos procurará estar focada no serviço aos outros, enfatizando o altruísmo, abnegação e voluntarismo, não tendo em vista o lucro para a ONG, funcionários ou outras partes interessadas, o que não impede que a ONG empregue instrumentos comuns ao mundo dos negócios, como a angariação de fundos.

Relativamente ao processo de angariação de fundos, a Amnistia Internacional é financiada apenas por apoiantes, membros e doadores particulares. De entidades governamentais e de empresas, a AI apenas aceita donativos em serviços ou patrocínios, que não ultrapassem 15% do orçamento anual da seção e desde que sejam para ações de Educação para os Direitos Humanos. Deste modo, a AI pretende garantir rigor e credibilidade em todo o trabalho desenvolvido de investigação, denúncia e pressão a todos os agentes responsáveis pelas violações dos Direitos Humanos cometidas. No final de dezembro de 2011, a AI Portugal contava com 11 991 apoiantes, membros e doadores pontuais ativos, dos quais 2 502 iniciaram o seu apoio no ano de 2011. Grande parte da angariação de fundos na AI Portugal passa pelo projecto “Face to Face”, realizado em cerca de 30 países, que consiste na abordagem direta de pessoas em espaços públicos, comerciais e universitários, com o objetivo de divulgar o trabalho da AI e assim angariar novos apoiantes e membros. Tal como nos

últimos anos, esta foi a principal fonte de entrada de novos apoiantes e membros em 2011 (97,64%), permitindo inscrever 2 443 pessoas, um aumento de 23,3% relativamente ao ano anterior, com o mesmo número de equipas na rua e um número menor de horas de trabalho. Em 2011, a AI regista ainda um aumento no donativo mensal médio (6,50 euros) relativamente a 2010 (6,31 euros).

Com o objetivo de angariar fundos, foram desenvolvidas em 2011 diversas ações pela Amnistia Internacional, das quais destacam: a consignação do IRS (uma das principais ações de angariação de fundos pelo facto dos contribuintes poderem contribuir sem custos); UAU (empresa de entretenimento, doou à AI o valor dos bilhetes do ensaio geral da peça “É como diz o outro”, com Miguel Guilherme e Bruno Nogueira. O Casino de Lisboa, entidade que acolheu a peça, contribuiu, também, dobrando o valor angariado); venda de Merchandising (tendo em conta o 30 aniversário da AI, produção de novos materiais); *mailing* direto de Natal (a AI enviou apenas um *mailing* direto com pedido de donativos aos apoiantes e membros em 2011); TMN (conversão de pontos em donativos ou adquirindo em leilões artigos cedidos por personalidades do desporto)<sup>48</sup>.

A ONG de Direitos Humanos procurará apresentar-se como transparente e responsável, compartilhando informações, sobre decisões internas ou plano de atividades, nomeadamente com governos, voluntários, doadores, funcionários, outras organizações relevantes e o público em geral. Nesse sentido, e de acordo com os princípios da responsabilização e transparência que orientam o seu trabalho, a AI disponibilizou a informação relativa à angariação de fundos supra citada aos membros para discussão em Assembleia-Geral realizada no dia 31 de março de 2011.

Sensível à necessidade de flexibilidade, uma ONG de Direitos Humanos procurará adaptar-se às mudanças, seja ao nível tecnológico (pelo uso da internet, como espaço de comunicação com os membros, para angariar fundos ou discussão de melhores práticas e o uso das redes sociais, procurando alcançar comunidades de indivíduos em rede e grupos com interesse comum nos Direitos Humanos), seja a

---

<sup>48</sup> In: Relatório de Actividades de 2011 da AI Portugal.

novas áreas de interesse dos Direitos Humanos, que despoletam a curiosidade dos indivíduos.

Num mundo determinado pela fluidez dos conceitos e numa suposta partilha através dos fluxos globais, as ONG de Direitos Humanos procuram cooperar e colaborar com pessoas fora de si, incluindo governos, organizações intergovernamentais, outras ONG, os indivíduos que visam proteger e a comunicação social. As sinergias procuram beneficiar as vítimas e as comunidades, pela divulgação de informações sobre violações dos Direitos Humanos e mecanismos de resposta, na promoção e defesa dos Direitos Humanos.

Decisiva na decisão de adesão dos indivíduos à narrativa desenvolvida por uma determinada ONG de Direitos Humanos, será a sua capacidade em dar resposta às novas condições sociais, de incerteza e de compressão do tempo e espaço (Giddens, 1990), distinguindo-a de outras ONG que atuam na mesma área, respondendo ao crescente leque de direitos que os grupos procuram proteger e reivindicar. O sucesso na promoção e proteção dos Direitos Humanos<sup>49</sup>, como seja o trabalho desenvolvido a favor da promulgação do Tratado de Roma para um Tribunal Penal Internacional, negociações que resultaram na codificação internacional de normas de Direitos Humanos ou alteração de legislação nacional ou mesmo a libertação de um indivíduo detido injustamente simplesmente por expressar convicções políticas contra-hegemónicas, é evidenciado no discurso de apresentação da ONG.

Em 1961, num mundo bipolarizado pela luta de esferas de influência política no pós Segunda Guerra Mundial, é lançada uma campanha mundial (“Apelo para Amnistia 1961”) com a publicação de um artigo, “Os Prisioneiros Esquecidos”, no Jornal londrino “The Observer”, por Peter Benenson, assunto que retomaremos. Esta campanha constitui a pedra basilar desta ONG de Direitos Humanos, que se apresenta hoje enquanto “comunidade imaginada” (Anderson, 1983) assente em estruturas nacionais e locais de defensores dos Direitos Humanos. Regida pelos princípios de solidariedade internacional, pela acção efectiva no caso das vítimas individuais, por uma cobertura

---

<sup>49</sup> A competência do trabalho desenvolvido em prol dos Direitos Humanos pelas ONG é evidenciada pela atribuição de Prémios Nobel da Paz, incluindo os Médicos Sem Fronteiras, em 1999, e a Amnistia Internacional, em 1977.

global, que atende à universalidade e indivisibilidade dos Direitos Humanos, imparcialidade e independência, democracia e respeito mútuo, permite que os indivíduos, sejam estes voluntários ou funcionários, reconheçam a sua narrativa como válida, desenvolvendo um sentido de pertença e identificação.

A “memória colectiva” da AI, em particular em ano de celebração do seu aniversário, reproduz imagens, eventos históricos decisivos na criação do seu passado activo (Halbwachs, 1992), enfatizando a origem do movimento enquanto momento de revelação do seu *founding father*, rituais, experiências partilhadas e símbolos, que pretendem unir os indivíduos para o cumprimento de uma visão e missão que a distingue das restantes organizações não governamentais de Direitos Humanos.

## **CAPÍTULO 5 – “Os prisioneiros esquecidos”: a génese de um movimento pelos Direitos Humanos.**

*“Although I was no longer at the Bar I would go down to Chambers each day to lend a hand with the work of ‘Justice’. It was on the 19<sup>th</sup> November 1960 as I was reading in the Tube — rather uncharacteristically ‘The Daily Telegraph’ — that I came on a short paragraph that related how two Portuguese students had been sentenced to terms of imprisonment for no other offence than having drunk a toast to liberty in a Lisbon restaurant. Perhaps because I am particularly attached to liberty, perhaps because I am fond of wine this news-item produced a righteous indignation in me that transcended normal bounds. At Trafalgar Square station I got out of the train and went straight into the Church of St Martin’s-in-the-Fields [sic]. There I sat and pondered on the situation. I felt like marching down to the Portuguese Embassy to make an immediate protest, but what would have been the use? Walking up the Strand towards the Temple my mind dwelt on World Refugee Year, the first of these years dedicated to international action. What a success it had been! The DP [Displaced Persons] camps in Europe had been finally emptied. Could not the same thing be done for the inmates of concentration camps, I speculated? What about a World Year against political imprisonment?” Peter Benenson, 1983<sup>50</sup>.*

Em 1961, Peter Benenson, um advogado inglês e recém-convertido ao catolicismo, reuniu um grupo de advogados e intelectuais que partilhavam os mesmos ideais e juntos desenharam o lançamento de um apelo em nome dos “Prisioneiros de Consciência”. No domingo de 28 de maio de 1961, o artigo de Benenson, intitulado “Os Prisioneiros Esquecidos”, foi publicado no jornal londrino “The Observer”, marcando o lançamento formal do “Apelo para a Amnistia de 1961”. A campanha culminará numa cerimónia a 10 de dezembro de 1961, assinalando o décimo terceiro aniversário da assinatura da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Esta campanha não é abstrata, não se limitando à enunciação de princípios, e traduz objectivos específicos:

---

50 Memória de Peter Benenson que acompanha a transcrição da entrevista, de novembro de 1983, nos Arquivos da Amnistia Internacional, Oral History Pilot Project (AIA). (Buchanan, 2002, p. 575).



trabalhar imparcialmente para a libertação das pessoas detidas por causa das suas opiniões; exigir julgamentos públicos e imparciais; alargar o Direito ao Asilo, ajudar refugiados políticos a encontrar emprego e apelar à criação de um mecanismo internacional eficaz que garanta a liberdade de opinião. Seis fotografias de detidos adornam o artigo, onde são apresentados os seus casos para mobilizar a atenção pública<sup>51</sup>. A “personalização é já a regra” (Besset, 1991, p. 39).

A imparcialidade enunciada foi traduzida no desenho de um equilíbrio político rigoroso, que passava pela adopção de três prisioneiros do Este (um filósofo romeno, um arcebispo checo e um cardeal húngaro) e três do Ocidente (um comunista grego, um ativista dos direitos cívicos americano e um poeta angolano). Os seis representam uma mesma causa, uma resistência contra-hegemónica não violenta. O artigo, reproduzido posteriormente noutros jornais a nível mundial<sup>52</sup>, produziu efeitos consideráveis, traduzidos na recepção de cartas, ofertas de ajuda e criação de grupos locais<sup>53</sup>, dentro e fora da Grã-Bretanha. Um primeiro escritório é aberto em Londres, em Mitre Court, de estrutura voluntária (Besset, 1991, p. 40). A 22 de julho de 1961, um pequeno grupo de representantes nacionais reuniu-se no Luxemburgo e o potencial para a criação de um movimento internacional de voluntários permanente foi revelado.

---

51 “SEIS PRISIONEIRO POLÍTICOS: à esquerda, Constatin Noica, o filósofo, agora detido numa prisão romena; ao centro, o Reverendo Ashton Jones, amigo dos Negros, recentemente encarcerado nos Estados Unidos da América; à direita, Agostinho Neto, poeta e médico angolano, detido sem julgamento pelos portugueses. Os seus casos são descritos neste artigo. À esquerda, o Arcebispo Beran de Praga, mantido sob custódia pelos checos; ao centro, Toni Ambatielos, sindicalista e comunista grego detido, cuja mulher é inglesa; à direita, Cardeal Mindszenty, Primaz da Hungria, que tinha sido um prisioneiro e está agora encurralado na Embaixada dos Estados Unidos em Budapeste como refugiado político.” In: Amnistia Internacional Portugal, “Prisioneiros Esquecidos” (traduzido do original “The Forgotten Prisoners”), [http://www.amnistia-internacional.pt/index.php?option=com\\_content&view=article&id=679:os-prisioneiros-esquecidos&catid=51:aiat50&Itemid=116](http://www.amnistia-internacional.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=679:os-prisioneiros-esquecidos&catid=51:aiat50&Itemid=116).

52 Nomeadamente, New York Herald Tribune, Die Welt, o Journal de Genève, Politiken da Dinamarca, Dagbladet da Suécia, bem como jornais na Holanda, Itália, África do Sul, Bélgica, Irlanda e Índia e até uma pequena referência num jornal de Barcelona, não obstante o regime de Franco. (Power, 2001, p. 121).

53 Para Victor Nogueira, actual Presidente da AI-Portugal, relativamente aos grupos locais: “Apesar das suas limitações e dificuldades internas de funcionamento, os grupos constituíram durante muitos anos a base do suporte organizativo das secções, e também uma insubstituível escola do activismo e de formação, de onde emergiram a maioria dos dirigentes do movimento.” In: Nogueira, Victor (10 dezembro 2011) “50 anos de Activismo: Lições e Inquietações”, ENAI.

Seguindo o ano internacional para os refugiados em 1960<sup>54</sup>, 1961 assinalou o centenário da tomada de posse do Presidente Lincoln e do início da Guerra Civil que culminou na libertação dos escravos americanos e o centenário do decreto que emancipou os servos russos. Segundo Peter Benenson, esta foi uma época de optimismo que traduziu as grandes expectativas dos indivíduos, não só na abolição do uso de armas nucleares, como na criação de um único sistema mundial, que unisse homens, mulheres e crianças e onde as divergências seriam resolvidas pacificamente (Amnesty International, June/July 1986, p. 26). No que foi considerada uma breve janela na Guerra Fria<sup>55 56</sup>, este espírito permitirá e imbuí o nascimento da Amnistia Internacional.

Em 1986, por ocasião do vigésimo quinto aniversário e reflectindo sobre as origens do movimento, o artigo “Man of Vision” (Amnesty Internacional, June/July 1986) considerou a nova flexibilidade do pensamento existente em 1961, decorrente da recuperação económica do pós-guerra, sendo esse o ano em que o muro de Berlim foi erguido, num esforço de contenção dos refugiados que se dirigiam para o Oeste. Na mesma altura, a China prosseguia o seu “Grande Salto em Frente” e teve lugar a conferência ministerial da Commonwealth que condenou publicamente o *apartheid*. Foi também eleito o presidente mais jovem da história dos EUA, John Kennedy. Decorrido

---

54 “It was in 1960 I think that these thoughts came to a head in my mind. It was during World Refugee Year which was the first of those great international years. That one was set up to try to empty the displaced person camps all over Europe and it was a tremendous success. That led me to think that perhaps we could have another year to try to empty the concentration camps.” In: Amnesty International, “50 years Amnesty International – Peter Benenson” (act300142011en), Al Intranet.

55 “‘There was only one time when Amnesty could have been born, and that was in the exhilarating, brief springtime in the early sixties’, marked by the conjunction of three liberalizing world leaders — Kennedy, Khrushchev and Pope John XXIII.” In: The Observer, 25 maio 1986.

56 Para Ralph Dietl, em “*Towards a European “Third Force”? Reflections on the European Political and Security Cooperation, 1948–1964*”, a Guerra Fria – cujo impasse é traduzido na fórmula de Raymond Aron “paz impossível, guerra improvável” – é um excelente exemplo de um conflito bipolar, considerando não obstante a existência de diferentes explicações para a génese da ordem bipolar. A explicação geopolítica oferecida pelos pós-revisionistas considera que o conflito Este-Oeste era inevitável devido ao vazio de poder na Europa, que só poderia ser preenchido pelas grandes potências – a União Soviética, que de experiência revolucionária passou a ser um império totalitário que domina o espaço euro-asiático, e os Estados Unidos, que decidiram, pela segunda vez, uma guerra hegemónica e opõem ao universalismo comunista a sua convicção na universalidade dos valores da liberdade, democracia e na aliança das Nações Unidas, distanciando-se de um tradicional isolacionismo. A bipolaridade existia *de facto* desde a capitulação da Alemanha nazi em 1945 e foi formalizada pela criação da NATO em 1949. Como consequência, a NATO na Europa foi interpretada como sendo essencialmente um protectorado militar norte-americano.

um ano da constituição do movimento, foram lançadas as primeiras missões de Direitos Humanos para o Gana, Checoslováquia, Portugal<sup>57</sup> e Alemanha Oriental e um observador foi enviado para o julgamento de Nelson Mandela (Amnesty International, June/July 1986, p. 26-27). Em setembro de 1962 foi realizada uma segunda conferência internacional do movimento na Bélgica, na qual foi aprovado o nome “Amnesty International” e discutido um estatuto. Assim, no espaço de apenas dois anos, uma das maiores e mais bem sucedidas organizações de campanha do pós-guerra tinha sido imaginada, criada e tinha crescido para um nível de maturidade institucional.

Esta é a narrativa padrão da origem da Amnistia Internacional, que encontramos na maioria da literatura existente<sup>58</sup>. Tendo sido considerada a difícil definição da origem do movimento (Power, 1981, p. 120), as diferentes narrativas acabam por reflectir preferencialmente os desafios e sucessos da organização, como a atribuição do Prémio Nobel da Paz, em 1977<sup>59</sup>, ou o Prémio Especial das Nações Unidas pela sua contribuição para os Direitos Humanos, em 1978, ou pela atribuição de estatuto de consultor pelas Nações Unidas em 1964 e pelo Conselho da Europa em

---

57 Bert Lodge (2005, p. 28) recorda num artigo o resultado de uma missão que empreendeu para Peter Benenson, em 1962, para estabelecer centros de recolha de informação e distribuição de dinheiro pelas famílias de prisioneiros políticos por toda a península ibérica, realçando a paranóia dos governos das ditaduras de Espanha e Portugal relativamente a subversivos, especialmente estrangeiros. Tinha decorrido apenas nove meses do Verão de 1962, em que este Professor de Inglês da Universidade de Lisboa havia sido espancado pela polícia de choque, detido e interrogado pela polícia secreta e colocado num comboio e expulso de Portugal. O autor questiona quem teria avisado as autoridades portuguesas que planeava entrar novamente no país, insinuando que uma nova expulsão do país, que seria noticiada mais fortemente, traria atenção sobre a Amnistia Internacional, uma organização desconhecida que procurava atenção pública e apoios, chegando a insinuar o espírito tortuoso de Peter Benenson que não olharia a meios para obter os seus objectivos.

58 Serviram de suporte à investigação deste capítulo, além de documentos oficiais da AI, os livros de Jonathan Power “Amnesty International, the Human Rights story” (1981) e “Like water on stone – The story of Amnesty International” (2001), o livro de Jean-Paul Besset “Amnesty International – La conspiration de l’espoir. Trente ans au service des Droits de l’Homme” (1991) e o artigo de Tom Buchanan “The Truth Will Set You Free’: The Making of Amnesty International” (2002).

59 “Your Majesty, Your Royal Highnesses, Your Excellencies, Ladies and Gentlemen, This year the Norwegian Nobel Committee is awarding two Peace Prizes, one to the initiators of the Northern Ireland Peace Movement and one to the organization Amnesty International. These two movements have one thing in common: they have sprung spontaneously from the individual's deep and firmly rooted conviction that the ordinary man and woman is capable of making a meaningful contribution to peace. This is remarkable in an age when we live with the desperate pressure of the conviction that only the military power blocs equipped with nuclear arms are in a position to decide, for one and all of us, the question of war or peace. The two prizewinners have given a clear and simple No to violence, torture, and terrorism, and an equally clear and unreserved Yes to the defense of human dignity and human rights.”. In: Award Ceremony Speech, [http://www.nobelprize.org/nobel\\_prizes/peace/laureates/1977/press.html](http://www.nobelprize.org/nobel_prizes/peace/laureates/1977/press.html).

1965, enquanto marcos de reconhecimento internacional e institucional do trabalho desenvolvido pelo movimento. Na expressão do Procurador-Geral do Quênia (1977), a AI era descrita como uma organização de “jovens e velhas frustradas” ou como estando ao serviço de interesses obscuros. Salazar dizia que a AI era uma organização com o cérebro em Londres e o coração em Moscovo. Em Moscovo, o *Izvestia* e a Rádio Moscovo acusavam a AI de ser coordenador da propaganda contra a URSS, ao serviço da CIA; a Ocidente, a AI era acusada de ser um instrumento de terrorismo comunista, ao serviço do KGB; para Ayatollah Khomeini eram agentes do próprio Diabo (“Sábado”, 21 janeiro 1989; Besset, 1991, p. 97).

Relativamente à história que terá servido de inspiração à criação do movimento, alegadamente relatada no “The Daily Telegraph” em 19 de novembro de 1960, sobre dois estudantes portugueses detidos por brindarem à liberdade, evidenciamos a dificuldade de estabelecer a natureza exata dessa experiência. Tom revela, no seu trabalho de investigação, ter sido incapaz de localizar a notícia no diário, no referido dia bem como durante todo o mês de novembro e Dezembro. O primeiro documento que referencia este episódio data de 1962 e não menciona o referido brinde à liberdade. Buchanan menciona ainda no seu artigo uma transmissão de rádio para a BBC, a 4 de março de 1962, intitulada “a liberdade aos cativos”, em que Benenson referiu a sua viagem de metro a 19 de dezembro (e não novembro) e que a única prova contra os estudantes era terem conspirado contra o governo durante o jantar, o que o terá levado a reflectir sobre o estado do mundo onde dois amigos não podiam jantar sem ser presos (Buchanan, 2002, p. 576, nota 6).

No primeiro relatório anual da organização, relativo aos anos 1961-1962, o Presidente Lionel Elvin escreveu que Benenson recordou uma manhã quando, viajando no metro para o trabalho, lera sobre dois amigos portugueses que jantavam num restaurante em Lisboa. Uma observação crítica sobre o governo português foi ouvida e, por isso, teriam sido detidos e presos por traição contra o Governo<sup>60</sup>. De realçar que

---

60 “CHAIRMAN'S REPORT - AMNESTY was created just over a year ago out of a just anger against man's inhumanity to man. Peter Benenson, the founder of this movement, has recalled how one morning, travelling in the tube to work, he read about two Portuguese friends dining in a restaurant in Lisbon. A remark they passed that was critical of the Portuguese Government was overheard, and the next thing was that they were arrested and imprisoned for treason against the Government. The thought that it was possible to push two ordinary people around in such a way for doing nothing else but expressing a

em nenhum momento os nomes desses estudantes foram divulgados pela AI (ou o que lhes aconteceu posteriormente), que estes não constavam na lista dos prisioneiros escolhidos aquando do lançamento do apelo e, ao contrário do “The Daily Telegraph”, é possível encontrar neste período no “The Times” múltiplas referências à prisão política em Portugal (Buchanan, 2002, p. 577, nota 6), que vivia um período de grande repressão<sup>61</sup>. É interessante observar que Benenson escolheu descrever este momento como uma importante experiência religiosa, quando, numa entrevista de 12 de novembro de 1983, afirmou estar a passar por um período de grande atividade religiosa na sua vida, atribuindo importância considerável à reflexão na igreja de St. Martin-in-the-Fields (Buchanan, 2002, p. 583, nota 33).

As organizações tendem a desenvolver versões do seu passado que respondem às suas necessidades e propósitos atuais. Na prática, as narrativas sobre as origens da AI têm seguido a narrativa construída pelo próprio Peter Benenson, cujos elementos, como a história dos estudantes portugueses supra citada, nem sempre se sujeitam a uma investigação histórica minuciosa. A narrativa da origem da AI tem dois componentes essenciais, que passam pela constatação de um momento particularmente propício na história e política mundial, que possibilitou a criação da AI, e pela ênfase no momento de inspiração de um único homem, o seu “founding father”, Peter Benenson.

Nascido em 31 de julho de 1921, Peter Benenson era neto do banqueiro russo-judaico, Grigori Benenson, e filho de Flora Solomon, que o criou sozinha após a morte do seu marido, o coronel do exército britânico, John Solomon. Educado na Summer Fields, em Eton e Balliol College, em Oxford, esta educação de elite permitiu-lhe reunir

---

criticism of the regime under which they lived, so infuriated Peter Benenson that he decided something must be done about it. And so, in consultation with other writers and lawyers, AMNESTY was launched in a newspaper article in the London *Observer* on May 28th, 1961.” (Amnesty (International Movement for freedom of opinion and religion), 1962, p. 2).

61 “Unlike The Daily Telegraph, the times for this period is full of items concerning political imprisonment in Portugal: reports concern the jailing of eight printers (11 November 1960), nine alleged members of an illegal secret society (17 November 1960), a glassworker jailed for promoting meetings and contacts with members of an alleged illegal secret society (19 November 1960), six artisans (25 November 1960), a glassworker (28 November 1960), and a man and a woman jailed for engaging in subversive activities and crimes against the security of the state between 1953 and 1956 (19 December 1960).” (Buchanan, 2002, p. 577, nota 6).

contactos úteis aquando do lançamento do apelo para a Amnistia em 1961 (Buchanan, 2002, p. 577).

A primeira experiência política de Benenson teve lugar em Eton, quando, no contexto da Guerra Civil Espanhola, criou uma comissão de assistência espanhola. No final de 1930, participou no resgate de crianças judias da Alemanha nazi. Marlys Deeds, a irmã de um menino resgatado, tornou-se uma das primeiras ativistas da AI. No Exército até 1947, estudou Direito e tornou-se advogado. No final dos anos 1940 e início de 1950 era um membro ativo do Partido Trabalhista e da Sociedade de Advogados Trabalhistas, tendo chegado a ser candidato parlamentar. Em 1956, os interesses internacionais de Benenson aumentam significativamente quando, por sua iniciativa, a organização “Justice” foi criada para fazer campanha a favor de julgamentos justos e do Estado de Direito. Imaginando uma organização intrapartidária, que enviaria observadores a todos os julgamentos políticos, independentemente da composição política do regime (desde logo aos julgamentos políticos na Hungria e África do Sul em 1956) este foi um precursor do modelo que viria a ser adoptado na AI. Em 1959, Benenson desempenhou um papel importante na fundação do Comité de Defesa do Partido Trabalhista para os Democratas Espanhóis, uma organização criada para garantir um julgamento justo aos opositores do regime de Franco e para prestar assistência às suas famílias (Buchanan, 2002, p. 578).

Constatamos, assim, que a procura de justiça para opositores de regime, detidos apenas com base nas suas ideias e postura contra-hegemónicas, era já uma preocupação de Benenson antes da criação da AI, estabelecendo já modelos de acção que viriam a ser adoptados pela AI.

Benenson desenvolveu igualmente um interesse sobre questões coloniais, no Chipre, onde viveu uma temporada a recuperar de uma doença celíaca, e será aí que estabelecerá os primeiros contactos com Eric Baker (num momento prévio ao lançamento do apelo em 1961), um Quaker que se tornaria um dos colaboradores mais importante na AI. Baker, que morreu em 1976 com 55 anos, tinha dirigido um centro Quaker em Deli (entre 1946 e 1948), antes de se tornar secretário-geral do Conselho Nacional de Paz (entre 1954 e 1959) e ajudado a lançar a Campanha pelo

Desarmamento Nuclear (CND). No final de 1950, encontramos um interesse crescente da esquerda britânica sobre a questão da prisão política, especialmente sob os regimes de extrema-direita em Espanha, Portugal e Grécia. Neste período, o diário comunista “Daily Worker” relatava e fazia campanha em nome de prisioneiros na Espanha de Franco e outras ditaduras de direita. O jornal não comunista “New Statesman” relatava o aumento das prisões políticas nesse período. O apoio dado a prisioneiros em países como Espanha, representava um embaraço aos poderosos regimes repressivos, no momento em que estes tentavam ser identificados com o Ocidente, desde logo ao procurar a adesão à NATO (Buchanan, 2002, p. 579).

Apesar da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, na prática não existia uma língua comum dos Direitos Humanos. Os comunistas britânicos recusavam reconhecer a existência de presos políticos sob regimes do bloco soviético e o apoio a presos na Europa de Leste era tipicamente de organizações católicas ou de direita. Foi precisamente essa politização que Benenson procurou transcender no lançamento do seu Apelo em 1961, destacando a prisão política por uma convicção e não na causa da detenção (Buchanan, 2002, p. 579).

De considerar ainda a existência de apelos para a amnistia de presos políticos, que precedem o apelo de Benenson de 1961, de que é exemplo a campanha “Apelo para a Amnistia em Espanha” do Partido Comunista da Grã-Bretanha de 1959, exigindo uma amnistia para os presos políticos espanhóis, marcando o vigésimo aniversário do fim da Guerra Civil Espanhola. Campanhas semelhantes foram lançadas a favor de presos em Portugal e na Grécia (Buchanan, 2002, p. 580).

Será interessante enquadrar esta campanha na origem da Amnistia Internacional, desde logo pela coincidência na escolha de nome e pelo conhecimento da existência da campanha pelos fundadores da AI. No seu artigo no “The Observer”, Peter Benenson afirmou que o método adoptado pelo novo apelo iria superar os problemas enfrentados por anteriores campanhas de amnistia, nomeadamente o enfoque nas convicções políticas do preso.

Assim, parte do contexto para a formação da Amnistia Internacional relaciona-se com a crescente importância de prisão política e a identificação de abusos dos

Direitos Humanos como um problema durante a década de 1950 (Buchanan, 2002, p. 581).

Em 1958, Benenson converte-se ao catolicismo, decisão que influencia a sua escrita e ações subsequentes. Em 1959, na sequência de doença prolongada, deixa de exercer a profissão de advogado e, em 1960, passa um período de convalescença em Itália. Benenson assinala o seu afastamento do socialismo e uma nova crença baseada na transformação espiritual do indivíduo, influenciando a criação do seu apelo de 1961, influenciado pelas ideias de Frank Buchman, impulsionador do movimento “Moral Re-Armament”, e de Danilo Dolci, que desenhou uma campanha contra a pobreza, com base na ajuda colectiva, em cartas trocadas com Eric Baker (Buchanan, 2002, p. 582-583).

O exemplo de Dolci e o seu modelo de ativismo social voluntário bem como o modelo do MRA de Frank Buchman, parecem ter servido de inspiração ao modelo de desenvolvimento inicial da AI. Assim, Benenson começou a idealizar uma organização abrangente, aberta ao público em geral, que lutasse pela liberdade, e embora a ênfase na prisão política ainda não tivesse sido determinada e a forma exata da campanha não definida, já encontramos muitos dos elementos constitutivos do Apelo para a Amnistia de 1961.

De regresso a Inglaterra, Peter Benenson estabelece contactos relativamente à campanha a favor dos presos políticos. A maioria são juristas e destacam-se o já mencionado Eric Baker<sup>62</sup>, parceiro no lançamento e clarificação da natureza da campanha, e o irlandês Sean MacBride, incansável na luta pelas grandes causas desde a morte de seu pai pelos britânicos em Dublin, personalidades que partilham “a chama sagrada da revolta” (Besset, 1991, p. 38). Contacta ainda o advogado Louis Blom-

---

62 Carta de 13 de Janeiro de Peter Benenson a Eric Baker: “I am working on a scheme to make this year (anniversary of US Civil War & Emancipation of Serfs in Russia) an occasion for launching a general appeal for an Amnesty for all political prisoners everywhere. The appeal will be made on 11th November to link up with the idea of the Armistice. The Observer is offering its centre supplement on 12th November for the occasion, & I am finding a great deal of goodwill everywhere for the scheme. If you know of any people willing to undertake a little work on their own in this connection, I wd. be grateful. I am compiling a list of all pol. prisoners in each country for publication on Amnesty Day, and am looking for people who would undertake the responsibility of getting as much information about one or more countries, thus dividing the labour into compartments.” (Buchanan, 2002, p. 584).



Cooper, e por intermédio deste o “The Observer” e o seu proprietário, David Astor (Power, 1981, p. 10; Power, 2001, p. 120). Outro contacto inicial importante foi com Peter Archer, futuro Procurador-Geral, que sugeriu o aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos a 10 de Dezembro, como ponto culminante da campanha. Ao lado destes contactos, em 29 de Maio, coincidindo com o lançamento do artigo no “The Observer”, Benenson e Baker fizeram circular uma carta junto de dirigentes políticos, alertando para as preocupantes tendências na política mundial em 1961 (Buchanan, 2002, p. 584).

Em resposta à abordagem de Benenson, Baker questionou a definição de “prisioneiro político”. Para Benenson, seria quem tinha visto negada a sua liberdade pela defesa não violenta, oral ou escrita, de uma causa. Foi por sugestão de Baker que o termo agora conhecido como “prisioneiro de consciência” foi aprovado e tornou-se central no apelo da Amnistia (Buchanan, 2002, p.585), refletido no artigo do “The Observer”, que afirmou que a AI apoiaria qualquer pessoa fisicamente privada (por pena de prisão ou de outra forma) de expressar (por palavras ou símbolos) qualquer opinião, que não implique ou defenda qualquer tipo de violência.

A colaboração de Baker teve igualmente uma dimensão prática. Os editores da Penguin tinham encomendado a Benenson um livro, publicado em outubro de 1961 sob o título “Perseguição 1961”<sup>63</sup>. A ideia de apresentar estudos de caso de nove presos exigia um grande esforço de investigação. Ao contribuir para a pesquisa e forma final do livro, Baker permitiu que Benenson se dedicasse ao apelo (Buchanan, 2002, p. 586). Não é claro, contudo, o momento em que o título “Amnistia” foi formalmente adotado, tendo em conta que foi considerado um título inadequado, uma vez que pressupunha que algum tipo de crime teria sido cometido, bem como a ligação a campanhas para uma amnistia dos colaboradores em tempo de guerra, em países como França e Bélgica. O título inicial de trabalho, “Armistício”, pressupõe o período da Guerra Fria e pedido de abertura das portas da prisão aos presos condenados

---

63 Com pouco menos de 150 páginas, o livro contém uma definição breve de nove pessoas perseguidas da época. Essas pessoas são: Maurice Audin, Ashton Jones, Agostinho Neto, Patrick Duncan, Olga Ivinskaya, Luis Taruc, Constantin Noica, Antonio Amat e Hu Feng.

apenas com base nas suas convicções. Segundo Buchanan (2002, p. 584), o medo de antagonizar a Legião Britânica terá levado à adoção do termo “Amnistia”.

Nesta fase inicial, a AI era um movimento em constante estado de evolução, de campanha publicitária a movimento internacional de pleno direito. Neste ponto de origem, de destacar a ênfase dada ao direito de asilo e à perseguição religiosa, explícito na obra “Perseguição 1961”, onde a AI foi definida como “um movimento internacional para garantir a livre troca de ideias e a prática livre da religião” (Benenson, 1961), e a realização de duas conferências, em Londres sobre perseguição política e em Paris sobre perseguição religiosa<sup>64</sup>. As questões religiosas acabariam por ser incorporadas no conceito genérico de “prisioneiro de consciência”. As próximas campanhas foram pensadas numa série de reuniões à hora do almoço, geralmente no “White Swan Pub”, que contaram com Benenson, Baker, Hilary Cartwright (solicitadora com especial interesse em direito internacional) entre outros colegas e jornalistas, e cuja agenda era registada em guardanapos (Amnesty International, June/July, 1986, p. 26-27). As regras de adoção de prisioneiros e de trabalho criadas para as campanhas pretendiam dar uma resposta equilibrada ao contexto mundial de divisão em blocos (comunista, capitalista e não alinhados) e foram formalizados através da criação da “Rede de Três”. A rede especificava que se deveria trabalhar em casos de prisioneiros provenientes dos três blocos e tornou-se o aspecto mais conhecido do trabalho da Amnistia Internacional, conseguindo envolver os indivíduos desiludidos com a política partidária, os nunca antes envolvidos na vida pública ou que procuravam exprimir as suas crenças de um modo alternativo. Para essas pessoas, a AI era profundamente emancipadora (Buchanan, 2002, p. 596), através do método claro e simples de ação apresentado.

Em 1961, são adotados 210 presos. Em setembro do mesmo ano surge o primeiro relatório anual da Amnistia Internacional, que documenta mais de 1200

---

64 “In France, the going was often tough too: a meeting was called in Paris, of all leaders of all the leading faiths in France to discuss religious tolerance and the humane principles of Amnesty. I well remember stamping around Paris in that hot summer and looking for a Buddhist who was prepared to abandon his ivory tower concept and join the rest of us in some active work, and it wasn't at all easy. Eventually I found one in a garret over Montmartre.” (Amnesty International, June/July 1986, p. 26-27).

casos<sup>65</sup>. Em 1962, 770 presos serão adotados e Abdul Ghaffar Khan, discípulo paquistanês de Gandhi, torna-se o primeiro “prisoneiro do Ano” da Amnistia (Besset, 1991, p. 41).

Nesta fase inicial da criação do movimento, muitos prestam tributo ao carisma e energia de Peter Benenson, afirmando mesmo “Amnesty was Peter”<sup>66</sup>. Um factor de sucesso era a sua capacidade de criar símbolos e imagens dignos de memória e a sua capacidade de liderança (Besset, 1991, p. 40). Essa liderança reflectiu-se na adesão de dois grupos distintos ao movimento.

Um maioritariamente masculino e constituído por advogados, académicos e activistas, como os já referidos Sean MacBride, Louis Blom-Cooper e Peter Archer, bem como Norman March (secretário geral da Comissão Internacional de Juristas), Neville Vincent (advogado) e Andrew Martin (membro da “Justice”), que desempenhavam funções de liderança e assessoria (Buchanan, 2002, p. 589).

O segundo grupo, predominantemente feminino, conduzia as actividades da organização, e embora existissem trabalhos remunerados, a maioria era voluntária. Destacam-se Peggy Crane (natural da África do Sul, membro do Partido Trabalhista de South Kensington, onde conheceu Benenson), Christel Marsh (natural da Alemanha, que havia sido presa pela Gestapo antes de se casar com Norman Marsh, em 1939, que tinha trabalhado junto da Oxfam e Conselho Nacional para as Mulheres, era responsável pela recolha de informações sobre os presos políticos<sup>67</sup>), Deeds Marlys (professora, natural da Alemanha, judia, em Inglaterra desde 1938 juntou-se à AI em 1962, era responsável pela organização dos grupos locais), Dorothy Warner (também natural da Alemanha, filha de pai protestante-judeu e mãe católica, sobreviveu à

---

65 “Foreign newspapers from eight countries are regularly scanned for information about those imprisoned, and these reports are filed, specific information about each prisomn' being transferred to index cards. Many organisations and individuals interested in this field of human rights also supply information. In 12 months the Library has accumulated histories of about 1,200 prisoners, and these are much used as a source of information by the press and other interested bodies.” (Amnesty (International Movement for freedom of opinion and religion), 1962, p. 5).

66 Christel Marsh, 7 novembro 1983 (Buchanan, 2002, p. 587).

67 “Under the guidance of Christel Marsh, the AMNESTY Library has become a unique repository of information about those imprisoned for their convictions. It is staffed entirely by voluntary help.” (Amnesty (International Movement for freedom of opinion and religion), 1962, p. 5).

prisão e trabalho forçados em 1944) e Diana Redhouse (designer inglesa, responsável pela criação do logo da AI, discriminada pela sua ascendência judaica enquanto estudante e funcionária pública). Segundo Buchanan (2002, p. 590), estas mulheres, nas entrevistas do projeto de história oral dos arquivos da Amnistia Internacional, referem a sua resposta imediata ao apelo da AI<sup>68</sup>, reflexo das suas experiências pessoais de perseguição e perda. O trabalho desenvolvido junto da AI tinha um importante significado para elas, não obstante constatarem as exigências que este trazia e o ressentimento da divisão de género sentida, pelo desempenho de papéis menores, traduzidos na sua ausência de posições de liderança ou nas missões de observação ao estrangeiro, com a excepção de Hilary Cartwright.

O apelo introduziu um elemento de novidade, num momento de crescente prosperidade e consumismo, de ajuste político e declínio partidário. A AI era atraente precisamente porque parecia tão distinta da política tradicional e possuía uma motivação genuinamente universal. No desenho das suas campanhas, apercebemo-nos da consciência do poder dos símbolos e do potencial da comunicação social na angariação de novos públicos, permitindo que homens e mulheres comuns sentissem que, através de pequenas e concretas ações, seriam capazes de fazer a diferença em causas de interesse internacional.

Dispondo de escassos recursos, Benenson ambicionava criar um centro único de informações sobre prisioneiros políticos, lançando simultaneamente as bases de um movimento voluntário para apoiá-los. A necessidade dos grupos locais serem auto-suficientes, determinou a confusão na identificação dos prisioneiros e investigação nos primeiros anos<sup>69</sup>, o que é exemplificado pela adopção de um criminoso da Alemanha

---

68 “A condição de homem (*sic*) exige que o indivíduo, embora exista e aja como um ser autónomo, faça isso somente porque ele pode primeiramente identificar a si mesmo como algo mais amplo - como um membro de uma sociedade, grupo, classe, estado ou nação, de algum arranjo, ao qual ele pode até não dar um nome, mas que ele reconhece instintivamente como seu lar” (Scrutori, 1986, p. 156).” (Hall, 2006).

69 “the overwhelming enthusiasm and initiative of our original members, many of whom used to work in the office... In those days we had no individual membership – we didn't believe in it – we thought that anyone who wanted to join Amnesty should certainly work in a group and earn his pittance rather than pay. And so it was entirely a working movement which I think was really effective, I'm bound to say, because groups those days were free to organize their own activities and many of those that did, started their own campaigns, sending their own members to countries of repression and sometimes even bringing about their own releases.” (Amnesty International, June/July 1986, p. 27).

Oriental. Cedo surgiram tensões entre o idealismo dos grupos locais e o pragmatismo de Benenson que, em memorando de dezembro de 1961, argumentava a difícil tradução da resposta emocional dos ativistas locais numa real pressão para libertação de prisioneiros, sugerindo objetivos mais limitados (Buchanan, 2002, p. 592).

O sucesso inicial da AI concentrou-se na Grã-Bretanha, onde encontramos a grande maioria dos 70 grupos locais citados no primeiro relatório anual. O crescimento da AI fora da Grã-Bretanha foi lento e desigual e, até ao final de 1961, determinado pela identificação de indivíduos de confiança para desenvolver o núcleo de secções nacionais. Não obstante, núcleos activos foram criados na Alemanha Ocidental, Países Baixos e na Escandinávia. Em setembro de 1962, a segunda conferência da AI em Sisjele, Bélgica, contou com a participação de 60 delegados. A agenda da reunião incorporou o esboço de um Código Internacional de Conduta para presos políticos, de apelos ao direito de asilo, a criação de um fundo mundial para os Direitos Humanos, as comemorações do dia internacional dos Direitos Humanos e a reflexão sobre a importância de uma linguagem comum. Na sessão final, por sugestão de Andrew Martin, foi aprovado o título “Amnesty International”<sup>70</sup> (Buchanan, 2002, p. 596).

Entendida como veículo para concretizar o movimento mais amplo de mudança social e espiritual e não apenas como um movimento para libertar prisioneiros, Benenson, em “First Notes on Organisation”, argumentou que o sucesso da campanha da AI não se deveu à qualidade do artigo em si mas *“to the wavelength on which it was transmitted. The underlying purpose of this campaign (...) is to find a common base upon which the idealists of the world can co-operate. It is designed in particular to absorb the latent enthusiasm of great numbers of such idealists who have, since the eclipse of Socialism, become increasingly frustrated; similarly it is geared to appeal to the young searching for an ideal, and to women past the prime of their life who have been, unfortunately, unable to expend in full their maternal impulses.”*<sup>71</sup>.

---

70 “We chose the title Amnesty International and further to that, set out the framework of linguistic representation, which was the embryo International Executive. Languages seemed to us to be the key... to be getting Amnesty's message in all different languages across the world” (Amnesty International, June/July 1986, p. 26 e 27).

71 In: Buchanan, 2002, p. 593.

Quanto ao propósito da Amnistia Internacional, Benenson afirmou em carta de 9 de agosto de 1961, *“To me the whole purpose of AMNESTY (using the movement in its broadest sense) is to re-kindle a fire in the minds of men. It is to give to him who feels cut off from God a sense of belonging to something much greater than himself, of being a small part of the entire human race. If, God willing, this fire stays alight, then each one with the spark burning inside of him will use it in his own way... my work consists of trying to hand on the spark in many different shapes, in altered ways, to divers people. What they do next, they must decide themselves... if the spark of AMNESTY has any power, it is to convince each of us that everything is in his power.”*<sup>72</sup>.

No final do ano de campanha, Benenson previa a divisão da AI em três organizações permanentes: a Biblioteca dos Prisioneiros de Consciência, o IEAL (“The International Enquiry about Liberty”, com sede na Holanda e que se tornaria o primeiro partido político internacional) e um Jornal, que estabeleceria a ligação entre os primeiros. Assim, Benenson não estaria interessado em criar uma ONG cada vez mais profissionalizada e burocrática. O objetivo final da AI não era combater os sintomas da prisão política, mas as suas causas, enquanto veículo de criação de um estado de consciência vigilante do mundo. A frustração causada pela dificuldade de alcançar imediatamente esse objetivo, marcou a reunião de 1964 em Canterbury, quando Benenson enfatizou o aumento da intimidação, tortura e execuções e o reduzido impacto da AI. Foi Sean MacBride que restabeleceu o ânimo dos delegados, apontando o papel da AI na libertação de prisioneiros na Europa de Leste e Espanha (Buchanan, 2002, p. 594-595).

Em 1966, irrompe uma grave crise interna, a partir de um relatório da AI sobre a colônia britânica em Aden e a suspeita do uso de tortura pelas forças britânicas (Power, 1981, p. 17 e Power, 2001, p. 126-130). Peter Benenson alegou que a organização tinha sido infiltrada pelos serviços secretos britânicos, que teriam impedido a divulgação do relatório (recaindo as suas suspeitas sobre Robert Swann, antigo funcionário do Ministério dos Negócios Estrangeiros britânico, que seria afastado do movimento e que passaria os seguintes anos em Marrocos a ensinar

---

72 In: Buchanan, 2002, p. 593-594.

inglês) e seria necessário deslocar a sua sede para um país neutro, como a Suécia ou Suíça. Os resultados da investigação independente, acordada com Sean MacBride e liderada pelo professor de direito internacional Peter Calvocoressi, não apoiaram as suas alegações levando Benenson a afastar-se da organização, regressando apenas nos anos 1970.

O afastamento do “founding father” trouxe uma inevitável e profunda divisão interna na AI. O lugar de Presidente da AI foi extinto e Eric Baker indicado para o lugar de Secretário-Geral, resgatando a AI do seu declínio precoce. Entre junho de 1967 e junho de 1969, o número de grupos cresceu de 410 para 550 e dos 2000 prisioneiros adotados, 293 foram libertados. Em julho de 1968, Martin Ennals foi nomeado Secretário-Geral da AI, posição que manteve durante doze anos (Power, 1981, p. 18). O clima de desilusão no Ocidente com o avanço da guerra no Vietname, o golpe militar no Chile em 1973<sup>73</sup> e o reconhecimento do valor da AI enquanto fonte de informações precisas sobre os Direitos Humanos, incentivaram a adesão ao movimento.

Os primeiros dez anos da Amnistia Internacional testemunharam o crescimento do movimento, de um pequeno grupo de voluntários, em Londres, liderados por Peter

---

73 Sobre o golpe militar no Chile, Sónia Ferreira (2003) apresenta-nos uma análise comparativa das histórias de vida, enquadradas por uma etnobiografia, de quatro mulheres chilenas, mulheres de detidos “desaparecidos”, categoria de presos políticos que surgem no período de grandes transformações sociais e políticas do Governo da Junta Militar (1973-1990). “No Chile, a 11 de Setembro de 1973, o Governo Constitucional do Presidente Salvador Allende é derrubado por um golpe de Estado. Este foi dirigido por uma junta militar do exército, da marinha, da força aérea e dos carabineiros do Chile. Augusto Pinochet, general do Exército, assume o poder e dá-se início a uma perseguição sem precedentes contra os partidários do regime anterior, dos partidos de esquerda em geral e dos movimentos populares. As piores violações dos direitos individuais e sociais do Chile moderno produziram-se durante esta época. Em nenhum outro período foi tão precário o direito à vida, o acesso à informação, o direito de permanecer na pátria e de protecção dos tribunais de justiça.” (Ferreira, junho 2003, p. 86). Ferreira (junho 2003, p. 90-93) define o desaparecimento forçado, expressão do “terrorismo de Estado”, praticado até novembro 1989, como método repressivo, já conhecido na guerra psicológica, onde a ausência de cerimónia de luto rompe com o vínculo cultural dos vivos com os defuntos e traz insegurança e solidão. Numa tentativa de pôr fim a esta prática, as Nações Unidas adotaram em dezembro de 2006 a Convenção Internacional para a Protecção de Todas as Pessoas contra os Desaparecimentos Forçados. Esta Convenção tem como objetivo prevenir desaparecimentos, descobrir a verdade quando estes acontecem, penalizar os responsáveis e providenciar compensações às vítimas e famílias. A 30 de agosto de 2011, as Nações Unidas celebraram o primeiro Dia Internacional das Vítimas de Desaparecimento Forçado. A Amnistia Internacional documentou casos de desaparecimentos em todos os continentes e tem trabalhado continuamente sobre este problema, nomeadamente no Chile, como relatam Larsen (1978, “Le Chili après Allende”, p. 74-79) e Powers (2001, “The Pinochet case”, p. 95-118), na sequência da campanha mundial para abolição da tortura em 1972. Mais recentemente, em 2003, a AI Portugal organizou uma concentração junto da embaixada do Chile, como forma de protesto ante o conhecimento de torturas realizadas a bordo do navio “Esmeralda”.

Benenson, a 850 grupos em mais de 27 países<sup>74</sup>. A AI tinha conseguido estabelecer-se como um ator no plano internacional.

Em 1986, por ocasião do 25º aniversário da AI, Benenson afirmou: *“We have something to commemorate but nothing to celebrate... perhaps the best theme for this year, 1986, was chosen by the French-Canadian Section, “Il n'y a pas quoi fêter!” - there's nothing to get excited about, nothing to celebrate”. There isn't. But there's a lot to remember.”* (Amnesty International, June/July, 1986, p. 26-27).

Para Victor Nogueira, por ocasião do 50º aniversário da AI, “sem a AI, a história contemporânea não seria a mesma, no conhecimento dos crimes dos Estados, das dores e sofrimentos silenciosos de tantos, mas também dos seus ideais, lutas e esperanças” (Nogueira, 10 dezembro 2011).

Hoje, a AI teve a percepção estratégica das transformações no mundo e procurou evoluir com elas e progressivamente deixou de ser orientada para os prisioneiros de consciência, procurando responder a novas formas de repressão, a situações de complexidade política, conflitos armados, crises sociais ou humanitárias e a solicitações externas, alargando os domínios e as técnicas de intervenção, com recurso a tecnologias inovadoras, redes e novas formas de participação pública, em que se inclui a colaboração ou coligações com outras organizações. Para Victor Nogueira, os primeiros manifestos da AI apenas apontavam exemplos de prisioneiros de consciência, porque na época eles seriam, para o grande público, provavelmente os melhores símbolos da luta contra as injustiças e as violações de Direitos Humanos. É sobre estes símbolos que procuraremos reflectir em seguida.

---

74 In: <http://www.amnesty.org/en/who-we-are/history>.



## **CAPÍTULO 6 – “Melhor acender uma vela do que amaldiçoar a escuridão”: os símbolos organizacionais.**

Se o ano de 1861 foi marcado pela liberdade do corpo da escravidão, pela emancipação dos servos na Rússia e pela eclosão da Guerra Civil nos EUA, a celebração do centenário em 1961 seria marcada pela luta pela liberdade de opinião, numa breve janela na história que permitiu a criação da Amnistia Internacional.

Nesta fase inicial da criação do movimento, os fundadores da AI refletiram desde logo sobre a imagem, os símbolos e a comunicação da organização (Besset, 1991, p. 40)<sup>75</sup>.

Na sequência da publicação do artigo no “The Observer”, surge o símbolo que se tornará o logotipo<sup>76</sup> da AI: uma pequena vela envolta em arame farpado. Este projeto gráfico terá sido inspirado por um provérbio chinês, “É melhor acender uma vela do que amaldiçoar a escuridão”, e pretendia representar o programa de acção

---

<sup>75</sup> Relativamente às linguagens e símbolos que as ONG recorrem, Douglas direcciona as suas preocupações para a maneira como as “instituições” (um conceito muito mais amplo do que organização) pensam: como estas classificam, colocam a incerteza sob controlo e direccionam memórias e percepções, de uma forma compatível com as relações que têm o seu aval. Asad critica os antropólogos, incluindo Douglas, que baseiam as suas construções de sociedade sobre uma “cultura autêntica”, entendido por sistema unitário de valores, ao qual todas as acções e discursos estão conectados numa totalidade que se auto-reproduz, por meio de mudanças nas condições políticas e económicas. Asad argumenta que tal concepção torna a experiência individual, a interacção social e o discurso colectivo parasitários e a mudança impossível e questiona: qual o processo que determina a transformação de certos “significados essenciais” em significados dominantes? A estabilidade institucional depende da naturalização de classificações sociais, para que a instituição seja vista com um fundado propósito, de razão e natureza. Fairclough argumenta que existem discursos ideológicos concorrentes e um destes discursos torna-se dominante quando a sua ideologia (conhecimento sistemático, composto por discursos materialmente fundados e discursos afins que são afirmações de verdade, nos quais alguém acredita e que são considerados como auto-evidentes ou naturais, tornando as alternativas impensáveis, mas estando enraizada em condições históricas e podendo ser objecto de contestação) torna-se um dado adquirida. A abordagem de Douglas é, por isso, limitada pela sua ênfase na estabilidade e no pressuposto de consenso, portanto, não diferenciando o poder do povo para resistir ou mudar as instituições. Entender a cultura enquanto processo permite colocar o enfoque sobre a linguagem e poder, mostrando como os discursos são construídos e contestados, com que finalidade e com que resultado (Wright, 1994).

<sup>76</sup> “O logotipo é o sinal adequado a identificar uma entidade que preste serviços ou comercialize produtos, distinguindo-as das demais, podendo ser utilizado, nomeadamente, em estabelecimentos, anúncios, impressos ou correspondência. É o modo pelo qual determinada entidade pretende ser conhecida junto do público. O logotipo pode ser constituído por um sinal ou conjunto de sinais susceptíveis de representação gráfica, nomeadamente por elementos nominativos, figurativos ou por uma combinação de ambos.”. In: <http://www.marcaspatentes.pt/index.php?section=154>.

proposto pela Amnistia Internacional. Relativamente a estas palavras que hoje encontramos em cartazes, *T-shirts* e postais em dezenas de idiomas em todo o mundo, Peter Benenson afirmou que “A vela não arde por nós, mas para todos aqueles que não conseguimos salvar da prisão, que foram baleados no caminho para a prisão, que foram torturados, que foram sequestrados, que ‘desapareceram’. É para isso que a vela serve”<sup>77</sup>. Para Benenson, mais do que uma chama de esperança, a vela representaria todos os prisioneiros que morreram detidos e aqueles ainda vítimas de tortura<sup>78</sup>.

O projecto gráfico, uma vela envolta em arame farpado, tinha sido escolhido para o primeiro cartão de Natal da Amnistia Internacional, pela simplicidade e eficácia do seu simbolismo. A artista responsável era Diana Redhouse, uma *designer* que viria a ser secretária do grupo de adoção da AI em Hampstead no norte de Londres.

Diana Redhouse nasceu em Londres, em 1923, filha de pais judeus de origem polaco-russa, e foi educada na escola do convento local, onde havia apenas duas ou três meninas judias. Empregada de escritório em Hendon, em 1943 foi uma das poucas mulheres a ser recrutada para o exército. As suas habilidades artísticas foram usadas para criar exposições itinerantes que promoviam o trabalho do exército. Após a guerra, o exército ajudou-a a encontrar um trabalho na *St. Martins School of Art*, em Londres. Embora se definisse como não religiosa, a sua origem judaica influenciou a sua consciência social e foi neste período do pós-guerra que Redhouse se envolveu com grupos anti-fascistas do East End, oferecendo os seus serviços como motorista<sup>79</sup>. É nesta época que toma conhecimento do apelo por uma Amnistia de 1961.

Conscientes da importância do símbolo e da criação de imagens dignas de memória, os fundadores da Amnistia Internacional planearam a celebração do primeiro dia dos Direitos Humanos, na igreja de St. Martin-in-the-Fields em Londres. As

---

<sup>77</sup> “The candle burns not for us, but for all those whom we failed to rescue from prison, who were shot on the way to prison, who were tortured, who were kidnapped, who “disappeared”. That’s what the candle is for”. In: “Voices for freedom: an Amnesty International anthology” (1986).

<sup>78</sup> “Peter Benenson.” *The Economist* [US] 5 Mar. 2005: 85US. *General OneFile*. Web. 20 Apr. 2012. In: <http://go.galegroup.com.vlib.interchange.at/ps/i.do?id=GALE%7CA129823298&v=2.1&u=wash89460&it=r&p=ITOF&sw=w>.

<sup>79</sup> In: <http://www.guardian.co.uk/news/2007/dec/07/guardianobituaries.society>.

então celebridades Cy Grant e Julie Christie foram amarradas e as suas cordas queimadas pela vela da Amnistia Internacional, acesa por Peter Benenson e pela antiga prisioneira do campo de concentração alemão de Ravensbrück e heroína da resistência, Odette Churchill, dando corpo ao provérbio chinês. A vela foi então queimada durante uma vigília, rodeada por ex-prisioneiros de consciência exilados. Nesse mesmo dia, reúne-se o primeiro grupo de adoção da Alemanha Ocidental, que adota prisioneiros de consciência provenientes de diferentes áreas geopolíticas: um poeta soviético, um testemunha de Jeová espanhol e um escritor sul-africano (Power, 1981, p. 12; Power, 2001, p. 122).

Hoje, o logotipo da Amnistia Internacional, combinando duas imagens reconhecíveis para transmitir noções complexas, a repressão e a resistência, é um dos mais amplamente reconhecidos símbolos não-comerciais do mundo<sup>80 81</sup>. O logotipo foi redesenhado em 2000 por Simon Endres. O logotipo é projetado como um selo ou carimbo a preto e branco, independentemente da cor de fundo onde este é aplicado, onde a relação entre os elementos é permanente e imutável e a vela envolta em arame farpado só deve aparecer enquanto elemento do selo<sup>82</sup>.

Os logotipos, resultante da junção dos elementos *logos* (palavra) e *typos* (impressão, marca), fazem parte de um sistema de representação convencional, onde só têm sentido na medida em que são indicadores do objecto que representam, contendo em si “valores de identificação, identidade, auto-identidade no tempo e no espaço” (Santaella, 2005, p. 258). Para Pinho (1996, p. 14-15), o seu “principal objectivo é provocar a identificação imediata de uma determinada instituição ou produto, e para isso ele deve ser facilmente fixado na memória do público, destacando-se entre milhares de outros estímulos visuais que diariamente são

---

<sup>80</sup> In: <http://waste-of-mind.com/2009/02/meaning-of-the-amnesty-candle/>.

<sup>81</sup> Contudo, nem sempre existiu unificação no uso do símbolo da AI. Victor Nogueira, em entrevista de 7 de junho de 2012, lembrou que, previamente à aplicação do conceito de identidade global em 2007 (que se vinha a falar desde 1999), a secção de Israel não fazia uso do símbolo da vela envolta em arame farpado mas de uma mão, a secção do Japão, por sua vez, recorria à imagem de algemas e a da Alemanha só fazia uso do nome Amnistia Internacional. Victor Nogueira lembrou ainda que a secção portuguesa, por ocasião do 25º aniversário, produziu um logo especial utilizado no papel timbrado da secção.

<sup>82</sup> O processo criativo de renovação do logo está disponível em <http://www.teamproam.com/>.

recebidos pelas pessoas. Essa memorização instantânea é reforçada pelo uso constante do logotipo.”.

O logotipo da Amnistia Internacional criado por Redhouse fornecia o suporte à imagem institucional da AI, que pretendia chamar a atenção para os valores defendidos pelo movimento, distinguindo-o da política tradicional e com uma motivação genuinamente universal. Para distinguir dos restantes movimentos e estruturas partidárias, o logotipo da AI passa a ser repetido frequentemente nas comunicações e eventos, permitindo a familiarização e consequente registo na memória dos indivíduos, pela sua manutenção ao longo dos anos, embora submetido a pequenos ajustes. Estes pequenos ajustes são evidenciados por Victor Nogueira, em conversa a 7 de junho de 2012, quando chama a minha atenção para uma gravura da vela envolta em arame farpado do livro de Power de 1981, que relata a criação do logotipo por Diana Redhouse. Nesta gravura inicial, o arame farpado tem um desenho mais retilíneo, simbolizando os contornos de uma prisão, ao contrário do desenho em curva que este arame apresenta no logotipo actual, e a vela é dividida e pintada a preto, enquanto que a vela actual é toda branca, representando a evolução deste símbolo da AI.

Entre os ajustes efectuados à imagem institucional da Amnistia Internacional, destacamos os realizados no campo cromático, pela adopção do amarelo e preto.

A cor, segundo Kandinsky, é “canal para a expressão de uma realidade interior, através da evocação das emoções traduzindo-se numa linguagem universal que relaciona movimentos, temperatura e sons musicais”<sup>83</sup> e no caso da Amnistia Internacional é um importante veículo para a construção de uma identidade global. Como relembra Pedrosa (2009, p. 110-111) “os diversos elementos da simbologia da cor, como em todos os códigos (visuais, gestuais, sonoros ou verbais), resultam da adoção consciente de determinados valores representativos, designativos ou diferenciadores, emprestados aos sinais e símbolos que compõem tais sistemas ou códigos. Com efeito, o que dá qualidade e significado ao símbolo (sinais sonoros, verbais ou visuais) é sempre a sua utilização. Por isso, a criação dos símbolos mais

---

<sup>83</sup> In: Barros, 2006, p.20.

significantes e duráveis é, via de regra, ato colectivo de função social, para satisfazer certas necessidades de representação e comunicação”.

Para a apresentação da nova imagem da Amnistia Internacional<sup>84</sup>, em 2007, foi criado um *kit* de identidade global para as diferentes estruturas, com o objectivo de ajudar a criar comunicações focadas e unas (mas não necessariamente uniformes), reforçando a capacidade de resposta e impacto do movimento num mundo global.

A identidade global foi concebida para ser usada por todos os elementos do movimento: secretariado internacional, secções nacionais, grupos e activistas. Mais do que grafismo, o *kit* apresenta a identidade global como uma forma comum de falar e agir que pode mudar o mundo<sup>85</sup>. Nesse documento, a Amnistia Internacional apresenta-se como movimento mundial único, que pode libertar as pessoas da injustiça, e o espírito da identidade global deve imbuir os materiais criados, combinando o sentimento de indignação e esperança. Os elementos da identidade global são enunciados.

O amarelo pretende representar a chamada de atenção, o destaque, a urgência em agir, sendo igualmente cor de esperança<sup>86</sup>. O painel amarelo contém o símbolo da vela envolta em arame farpado, traduzindo simultaneamente opressão e esperança, sendo identificada como ícone poderoso da AI e amplamente reconhecido. São ainda referidos o cabeçalho, curto e incisivo, transmitindo um sentimento de indignação e, por fim, o nome da organização e, opcionalmente, um *slogan*<sup>87</sup> ou o nome de uma campanha, enquanto chamamento para a ação que transmita um sentimento de esperança. O *kit* indica métodos para a elaboração de relatórios, campanhas, de colaborações com outras organizações e trabalho com indivíduos, onde o amarelo, já

---

<sup>84</sup> Amnesty International (2007) “Make more impact: Global Identity Toolkit”.

<sup>85</sup> No original “It’s not just graphics: it’s a way of talking and acting that can change the world”, Amnesty International (2007) “Make more impact: Global Identity Toolkit”, p.3.

<sup>86</sup> Sónia Pires, antiga Vice-Presidente da Direção da AI – Portugal 2010-2012 e antiga coordenadora do grupo de juristas, em entrevista de 13 de abril de 2012 e relativamente aos símbolos da AI “eu não gosto particularmente da imagem da AI actual, apesar de perceber e gostar do significado, preferia as cores antigas, o azul e branco, porque acho que o amarelo e preto são muito agressivos.”.

<sup>87</sup> Para Morgan os slogans, a linguagem evocativa, os símbolos, histórias, mitos, cerimónias, rituais e padrões de comportamento, decoram as superfícies da vida organizacional e apenas dão pistas sobre a existência algo muito mais profundo comum a todos os sistemas de significado (Wright, 1994).

identificado enquanto “Amnesty yellow”<sup>88</sup>, deve constar. A vela deve ser utilizada de forma destacada e a simplicidade da imagem é evidenciada, de modo a facilitar a imediata identificação da Amnistia Internacional<sup>89</sup>.

O processo de actualização da marca e imagem institucional de 2007, para promoção dos fins propostos de capacitação do movimento em resposta aos efeitos da globalização, molda e manipula a cultura organizacional dentro da Amnistia Internacional, enquanto movimento internacional, unificando o comportamento<sup>90</sup> dos seus activistas, na partilha e comunicação dos seus valores fundamentais, que vieram a determinar o aumento do seu mandato.

Na esteira de Castoriadis (1982), o imaginário social da Amnistia Internacional, entendido como rede de sentidos, liga os referidos símbolos (significantes) a significados (representações, ordens para fazer ou não fazer) e fá-los valer como tal, junto do grupo considerado, no caso os activistas e, mais amplamente, os simpatizantes e público em geral. A Amnistia Internacional pretende criar um imaginário comum, através da transmissão de um conjunto de significados e sentidos, pela utilização dos elementos simbólicos constitutivos da sua denominada identidade global e de uma linguagem comum<sup>91</sup>, conjugando aspectos afectivos e emotivos (a luta pela liberdade, a contestação contra a repressão) com aspectos estéticos (a vela envolta em arame farpado e a utilização do amarelo). Através da criação e

---

<sup>88</sup> “The brand colour is Amnesty Yellow. Amnesty Yellow is 100% process yellow. Yellow is the colour of urgency, but also the colour of hope. We use yellow as the colour for the AI Action Panels or as the colour of urgent action or legal documents where it is vital to stand out (...) 2. The use of yellow and the AI Action Panel are intended to become emblematic of Amnesty International. Our members and activists should incorporate their messages in a yellow panel to identify them with Amnesty International.”

<sup>89</sup> Relembramos a este nível Schwartzman (1993, p. 34) e a sua definição de cultura, enquanto organização informal, como algo que se desenvolve dentro de uma organização focando a atenção no estudo dos valores organizacionais, criados ou transmitidos através de mitos organizacionais, histórias e lendas, rituais e cerimónias e os símbolos e linguagem especializada, que permitem a partilha de valores fundamentais e crenças.

<sup>90</sup> Relativamente ao comportamento dos activistas, de referir a elaboração do “Manual da Amnistia Internacional” em 2002, um manual básico de referência para todos os membros da AI cuja finalidade é constituir um guia geral à política e práticas da organização, estando a informação organizada alfabeticamente, de modo a facilitar a obtenção de informação pretendida.

<sup>91</sup> A preocupação com a linguagem utilizada nas comunicações do movimento, determinou a criação de um livro de estilo em 1972, o “Amnesty International Style Sheet”, revisto em 1981, constando na capa a frase de Confúcio “If language is not correct, then what is said is not what is meant; if what is said is not what is meant, then what ought to be done remains undone”.

comunicação de uma marca global representante da sua identidade global, a Amnistia Internacional pretende reforçar a ideia da sua diversidade interna enquanto sustenta a ideia de um movimento global inclusivo, reforçando sinergias na concretização de uma comunidade global.

Sendo certo que a identificação com a organização varia de membro para membro, quando existe uma forte ligação à organização os membros tendem, no processo de identificação, a autodefinir-se com atributos ou dentro dos valores da própria organização. A conexão de um membro à organização advém das imagens que tem da organização. A primeira imagem, aquilo que o membro acredita que distingue, que é central e duradouro à organização, é, no entendimento de Dukerich, Dutton e Harquail (1994) a identidade organizacional percebida. A segunda imagem, o que o membro acredita ser a opinião do público em geral sobre a organização, definem como imagem externa construída. Uma pessoa será fortemente identificada com uma organização quando a sua identidade como membro da organização seja mais saliente que as identidades alternativas e o seu autoconceito tenha muitas das mesmas características que acredita definirem a organização como um grupo social distinto dos restantes grupos.

Os membros que acreditam que a sua organização tem uma cultura, estratégia, estrutura distintas, são propensos a experimentar altos níveis de identificação organizacional. Assim, quanto maior for o carácter distintivo de uma imagem organizacional em relação a outras organizações, mais forte será a identificação de um membro. Relembramos aqui a resposta imediata ao “Apelo para a Amnistia de 1961”, reflexo das experiências pessoais de perseguição e perda, mas também pela organização se apresentar como algo distinto da política tradicional, evidenciando o seu carácter de imparcialidade e motivação universal, e que através de uma ação concreta as pessoas seriam capazes de fazer a diferença em causas de interesse internacional.

De referir também as narrativas sobre a origem da AI que enfatizam a figura e o carácter de Peter Benenson, “founding father”, que em momento de inspiração perante a injustiça cria o movimento – a ideia de um único homem, na origem de um

movimento internacional, apela ao poder de uma pequena acção concreta de um indivíduo na alteração do rumo dos acontecimentos.

Na construção do sentido de comunidade dentro da Amnistia Internacional, as diferentes narrativas reforçam os símbolos e o passado. Anthony Giddens (1990, p. 37-38) argumenta que nas sociedades tradicionais, o passado é venerado e os símbolos são valorizados porque contêm e perpetuam a experiência de gerações. A Amnistia Internacional cria, assim, sentidos com os quais os activistas, simpatizantes e público em geral se possam identificar. Estes sentidos estão igualmente contidos nas histórias que são contadas sobre a organização, das experiências individuais reflectidas, na reprodução das memórias, num *continuum* entre o passado, presente e futuro.



## **CAPÍTULO 7 – “O homem não vive só do tempo de agora, mas desloca-se pelo passado e anseia pelo porvir”: vozes múltiplas de uma memória colectiva.**

*“The past is a foreign country: they do things differently there.” Leslie Poles Hartley.*

No presente capítulo reflectimos sobre a memória colectiva dentro da organização não-governamental Amnistia Internacional, em particular sobre as memórias da secção portuguesa da Amnistia Internacional, recolhidas durante o presente ano e o ano de celebração dos 30 anos da secção nacional e dos 50 anos ao nível internacional.

A celebração do 30 aniversário da AI Portugal e celebração dos 50 anos da AI, em 2011, configurou um terreno ideal para a observação e análise das determinantes da criação de uma identidade organizacional, bem como a reprodução no tempo e espaço das memórias da organização, nomeadamente no momento histórico que propiciou a criação do movimento. Para alcançarmos esse objectivo, procedemos à análise de diversos documentos produzidos por ocasião do aniversário, uma vez que “Estudar a memória de acontecimentos marcantes é abordar os actos de transferência dessa mesma memória, que permitirão aos vindouros recordar: a repetição, a gravação em suportes estáveis (livros, pedra), e as práticas comemorativas merecem um tratamento especial.” (Godinho, 1998, p. 33). Retomaremos ao assunto das práticas comemorativas na análise da celebração.

Optámos ainda pelo registo da história oral, através da realização de entrevistas e conversas informais, com o propósito de apreender o significado dos principais acontecimentos do movimento destacados pelos entrevistados, uma vez que acreditamos que “a memória do acontecimento se escora nas vidas dos indivíduos, e que a percepção filtrada pelo decurso das existências transmite o peso real dos eventos” (Godinho, 1998, p. 38), num *continuum* entre o passado e o presente. Esta recolha foi sustentada por um trabalho de campo em permanência, decorrentes do desempenho de funções enquanto vogal da direcção da Amnistia Internacional Portugal entre 2010-2012, de acordo com a máxima condutora que “o presente também é parte da História.” (Godinho, 1998, p. 38).

Analisando o processo da memória - que entendemos, na linha de Maurice Halbwachs, fundador da sociologia da memória, como colectiva e construída - dentro da organização, propusemo-nos verificar que factores e episódios foram exaltados como “conquistas” e transmitidos, enquanto elementos de um colectivo, uma vez que, mesmo quando ambicionado um corte com o passado, a memória descortina e revela o passado em ligação contínua com o presente. Para Halbwachs, a memória coletiva é uma função de poder social e a sua expressão varia de acordo com as configurações sociais em que nos encontramos. Localizamos imagens do passado no âmbito de quadros imaginários que se conformam à nossa compreensão social (Halbwachs, 1992). Por essa razão, considera a memória coletiva provisória, até que seja evocada dentro de contextos sociais e a sua forma e força são relativas às forças sociais que incidem sobre as circunstâncias presentes. Em Halbwachs, as operações da memória são estruturadas por arranjos sociais, uma vez que “É na sociedade que as pessoas normalmente adquirem as suas memórias. É também na sociedade que eles recordam, reconhecem e localizam as suas memórias” (Halbwachs, 1992, p.38). Argumentou, assim, que é impossível um indivíduo lembrar, de uma forma coerente e persistente, fora do seu contexto de grupo. Os membros do grupo, do quadro social, fornecem os materiais para a memória e estimulam o indivíduo, a partir de um esquema comum de significações, a recordar certos eventos em detrimento de outros, estimulando a produção de memórias de eventos, mesmo aqueles que não experienciaram diretamente<sup>92</sup>, atribuindo-lhes sentido. Para Halbwachs, a memória coletiva é o passado ativo e este não é preservado mas reconstruído com base no presente e o presente é enquadrado pelas recordações adaptadas aos conceitos actuais (Halbwachs, 1992, p.40).

Com Halbwachs, a preservação de memórias de cada época e a sua contínua reprodução, imortaliza a identidade (Halbwachs, 1992, p.47). Contudo, será necessário não reduzir os membros da AI, portadores de uma história de vida e memória individual, certamente eco em maior ou menor nível da colectividade em que se integram, a “meros autómatos, passivamente obedientes à vontade colectiva” que

---

<sup>92</sup> “One may say that the individuals remembers by placing himself in the perspective of the group. But one may also affirm that the memory of the group realizes and manifests itself in individual memories.” (Halbwachs, 1992, p.40).

interiorizaram (Fentress e Wickham, 1992), uma vez que perante um mesmo acontecimento serão necessariamente elaborados relatos diferenciados, reflexo da sua particular história de vida. A memória colectiva encontra-se na base da manutenção desta organização, conferindo-lhe o sentido de unidade, que em momentos de crise é fortemente retomada. A memória colectiva constitui, pois, um “quadro de semelhanças” (Godinho, 1998, p.27) reproduzido no sentido de continuidade do movimento.

O aumento de interesse no passado, na memória e comemoração, encontrou resposta na constatação do declínio do Estado-Nação numa modernidade líquida (Bauman, 2007) globalizante. Pierre Nora afirmou que este interesse surge porque já resta tão pouco do passado. Para Nora, o tempo em que dominavam os *milieux des mémoires* (ambientes de memória), foi conscientemente substituído por um tempo de *lieux des mémoires* (lugares de memória), onde a memória é agora um tópico especial, consequência de um movimento para a democratização e de cultura de massas a uma escala global (Nora, 1989, p.7).

A aceleração da história, como aquela evidenciada na origem da seção portuguesa da AI em período de consolidação democrática em Portugal, permite diferenciar entre o que considera a memória real, social e inviolável, e a história, entendida como método para organizar o passado (Nora, 1989, p.8). Para Paula Godinho, estes momentos de aceleração histórica e de mudança, revelam duas modalidades distintas dos mecanismos da memória colectiva, uma que se reporta à situação anterior, outra que se destaca e que é iniciada por uma modificação da memória, ressaltando a expectativa da mudança. A memória de uma aceleração histórica é, assim, uma memória do projecto contínuo do grupo e que se opõe à memória da tradição, embora seja integrada sob uma nova configuração (Godinho, 1998, p. 29). Com Nora, a memória é vida, suportada pelas sociedades existentes fundadas em seu nome. Ela permanece em evolução permanente, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável à manipulação e apropriação, suscetível a ficar adormecida e a ser periodicamente resgatada. A história, por outro lado, é a reconstrução, sempre problemática e incompleta, do que já não é. A memória é um perpétuo fenómeno real,

um vínculo que nos amarra ao eterno presente, a história é uma representação do passado. A memória, na medida em que é afetiva e mágica, só acomoda os fatos que se lhe adequam e alimenta lembranças que podem ser desfocadas, globais ou individuais, particulares ou simbólicas. A memória é absoluta, enquanto a história só pode conceber o relativo (Nora, 1989, p. 8-9). Entendemos, na esteira de Nora, que os arquivos e a celebração dos aniversários analisados com este trabalho, são marcos de uma outra época, ilusões de eternidade, e importantes sinais de distinção e de pertença a um grupo, numa sociedade que tende apenas a reconhecer os indivíduos como idênticos e iguais (Nora, 1989, p. 12), onde a memória partilhada é discurso de alteridade.

Por sua vez, o historiador Eric Hobsbawm (1983) destaca-se no estudo dos costumes e da “tradição inventada”. As nações modernas e todos os seus apetrechos frequentemente alegam ser o oposto do novo, encontrando as suas raízes na antiguidade remota, em oposição ao construído, surgindo como comunidades tão naturais que não exigem uma definição diferente além da auto-afirmação. Hobsbawm considera que o fenómeno nacional não pode ser adequadamente investigado sem ter em conta a “invenção da tradição”, porque muito do que subjetivamente cria a nação moderna são construções ou componentes inventadas, associada a símbolos bastante recentes ou discursos adequados, como a história nacional (Hobsbawm, 1983, p. 14). Também os grupos sociais, ambientes e contextos sociais recorrem a novos dispositivos para assegurar ou expressar coesão social e de identidade e para estruturar as relações sociais. Ao mesmo tempo, uma sociedade em mutação fez com que as formas tradicionais de decisão por parte dos Estados-Nação e o funcionamento das hierarquias sociais ou políticas seja mais difícil ou até mesmo impraticável. Isto exigiu a criação de novos métodos de governar ou estabelecer laços de lealdade, justificando a deliberada invenção de tradições e recriação de símbolos, na transformação de pessoas em cidadãos (Hobsbawm, 1983, p. 263-264), ou, no caso da Amnistia Internacional, a transformação de simpatizantes em ativistas.

Desde o século XIX, os Estados-Nação têm procurado fortalecer a sua legitimidade em declínio, pela criação de passados ficcionados e dando um senso de antiguidade às suas instituições, e as pessoas, nos grupos que pertencem, têm

inventado a tradição, aderindo conscientemente a formas anteriores de atuação, um produto da distância ao passado, entendido como “país estrangeiro” (Lowenthal, 1985). Assim, o exercício de memória proposto relativamente às histórias de vida e momentos marcantes dos indivíduos junto da Amnistia Internacional, não tem como objectivo apenas reproduzir o conhecimento desses momentos, mas “construir um esquema que permita discernir e lembrar, decodificando um passado que fornece linhas de continuidade para o sentido da vida de um grupo local. Rememora-se como elemento de um colectivo, e o que dá sentido ao que se lembra, ao que se edifica quando se recorda, à compreensão do que se foi, é a experiência comum.”. A noção de continuidade que a memória colectiva permite é como uma “armadura contra o esquecimento coletivo” (Godinho, 1998, p. 22).

Nesse sentido, de luta contra o esquecimento colectivo, destacamos duas publicações por ocasião da celebração dos aniversários da Amnistia Internacional Portugal – “Uma conspiração de Esperança”, celebrando os vinte e três anos do início da AI em Portugal e “Amnistia Internacional – 30 anos”, por ocasião dos trinta anos do movimento.

Em “Uma conspiração de Esperança”, a nota introdutória afirma que a publicação “não pretende ser nem cronológica nem exaustivamente representativo do nosso trabalho, mas apenas um vislumbre dos casos, rostos e causas que a AI tem defendido em Portugal.”. Relatos da privação de liberdade e usurpação de direitos são contados na primeira pessoa, por Julieta Gandra, Manuel Rodrigues, Manuel Ennes Ferreira, Simão José Cacete, Paulo Manuel Ferreira Portugal, Duarte Teives Henriques, Rogério Camoesas e Cândido Ventura Coelho, sendo o prefácio de Mário Soares. Ao agradecer a coragem do testemunho registado, destaca-se a possibilidade dada “que gerações vindouras conheçam as violações de Direitos Humanos ocorridas em Portugal ao longo das décadas”. Já a publicação comemorativa dos 30 anos da AI Portugal apresenta-se no Preâmbulo como “uma viagem ao passado, uma exposição do presente e uma tentativa de antevisão de um possível futuro. O objectivo é contar a história da AI Portugal de uma forma nunca antes contada, como se de uma viagem se tratasse. Assim sendo, este é um álbum de viagens onde se contam as inúmeras aventuras da nossa casa. Muitas destas histórias são contadas pelos membros desta

grande família, como é o caso do capítulo sobre as estruturas e de alguns testemunhos ao longo da revista.”. A publicação divide-se em dois momentos, “Quem fomos e somos” e “O que fizemos e fazemos”, no desenho de uma linha temporal contínua entre o presente e o passado, resgatada pela memória colectiva do movimento.

Ao entendermos, com Godinho, a memória como ação e associada a momentos de forte turbulência e mudança em momentos de aceleração da História, com os movimentos colectivos (no caso, a origem da Amnistia Internacional em Portugal), vislumbramos uma boa oportunidade para estudar a memória, uma vez que estes movimentos ao refletirem a interferência e rutura com o passado, deles inferimos a continuidade, pelo ajustamento e adaptação (Godinho, 1998, p. 23).

Em 19 de Maio de 1981, foi produzido um comunicado de imprensa (n.º 6/81), da Comissão Portuguesa Pró-Amnistia Internacional, assinada por Simões Monteiro (que virá a ser Presidente da Secção Portuguesa em 1982, 1990 e 2005), intitulada “Amnistia Internacional vai ter Secção em Portugal”. Começando por apresentar a AI, pelo apelo de 1961 de Peter Benenson, os “prisioneiros esquecidos” (Noica, Ashton John, Agostinho Neto, Arcebispo Beran, Ambamelos e Cardeal Mindzenty) e consequente “entusiástico suporte internacional” (comunicado n.º 6/81, p. 1), surge a frase de Voltaire “Não concordo com o que dizes, mas bater-me-ei até ao fim para que o possas dizer”, hoje amplamente reproduzida pelos materiais e comunicações da ONG. Segue o comunicado por afirmar que, em 1981, a AI é “efectivamente e de facto uma organização internacional”, concretizado no número de secções nacionais (47), grupos (2500), pelos relatórios elaborados, “aceites como paradigmas de uma descrição fiel das ocorrências, no mundo, das situações chocantes.” e pelas relações de colaboração com outras organizações (Nações Unidas, Unesco, OIT – Organização Internacional do Trabalho, Conselho da Europa, CEE, OEA – Organização dos Estados Americanos, OUA – Organização de Unidade Africana) (comunicado n.º 6/81, p. 2). O comunicado enuncia as iniciativas da AI, que toma por base a Declaração Universal dos Direitos Humanos e restantes documentos internacionais relevantes, nomeadamente a independente “defesa dos direitos do Homem”, “campanhas em favor de toda a pessoa prisioneira, em qualquer parte do mundo, devido às suas opiniões, à sua origem étnica, cor ou religião, desde que não tenha usado de violência nem incitado à

violência”, “campanhas contra a pena de morte e a tortura, em todas as circunstâncias e sem qualquer reserva” e “campanhas de apoio a refugiados” (comunicado n.º 6/81, p. 3). Afirmar ainda este comunicado que a AI contou “desde a sua formação, com membros individuais portugueses, que recentemente criaram uma Comissão Portuguesa Pró-“Amnistia Internacional”, enunciando a realização da primeira Assembleia-Geral a 23 de maio de 1981 no Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa - ISCTE, em Lisboa, aberta à participação de todas e quaisquer pessoas interessadas nos fins e objectivos propostos pela AI (comunicado n.º 6/81, p. 4).

A Comissão Portuguesa Pró-“Amnistia Internacional” lançou um “Apelo Pro Amnistia 1981”. O apelo começa por fazer o ponto de situação dos Direitos Humanos no mundo nos anos oitenta: “Com o direito de dissidência ameaçado em país após país, os direitos humanos enfrentam uma prova crucial nos anos oitenta. Tortura e assassinios, sequestros e prisões – aprovados bastas vezes pelas altas esferas de governo – são práticas sistemáticas em nações das mais diversas ideologias.” (Apelo Pro Amnistia 1981, p. 1). Referindo vários exemplos, enuncia que “as tentativas sistemáticas para suprimir e eliminar os não conformistas devem ser enfrentadas através de urgentes esforços internacionais se se quiser que os direitos humanos sejam protegidos na década de 80.” (Apelo Pro Amnistia 1981, p. 2). Mais do que a liberdade de consciência do apelo original de 1961, consideram que a vida dos presos corre perigo, recorrendo ao exemplo de Vladimir Herzog, um jornalista brasileiro detido pela polícia militar em 1975 que acabaria por cometer suicídio - “se perdermos a capacidade de nos sentirmos ultrajados quando vemos outros seres submetidos a atrocidades, então perdemos o nosso direitos de nos chamarmos seres humanos.” (Apelo Pro Amnistia 1981, p. 2). Apesar da considerada maior consciência dos direitos pelos indivíduos, a necessidade de actuar é aí maior, para assegurar a ratificação de normas internacionais de Direitos Humanos mas igualmente junto da opinião pública, na concretização do que consideram ser a AI - “uma força eficaz e independente pró-direitos humanos” (Apelo Pro Amnistia 1981, p. 3). A experiência da AI é enaltecida, na contribuição para a libertação de detidos e o reaparecimento de vítimas. Não obstante a verificação de obstáculos ao movimento nomeadamente o segredo, a censura e o medo de represálias, a resposta encontrada passa pelo estabelecimento de uma

campanha imparcial e adequada, de apoio público e livre de interferências externas, na concretização do mandato.

Em 6 de julho de 1981, por escritura lavrada no 19º Cartório Notarial de Lisboa, “foi constituída por Alfredo José Ribeiro Gaspar, Benilde Simões Mendes, José Filipe Santos Oliveira, Joaquim Manuel Cardoso dos Santos, António Francisco Nunes Godinho e Maria de Fátima Ferrão Pereira Nunes da Ponte, a associação denominada Amnistia Internacional - Secção Portuguesa ou, abreviadamente, A.I. Secção Portuguesa, com sede em Lisboa, provisoriamente em Campolide, na Rua Marquês da Fronteira”. O objetivo desta associação, em conformidade com os objectivos definidos internacionalmente, “consiste em assegurar que as disposições da Declaração Universal dos Direitos do Homem sejam observadas em todo o mundo”. A admissão de sócios era extensiva a todos “aqueles que se comprometam a aceitar os fins, objectivos e métodos de associação. A admissão de sócios e a constituição de grupos de adopção, bem como o exercício do poder disciplinar, competem à comissão executiva, com o recurso para a assembleia geral.” (Diário da República, 3ª Série, n.º 239 (17-10-1981) 12 899)<sup>93</sup>.

O aparecimento da AI em Portugal surtiu de imediato reacções na imprensa portuguesa. O “Diário de Lisboa”, a 26 de maio de 1981, publica a notícia “Criada a Secção Portuguesa da Amnistia Internacional”, na sequência de “uma reunião, de

---

<sup>93</sup> Em Portugal, são necessários os seguintes passos para fundar uma associação. Desde logo, os fundadores da associação devem marcar uma reunião informal com o objetivo de definir o objeto social (bens e serviços que a associação vai prestar, bem como todos os seus objetivos, delimitando assim as actividades que pode prestar. O objeto tende a ser mais amplo que o âmbito da associação, de modo a permitir à associação estender a sua actividade no futuro sem uma alteração dos estatutos), nome da associação (sendo possível fazer um teste de confundibilidade no Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), verificando a existência de outras entidades com a mesma denominação), sede (onde funciona a actividade principal da associação). Os estatutos podem ainda descrever os direitos e obrigações dos associados, as condições de admissão, saída ou exclusão, competências dos órgãos ou os termos de extinção da pessoa colectiva (artigo 167º Código Civil). Posteriormente, os fundadores da associação devem convocar uma reunião da Assembleia-Geral, com a antecedência mínima de 15 dias, que poderá tomar decisões com a presença de metade dos seus membros. Nesta procederão à aprovação do projecto de Estatutos (por maioria simples), à eleição dos elementos constituintes da Assembleia-Geral, Administração e Conselho Fiscal. As decisões tomadas têm que ficar registadas num livro de actas, constituído por folhas soltas numeradas sequencialmente e rubricadas pelos representantes dos órgãos a que pertence. Uma vez redigidos e aprovados os estatutos, os fundadores podem pedir o Certificado de Admissibilidade junto do Registo Nacional de Pessoas Coletivas, que tem validade de três meses para efeitos de celebração de escritura pública junto de um Cartório Notarial. De acordo com o artigo 158º do Código Civil, apenas as associações constituídas por escritura pública gozam de personalidade jurídica. Celebrado o acto, o Notário comunica a constituição da associação ao Ministério Público e envia os estatutos para publicação em Diário da República.



sessenta individualidades interessadas, durante o fim-de-semana no Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, ficando desde já eleitos os respectivos Corpos Sociais”. O artigo refere a designação de José Batista como secretário-geral (actual cargo de Presidente) e de Simões Monteiro como seu adjunto e a participação de António José Saraiva, Manuel Vilaverde Cabral, João Freire, Alfredo Gaspar (presidente da Assembleia Geral) e Luís Silveira e destaca a visita a Lisboa do então secretário-geral da AI, Thomas Hammerbeg, e recepção pelo Presidente da República, Ramalho Eanes (evento noticiado no mesmo diário em 30 maio de 1981).

Destacamos ainda o artigo “Amnistia Internacional instala-se em Lisboa” (Aguiar, 29 de maio de 1981). Começa por referir a notícia “lacónica e curta” do brinde, aqui “à democracia” e não à liberdade, que terá motivado a constituição do movimento. As ajudas são enunciadas, bem como as críticas à organização, “humanitária ou perigosamente subversiva”, reflexo de uma pluralidade de visões sobre a AI, ainda hoje existente. Ao fazer “tábua rasa de ideologias e motivações particulares para se concentrar sobre as acções práticas e concretas”, rapidamente se torna numa “voz irritante, uma voz mesmo injusta, no sentido mais instintivo do termo”. Sendo uma organização jovem, Aguiar considera que a AI sai em “defesa do homem-indivíduo contra o homem-sistema”.

É com João Freire, um dos membros mais antigos do movimento em Portugal e que participou na primeira Assembleia Geral no ISCTE, e a sua memória do movimento que se inicia a publicação dos 30 anos da AI em Portugal supra referida: *“Eu aderira à Amnesty International aí por 1972 ou 73, pela secção francesa. Seduzido pelo espírito do movimento mas também indignado pelo facto do governo de Paris ter entravado a realização de um Conselho Internacional da Amnistia neste país. Soube mais tarde que outros libertários residentes no estrangeiro - a Lígia de Oliveira em Estocolmo e o professor Vasco da Fonseca em Antuérpia – tinham antes de mim, feito idêntico passo, individual. Em Lisboa, corria o ano de 1980 e, tendo passado o tempo das excitações revolucionárias, resolvi tomar uma iniciativa para a constituição de um grupo local AI, prelúdio à criação de uma futura secção portuguesa. Num restaurante do Bairro Alto juntaram-se um punhado de pessoas com esse fim: o cineasta Rui Simões, o advogado (e simpatizante anarquista) Alfredo Gaspar, o jurista Luís Silveira, o Manuel Villaverde*

*Cabral, a Lígia, a Graça Amaro de Oliveira, eu e talvez mais alguém. Mas eu considerei a resposta insuficiente, sobretudo porque não queria ser eu o pivot da iniciativa – sabia bem que a presença de um anarquista nessa posição era suficiente para afectar irremediavelmente a imagem da AI que se desejava implementar em Portugal (a qual, diga-se de passagem, era geralmente vista com grande suspeição por toda a gente com opiniões políticas formadas: dinheiro da CIA, mão do KGB, liberalismo duvidoso...). Por isso, cheguei a devolver os cheques que recolhera e fiquei a aguardar melhor oportunidade.” (“Amnistia Internacional 30 anos”, p. 8).*

A melhor oportunidade surgiria pouco tempo depois, fruto de um encontro no Chiado com o sociólogo José Batista, em Fevereiro de 1981, decidindo contactar o secretariado internacional em Londres, para o lançamento da organização em Portugal: *“A residência do Rui Simões (que era também a sede cooperativa VirVer, ao aeroporto) foi o nosso primeiro “quartel-general” e aí recebemos o Eduardo Mariño, que veio de Londres para nos apoiar. Soubemos, por ele, da existência da estudante Maria Nunes da Ponte que já era activa em Lisboa e que organizou a primeira “mostra” pública da AI, com uma exposição de cartazes e outros materiais no átrio do Colégio Universitário Pio XII, e do advogado (e dirigente do PPD/PSD) António Maria Pereira, seu “informador de confiança” em Lisboa (que, porém, nunca quis aderir à Secção Portuguesa) (...) Nessa altura, já com umas dezenas de nomes no ficheiro, a nossa “sala de reuniões” foi a ampla casa da Claudine Huré Ewing no Restelo, onde se decidiu a constituição dos dois primeiros grupos de adopção (o n.º 1, abrangendo a zona de Belém-Algés; o n.º 2, centrado na área de Campo de Ourique) e também a realização da Assembleia Geral de fundação da AI Portugal, que ocorreu já no mês de Maio, num anfiteatro do ISCTE, com a presença do secretário-geral da AI, o sueco Thomas Hammerberg (que foi em Belém recebido pelo PR Ramalho Eanes).” (“Amnistia Internacional 30 anos”, p. 8).*

Para João Freire, o impulso inicial da AI em Portugal deve-se a José Batista, aproximando pessoas da sua Universidade ao movimento (António José Saraiva, Mega Ferreira, Miguel Serras Pereira, Conceição Lobo Antunes, Quica Carmo, Helena Abreu, Maria Ângela Pires, Rogério Petinga, Ursula, Lucinda). Por sua vez, Simões Monteiro e Eduarda de Sousa terão, na opinião de Freire, trazido realismo e sentido prático ao

movimento, minorando uma sentida inexperiência do grupo. Refere ainda Freire, Victor Nogueira, Miguel Jardim, Florence Pinon, Conceição Vieira, Isa Carrasquinho, Edmundo Rocha (responsável pelo primeiro grupo médico), como pessoas influentes e activas desde o início do movimento. O movimento toma corpo. *“No Verão de 1981 fizeram-se reuniões campestres de convívio e “alastramento” mas a “sede” da novela AI Portugal foi o escritório do Alfredo Gaspar, em Campolide.”* (“Amnistia Internacional 30 anos”, p. 9), lançando-se as bases dos primeiros grupos locais em Coimbra e no Porto, referindo a escrita de cartas em favor de prisioneiros de consciência adoptados e as campanhas da pena de morte e tortura.

Na esteira de Paula Godinho, acreditamos que “as vidas dos indivíduos são sínteses verticais de uma história social, enquanto por outro lado, os comportamentos e as acções dos indivíduos constituem uma síntese horizontal duma estrutura social.” (Godinho, 1998, p. 40). Assim, para procedermos à restituição da memória colectiva do movimento, procedemos à recolha de narrativas de vida, por entrevista ou conversas de cariz informal, de cinco activistas, entre os quais um funcionário da AI Portugal. Acresce a esta informação os resultados do inquérito de satisfação<sup>94</sup>, através do qual a AI Portugal pretendeu avaliar as opiniões sobre a atuação, comunicação, campanhas e o conhecimento dos membros e simpatizantes da AI dos meios e áreas de trabalho existentes.

É com Victor Nogueira que começamos a recolha de histórias de vida, na construção de diálogos sobre o espírito fundacional da AI em Portugal, através de uma análise comparativa com uma entrevista de 2003, “Grande Reportagem”, e tendo como ponto de partida a nossa participação conjunta no painel “50/30 anos de Conspiração de Esperança”, no âmbito do Encontro Nacional de Activistas da AI – ENAI, realizado em dezembro de 2011 em Lisboa. Em 2011, Victor Nogueira completou 20 anos em cargos sociais, sendo o actual Presidente da Direção da AI Portugal. Nasceu em Angola, na atual cidade do Cuíto, em 1950. Em 1969, entra no Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras em Lisboa, onde se licenciou em Economia. Activista

---

<sup>94</sup> Este inquérito foi enviado via Internet a 30 de março de 2012 e foi dirigido a 11.622 membros, apoiantes e doadores ativos da Amnistia Internacional Portugal. O inquérito era anónimo, composto por 18 perguntas e foi dividido em três categorias gerais e uma final, apenas para Membros.

estudantil e anticolonial, foi responsável pela direção de duas cooperativas, a Livrelco e o Ateneu Cooperativo, que levaram à sua incorporação compulsiva na tropa, mas acabou por não cumprir serviço militar pela ocorrência do 25 abril 1974. Foi professor do ensino secundário, politécnico e universitário. Ingressou posteriormente no Ministério de Educação e está, desde 1995, na Direção-Geral do Consumidor. Refere em conversa que esteve ligado ao movimento de esquerda maoísta antes de entrar para a AI, que acabou por se tornar o seu “palco”, em 1981. Para Victor Nogueira, o discurso dos Direitos Humanos era ideologicamente mal visto antes do 25 de abril de 1974, impedindo a existência de uma AI em Portugal. Depois de ter assistido a reuniões antes da criação da AI em Portugal, entra para um grupo local, o então designado Grupo de Adopção n.º 2, de que foi Coordenador, entretanto extinto, e é convidado a integrar a direção, com base na sua experiência associativa e estudantil. *“O princípio foi complicado”*, diz. Conta que a AI foi feita, primeiro, com base numa ação quase individual, realçando o sucesso da campanha publicitária lançada por Peter Benenson e Sean MacBride, junto das pessoas comuns, em contexto da Guerra Fria. Com a queda do muro de Berlim, a separação Leste-Oeste deixa de ter razão de ser e a AI teve que fazer uma mudança, para uma nova polaridade Norte-Sul, alargando o mandato. O fim da Guerra Fria e o processo de globalização trouxeram maior imprevisibilidade e novas exigências à AI, na resposta a novos problemas como violações massivas de populações, genocídios, novas guerras, conflitos identitários (étnicos, nacionais, sociais, religiosos) e a guerra ao terrorismo global. Surgem novos actores globais com responsabilidades nos Direitos Humanos e consequente reequilíbrio do poder, exigindo um grande debate estratégico no seio da AI, aprofundando o seu papel de observador junto de outras ONG, e realçando os direitos económicos e sociais no seu mandato. Quando questionado sobre o risco da perda de rigor e imparcialidade em consequência de um aumento exponencial do mandato<sup>95</sup> da

---

<sup>95</sup> Relativamente ao alargamento de mandato destacamos os seguintes anos: 1987 – A AI alarga o seu mandato para incluir assassinatos deliberados de pessoas que não os prisioneiros e deixa de fazer a distinção do cariz político ou não político das vítimas de Direitos Humanos. 1991 – A AI alarga o âmbito de trabalho e passa a cobrir as violações de Direitos Humanos por grupos de oposição armados, tomada de reféns e prisão de pessoas devido à sua orientação sexual. 1999 – Realização da reunião do Conselho Internacional do movimento, em Tróia onde se decide alargar o trabalho da AI para incluir o impacto das relações económicas nos DH, fortalecer os Defensores dos Direitos Humanos, combater a impunidade e o trabalho mais amplo com refugiados. 2001 – A AI altera os seus Estatutos para incorporar na sua missão o trabalho para os Direitos Económicos, Sociais e Culturais.

AI hoje, Victor Nogueira responde que existe esse risco, contudo é o caminho que a AI tem que percorrer, enquanto ONG de Direitos Humanos de cobertura global, que de um ponto de vista cultural sempre considerou a totalidade dos Direitos Humanos. Num tempo onde a comunicação e informação é cada vez mais rápida, exigindo novas formas de intervenção e resposta, considera que a máquina da AI tornou-se muito pesada, exigindo um maior cuidado nas respostas dadas pelo movimento.

No dia 10 de Dezembro de 2011, por ocasião do ENAI, encontrámo-nos no primeiro painel dedicado aos 50 anos do movimento ao nível internacional, onde moderei as intervenções dos painelistas. Dizia Victor Nogueira: *“Em 1986, no dia dos Direitos Humanos, faz hoje 25 anos, Thomas Hammarberg, o então Secretário-Geral da Amnistia Internacional, dizia que os Direitos Humanos não eram mais respeitados do que em 1961, ano da sua fundação; e acrescentou, premonitório, que o seu maior receio era que as preocupações originais permanecessem actuais quando a organização completasse 50 anos, no então distante ano de 2011. Cá estamos: comemoramos este ano o 50.º aniversário da Amnistia Internacional e também o 30.º da secção portuguesa. Apesar do muito que fizemos, a situação mundial dos direitos humanos não permite fazer celebrações, mas é uma boa oportunidade de reflectirmos para o futuro.”* Num discurso marcado pela ligação entre o passado (revisitando outras comemorações), presente e futuro do movimento, Victor Nogueira afirmou: *“Não pretendo aqui fazer história, nem saudosismos, mas importa apontar alguns marcos e diferenças entre o activismo da “velha” AI e os desafios que hoje se nos colocam. (...) A AI já não era o insignificante “mosquito” que pode irritar. (...) Muitos Estados já tinham percebido que não lhes convinha ignorar a AI e se viam obrigados a responder ao descrédito internacional em que as denúncias os colocavam. Alguns Estados já dedicavam uma atenção especial às nossas campanhas, como Israel, cujo Ministério da Justiça criou um departamento especial só para responder às cartas que recebiam. Os prisioneiros também se foram apercebendo que estas mensagens também eram um bálsamo e uma protecção suplementar e são numerosos os testemunhos que o confirmam. A AI foi desbravando novos caminhos, chamando a atenção da imprensa e mobilizando a opinião pública: depois dos casos dos prisioneiros de consciência, começou a agir por julgamentos justos para os prisioneiros políticos, contra a tortura, a*

*pena de morte, os “desaparecimentos” forçados e as execuções extrajudiciais. Era esse o nosso “mandato.”*

Destacou como exemplo de mobilização a primeira conferência por uma Campanha pela Abolição da Tortura de 1973, onde a previsão inicial de juntar cem pessoas foi suplantada pela presença de mais de dez mil pessoas, não obstante os esforços do governo francês para impedir a sua realização, e a assinatura de um apelo pela abolição total da tortura por 110 mil polícias. Referiu de seguida exemplos de denúncia de violações e abusos feitos pela AI, nomeadamente a investigação de 1967 sobre tortura dos coronéis na Grécia, na base da expulsão do país do Conselho da Europa em 1969 ou da investigação de 1973 sobre os “esquadrões da morte” brasileiros, responsáveis pelo homicídio de delinquentes e crianças de rua, realidade apenas reconhecida pelas Nações Unidas em 1986, e das execuções extrajudiciais e dos “desaparecimentos” forçados nas ditaduras da América Latina, entre outros exemplos. Sobre o impacto da AI, afirmou: *“seria reduzido se a AI fosse apenas um think tank ou um clube de reflexão. Para lá da sua respeitabilidade e da credibilidade da informação que publica, o que leva muitos governos a ter em devida conta o que a Amnistia diz, é sobretudo o seu poder de mobilização. A AI, mais do que uma organização que é reconhecida pela excelência da sua investigação, é também, e sobretudo uma associação democrática com mais de 3 milhões de membros e apoiantes, que organiza campanhas e acções, que recorrem a variadas técnicas de trabalho, incluindo lobby, trabalho com os media, ou com outras organizações em matéria de Direitos Humanos.”*

Relativamente ao que distingue a AI das restantes ONG, disse: *“Entre os aspectos que nos distinguem de muitas organizações ditas “não governamentais” estão os nossos valores nucleares e a independência em relação a governos e outros poderes instalados. Nós orgulhamo-nos por não sermos patrocinados, ou financiados por governos, nem representamos quaisquer interesses políticos ou económicos. A AI não mudou nos princípios e valores, nem no seu carácter voluntário e democrático, mas, naturalmente, sofreu transformações e já não é exatamente a mesma que nasceu há 50 anos. O anterior “mandato” acabou, a missão e visão actuais são consideravelmente mais largas. Com as mudanças na organização, também mudou*

*muito do activismo original. A AI teve a percepção estratégica das transformações no mundo e soube evoluir com elas. (...) A AI nunca foi um clube de pensadores, mas sempre fomos democráticos na mobilização da acção. (...) Era um trabalho lento, paciente, por vezes monótono, frustrante, muitas vezes aparentemente “inútil” e pouco compensador, por falta de notícias dos presos adoptados – mas era uma alegria quando chegavam ecos da nossa intervenção. (...) Apesar das suas limitações e dificuldades internas de funcionamento, os grupos constituíram durante muitos anos a base do suporte organizativo das secções, e também uma insubstituível escola do activismo e de formação, de onde emergiram a maioria dos dirigentes do movimento.”.*

Quanto às mudanças sentidas ao nível do activismo na AI, considerou que: *“Hoje, o voluntarismo e a paixão dos membros podem já não ser suficientes para a realização das nossas acções públicas, que, no espaço mediático, se espera que sejam mais visíveis, imediatas, espectaculares, impactantes, eficazes, estratégicas. Para a sua realização pode ser cada vez mais necessário, para a gestão e enquadramento de voluntários, o recurso a profissionais qualificados que dominem técnicas sofisticadas de comunicação, marketing, gestão, ou angariação de fundos. O equilíbrio interno entre profissionais e voluntários, entre os que asseguram o quotidiano e as crescentes exigências técnicas da secção e os decisores últimos, os membros voluntários, constitui uma questão complexa. Podemos hoje assistir ao paradoxo da AI crescer em membros e apoiantes, tal como crescem os recursos financeiros que consegue recolher de forma profissional, e ao mesmo tempo diluir-se o activismo dos membros, cada vez menos conhecedores da organização, menos participativos na vida associativa, com menos tempo para oferecer e reduzida abertura a compromissos para actividades mais exigentes de médio prazo, apenas disponíveis para o envolvimento em acções pontuais, activismo online, redes sociais, etc. Este activismo difuso pode ter grandes potencialidades em campanhas e novas formas de acção, mas é insuficiente para uma participação activa e permanente dos membros e para a necessária renovação de quadros qualificados na vida da secção, aspecto vital numa organização democrática de voluntários. Alargar e aprofundar o activismo continua a ser um grande desafio. Era há 30 anos e continuará a ser.”.*

Numa das últimas conversas mantidas, em que analisámos a literatura relevante sobre a história do movimento, gentilmente cedidas para esta investigação, Victor Nogueira destacou a evolução gráfica do símbolo da AI e a utilização das cores pela AI na construção de uma identidade global, já referidos no último capítulo.

Foi com Sónia Pires que continuámos o registo de memórias e histórias de vida relacionadas à AI Portugal. Nascida em Lisboa há 33 anos, estudou até ao 12º ano num colégio católico, embora ateia, licenciou-se em Direito e é pós-graduada em Direitos Humanos e Democratização. É em 2006 que entra para a AI Portugal enquanto estagiária do departamento de angariação de fundos e responsabilidade social e conta-nos: *“foi um estágio que acabou por se prolongar por mais de 6 meses, porque pedi para ficar mais um tempo e nos últimos 3 meses assumi também a parte dos refugiados e relações internacionais, as áreas que mais me interessavam. Quando acabei o estágio, fui a uma formação para formadores e a Cláudia Pedra, na altura Directora Executiva, desafiou-me a assumir a coordenação do recém-criado Grupo de Juristas. E foi um pouco sempre assim, numa lógica de pouca iniciativa pessoal mas de obrigação, que fui sendo indicada e assumindo mais funções, muitas vezes por falta de gente.”*.

Quando questionada sobre a ligação à AI em particular responde que: *“Nem sempre fui ligada aos Direitos Humanos. Depois da Licenciatura em Direito, em que me especializei na área jurídico-forense, viajei sozinha, durante 4 meses, pela Tailândia, Camboja e Birmânia. Principalmente na Tailândia, estabeleci um relacionamento mais próximo com as mulheres, porque elas são assim mais protectoras. Muitas delas eram prostitutas (onde a prostituição acaba por não ter a carga negativa que lhe ligamos, é um modo de vida). Apercebi-me dos relacionamentos com os homens, de comportamentos machistas, da prostituição infantil, da situação dos refugiados e foi aí que despertou verdadeiramente em mim o sentido dos Direitos Humanos e a vontade de trabalhar numa vertente mais técnica dos Direitos Humanos.”*.

Apesar dessa ligação tardia aos Direitos Humanos em concreto, destaca a sua prévia experiência como voluntária: *“desde os 15 anos, muito por influência da minha mãe, que esteve ligada a um projeto de prevenção primária para jovens, o Projecto*



*Vida, e como andei no Colégio Salesiano estive envolvida em projectos junto dos sem-abrigo.”. Continua por dizer que “Quando regresssei da minha viagem, a minha ideia inicial era regressar à Tailândia e trabalhar num campo de refugiados. Após o meu regresso fui trabalhar para a banca, mas procurei um trabalho nesta área e foi quando conheci a Amnistia, sendo que naquela data ainda não era muito conhecida em Portugal. Em 2006 não conhecia muito a AI, a grande maioria dos meus amigos não conhecia a AI, não tinha a visibilidade que tem hoje. Logo que me chamaram para fazer um estágio deixei o meu trabalho para tal.”, revelando que não conhecia o símbolo da vela envolta em arame farpado e que preferia as cores azuis e branco utilizadas anteriormente, em detrimento do amarelo e preto atuais, por os considerar “muito agressivos”. Não considera contudo que essa experiência prévia na banca tenha determinado a área em que fez o estágio, mas apenas a falta de estagiários existente.*

*“Comecei quando a sede ainda era no Bairro Azul, eu fiz a mudança para a atual sede na Infante Santo e trabalhava com o Filipe Páscoa (actualmente funcionário do Secretariado Internacional da AI), responsável pelo departamento, Cláudia Pedra (na verdade a minha coordenadora de estágio que, enquanto Directora Executiva, assumia grande trabalho na ausência de uma direcção participativa e que acabou por ir delegando em mim a participação em certos eventos, muitos deles muito interessantes), com o Pedro Patraquim, membro da direcção na altura e responsável pela seleção de estagiários e Juliana Miranda, também estagiária, que regressou ao Brasil e que trabalha agora na Secretaria dos Direitos Humanos do Governo.”. Quando questionada sobre a possibilidade de ter prosseguido por uma carreira profissional na AI, responde que “não havia oportunidades, não era na altura uma estrutura profissionalizada.”, realçando o cariz voluntário do movimento.*

O seu nome foi sugerido para a direcção, onde começou por assumir as funções de secretária, e considera: *“ser membro de uma direcção absorve toda a nossa energia; não é possível estarmos disponíveis 24 horas não sendo funções remuneradas. Fui várias vezes prejudicada no trabalho por estar sempre a pedir horas para coisas da AI, é que existem chefes que poderão achar piada, mas não é sempre. Aliás, soube que não fui contratada para um lugar, apesar de anos já de experiência, porque a AI vinha em*

*primeiro lugar. Se calhar, não consciente disso, vinha mesmo; na prática a AI era prioridade na minha vida.”.*

Para Sónia Pires, no trabalho que foi desenvolvendo junto da AI Portugal de 2006 a 2011, ano em que renunciou ao cargo de vice-presidente da direcção, destaca a campanha “Exija Dignidade”, *“porque respondeu a uma promessa, com o alargamento do mandato e o tratamento de direitos progressivos (como o direito à habitação). Para mim foi intelectualmente muito interessante, por ser transversal a todos os direitos, podias falar de tudo nas formações, e penso que permitiu chamar novas pessoas à AI, e a “Campanha Acabar com a Violência sobre as Mulheres”, onde desenvolvi um projecto no estágio e que foi extensa no tempo.”.*

Relativamente às mudanças dentro da AI, nomeadamente o aumento do mandato, conta que: *“O aumento do mandato era inevitável, uma vez que respondia a situações de violações de Direitos Humanos que estavam relacionadas entre si, na lógica da universalidade e transversalidade que a AI já apelava; penso é que não estava verdadeiramente preparada para esse passo (o secretariado internacional talvez, mas as secções nacionais não). Este alargamento aos restantes Direitos Humanos, das várias gerações, permitiu chamar novas pessoas, uma vez que o princípio defesa do prisioneiro de consciência, embora fundamental e de grande importância, responde talvez a uma maior ligação emotiva à fundação da AI de um contexto pós 25 de abril de 1974, muitas vezes porque as pessoas mais antigas conheciam alguém ou tinham algum familiar ou amigo que estaria nessa situação. Para os mais novos abrem-se novos interesses e preocupações, que o aumento do mandato responde.”.* Quanto à notícia da detenção de dois supostos estudantes portugueses que brindaram à liberdade na base do lançamento da campanha mundial em 1961, releva que *“é uma boa introdução, no sentido do “era uma vez...”, enquanto cartão de visita, que permite criar empatia numa formação, mas que não influencia determinantemente a ligação à AI. Penso que é capaz de influenciar muito mais a informação que a AI contribui para a libertação de alguém, do que propriamente essa história que estará na génese do movimento.”.* Sobre os fundadores do movimento, Sónia Pires destaca a referência apenas ao nome de Peter Benenson na formação para novos membros relativamente às origens do movimento.

Ao fazer o balanço dos anos junto da AI, considera a exigência de tempo, onde *“O meu tempo livre era para a AI, para ler e-mails, para preparar formações, para dar resposta a tudo e estava sob stress e isso influenciava as minhas relações o que fazia com que a minha família não apoiasse muito o meu trabalho junto da AI. Recorria ao meu pai, um homem da geração de 74 que conhecia o Simões Monteiro, para conversar sobre a AI, para procurar conselhos e apoio quando confrontada com obstáculos aos projectos que queria implementar. O meu companheiro, o Tiago, apesar de me ter conhecido quando eu já estava envolvida na AI, e apesar de inicialmente me apoiar, ao ver o stress que me causava agradeceu o momento em que decidi sair, apesar de nunca me ter pedido directamente para sair. Quando se aproximaram estas últimas eleições e eu fui novamente contactada para integrar algum órgão, ele só me perguntou se estava seriamente a considerar e se ia voltar à situação de antes.”*.

Considera como razões para a sua saída a desilusão com o movimento, a falta de reconhecimento do esforço e tempo dedicados, a falta de competência e falhas na organização e a ausência de coragem para uma mudança de fundo no movimento. Face a isto e quando questionada sobre as razões para o encontro periódico com as pessoas do movimento refere que essas pessoas *“representam momentos de pequenas vitórias na luta, no trabalho em prol dos Direitos Humanos, pela intensidade de tempo dedicado com elas partilhei momentos felizes e outros infelizes, quer ao nível pessoal quer profissional. E também porque partilham de um fundo, que embora diferente em muitas coisas, tem sempre uma ligação, a crença absoluta no primado dos Direitos Humanos, a vontade de lutar por um mundo sem repressão e com respeito pelos seres humanos, um mundo melhor.”*.

Este desânimo é recorrente em alguns dos testemunhos recolhidos, entre os mais antigos e mais novos do movimento, sendo certo que *“os novos pontos de partida são alimentados de memórias do passado, mesmo quando se almeja o corte com ele.”* (Godinho, 1998, p. 22).

Maria Ângela Pires nasceu em 1944, em Lisboa, filha de pais divorciados, de uma *“classe remediada”*. Recebeu uma educação conservadora, *“marcada pela moral e moderadamente preconceituosa”* e formação religiosa católica. Começou a trabalhar

aos 18 anos, após ter requerido a sua emancipação, tendo dado aulas de Português no Colégio de São José de Cluny. Aos 22 anos foi para Angola, Luanda, onde viveu 8 anos até ao 25 de abril de 1974, onde desenvolveu uma forte ligação à literatura e sobretudo à poesia.

*“Regressada a Lisboa, em 1974, conheci na Universidade Nova o Professor José Baptista, que vinha do ‘exílio’ na Europa de Leste. Em Lisboa, fervilhava uma sociedade nova, amigos, conhecimentos de gente que tinha vivido no estrangeiro. Liguei-me ao projecto da Revista ‘RAIZ & UTOPIA’, n.º 1 e 2, sob a direcção do Professor António José Saraiva e de José Baptista. Escrevi um texto, publicado no 1º número, sobre o Manifesto que esteve na origem da Revista. Tinha iniciado a minha formação política, eivada de radicalismo utópico. Foi José Baptista que me convidou para o lançamento da Secção Portuguesa da Amnistia Internacional. Integrei, então, a Comissão Portuguesa Pró-Amnistia Internacional, que conduziu à criação da Secção Portuguesa, em 1981. Fiz a tradução do 1º impresso de divulgação em Portugal da Amnistia Internacional – o que era e o que pretendia. Aprendi tudo com essa tarefa, pois nada sabia da AI nem, especialmente, de Direitos Humanos. Para mim, os DH estavam contidos na doutrina cristã e na sensibilidade com que eu a apreendera.”.* Conta que estava “Um pouco desiludida com a ‘inutilidade’ da AI, pois as Secções Nacionais estavam impedidas, quase todas, de abordar abertamente os casos de violação de direitos nos próprios países, afastei-me da militância na Associação. Na verdade, por essa altura, Portugal desdobrava-se numa realidade social e económica complicada e explosiva, que confundia militâncias, chamando a atenção para a crueza e falta de dignidade que continuavam a atingir muitos portugueses. Dediquei-me a estudar Direito, durante 5 anos, na Universidade de Lisboa. Acompanhei o que se tornou público sobre a AI, aprofundei o meu pensamento sobre DH e sempre me interessei pelo Direito Internacional. Quando me aposentei, conversei com a Maria Teresa Nogueira, então Presidente da Secção, e reativei a minha inscrição.”.

Nos últimos 8 anos exerceu 3 mandatos nos órgãos da AI, enquanto Vice-Presidente e Presidente da Mesa da Assembleia, e ao ler e estudar mais sobre a AI afirma que foi confrontada com uma “organização profundamente ‘profissionalizada’, complexa quanto aos meios usados e multifacetada quanto aos objectivos, cada vez

*mais abrangentes. E tive o primeiro ‘choque’ com as perspectivas de acção da AI quando aconteceu a invasão do Iraque. No Boletim da AI (Portugal) publiquei um artigo a que chamei ‘O Deserto dos Direitos Humanos’. A guerra não tinha tido, quanto a mim, uma denúncia suficientemente firme e demarcada da AI. Compreendi que a AI não era uma organização ‘pacifista’ como eu desejara. Não o é estatutariamente. Enquanto membro, tive de aceitar esta característica.”. Para Maria Ângela “a AI de hoje não tem a ver com a AI quando eu entrei. O movimento é diferente, com uma amplitude muito maior, num sentido cada vez mais global. Estou desiludida... Vemos cada vez menos pessoas a interessarem-se por isto. Estes jovens entram com muito ânimo, depois desiludem-se e saem.”. Relativamente à crise financeira e económica global que esmaga os princípios dos Direitos Humanos e outros documentos de Direito Internacional Humanitário, considera que “a AI corre o risco de ver ‘apagado’ o seu discurso, adaptando-se ao pensamento único predominante, ‘sensato, realista e politicamente correcto’. De resto, o risco é geral e parece paralisar o mundo quanto à força dinâmica e de transformação de todas as utopias e esperanças.”.*

Já Ana Margarida Ferreira (25 anos) “Entre na AI ainda jovem, num campo de trabalho para jovens. A minha motivação para entrar na AI acaba por ser fora do comum (ou pelo menos, nunca encontrei ninguém com a mesma história). Fui ao campo de trabalho sozinha, porque quis simplesmente, e depois decidi criar um grupo de estudantes. Quanto me perguntaram o porquê, era simples. O meu pai tinha estado nas listas da P.I.D.E. Fazia sentido juntar-me à AI, porque eu era prova que as cartas davam resultado e eu também queria fazer a diferença. Acabei por ir parar à direcção. Fiz o percurso todo. Estou desiludida, claro, mas foi uma importante experiência que me fez bem.”.

Por sua vez, Ana Monteiro revela uma visão mais otimista do movimento. Ana Monteiro nasceu em Portugal há 28 anos, dos quais 16 viveu em Moçambique. Praticante de meditação budista, considera que mais do que uma religião tem “fé na humanidade”. Estudou até ao 12º ano na Escola Portuguesa de Moçambique onde estabelece o primeiro contato com a sociologia, que considera puramente accidental, uma vez que as suas prioridades eram a filosofia e a psicologia, depois de ter considerado uma carreira na medicina. “Sempre quis alguma coisa que fosse para

*ajudar as pessoas. Isto tem a ver com o quê? Por ter vivido em Moçambique a minha vida inteira e ter visto em primeira mão o que era aquilo, o que era a pobreza, o que era a guerra. Apanhei 6 anos de guerra civil ainda em Moçambique, fui para lá em '86, a guerra só terminou em '92 e em '94 ainda apanhei a famosa revolução dos chapas, em que morreram várias pessoas e foi muito violento. Desde o início sempre soube que queria alguma coisa que ajudasse as pessoas e para mim a primeira coisa era a medicina". A sociologia mostrou-lhe que havia "maneiras de chegar à sociedade, em que nós podemos prevenir que determinadas coisas aconteçam, em que nós podemos estudar, transpor determinadas situações, para ajudar a resolver os problemas e que vão ajudar os problemas de comunidades inteiras e de países inteiros e não só o problema de uma, duas ou três pessoas.", e decide regressar a Portugal e estudar no ISCTE, onde se licenciou em Sociologia. É no ISCTE que contacta pela primeira vez com a AI, através de uma colega que propõe formar um grupo de estudantes.*

*Entre risos confessa, "A minha primeira reação foi não, não vou fazer isso, não vou ser coordenadora (porque ela queria que eu fosse coordenadora também, ela queria que fosse eu, ela e uma outra amiga nossa) porque eu nunca fui coordenadora de um grupo de estudantes da Amnistia Internacional, que eu conheço a Amnistia Internacional, que é uma organização muito séria e eu não vou assumir essa responsabilidade, especialmente no 3º ano que temos de estudar tanto e temos que começar a pensar nas nossas teses. Ela tanto me chateou que me conseguiu convencer e porque me disse não vais ter muitas responsabilidades".*

*Conta Ana Monteiro que nesta fase inicial de formação do grupo, "A pessoa que veio fazer a formação da Amnistia foi o Pedro Patraquim, ainda me lembro, foi quem veio à nossa faculdade fazer a formação, lembro que na altura achei aquilo patético, porque ele fez uma série de jogos connosco que eu fiquei assim a olhar porque nós acertámos em tudo e ele "bem, vocês responderam a tudo super rápido". Mas a ideia estava engraçada, porque era para pessoas de outros grupos que não estivessem tão motivadas ou que não tivessem estudado já tanto sobre Amnistia. Só que eu e a Teresa já tínhamos estudado imenso sobre a Amnistia, já estávamos mais que preparadas para assumir aquelas responsabilidades."*

*Seguiu-se a participação em várias acções da AI, destaca a primeira em junho de 2006 para a campanha de controlo das armas e de negociação junto das Nações*

Unidas de um tratado de comércio de armas e o entusiasmo inicial desmedido, contraposto por uma noção mais realista pela Luísa Marques (actual Diretora de Campanhas e Estruturas). *“Realmente era verdade, o que aconteceu foi que o grupo, houve muito entusiasmo no início, fizemos alguns membros, ainda demos uma sessão de formação mas depois ficou. Foi triste.”* Quando questionada sobre uma eventual desmotivação, contrapõe que *“Não, porque nessa altura já tinha conhecido as pessoas, algumas pessoas, da direcção e funcionários, e sentia-me muito alegre cada vez que ia à Amnistia. Ainda fui à sede da Amnistia no Bairro Azul.”*.

Relativamente ao espaço, recorda que as primeiras impressões foram de desconfiança ao visitar a sede da AI, por ser um espaço exíguo onde *“aquilo era muito mau, era tipo um piso, um andar normal, como se fosse uma casa, tudo muito apertado, muito material antigo que já estava estragado mas que eles não tinham onde por e que estava tipo nos corredores, fazia-se imensas coisas nos corredores que não se devia fazer, imensas coisas empilhadas, isto e aquilo, lembro-me no sítio onde nós fomos ter reuniões tinha assim um aspecto muito desorganizado e tudo porquê? Porque eles não tinham espaço onde por as coisas, não tinham espaço, não tinham como arrumar (...) Mas depois percebemos, pelo espírito da equipa, que realmente apesar do grande nome cada seção depois tinha certas condições e limitações. Mas lembro-me que foi assustador, que eu não esperava que fosse assim (...) lembro-me que o ambiente que se vivia na sede era um ambiente de muito companheirismo e de haver pouquinhos recursos mas de as pessoas terem um grande amor pelo que faziam, o que se notava mais na Luísa, na Cláudia e na Irene. Eram as três pessoas em que realmente isto se notava.”*.

Realçando o papel dos indivíduos na construção do movimento, Ana Monteiro distingue as figuras carismáticas da AI, Lucília-José Justino (Zé Justino) e Victor Nogueira. *“Ainda me lembro que foi ela que se veio apresentar a mim “olá, eu sou a Zé Justino, sou da direcção”. Já estava na direcção nessa altura, estava como vice, nessa altura o Simões Monteiro já estava doente eu lembro-me dela se vir apresentar. (...) eu fiquei imediatamente vidrada nos dois, no Victor por causa da maneira dele falar, da sabedoria e do à-vontade e humildade com que ele estava com as pessoas e da Zé por causa da paixão, a Zé era a paixão, a emoção, o amor imenso pela Amnistia, que era a família dela.”*.

Relembra ainda a intervenção do Victor Nogueira no 27º aniversário da AI, o dia em que Simões Monteiro morreu e a tristeza de todos, em particular da Zé Justino, *“nunca conheci o Simões Monteiro, mas conheço-o pelas histórias e pelo carinho que toda a gente demonstrou naquele dia por ele. Lembro-me desse dia da Amnistia ser muito triste e sentir muito a maneira como as pessoas se apoiavam, se falavam e tudo mais, foi bonito ver isso.”*.

Foi a Zé Justino que a convidou a fazer parte da direcção convite a que respondeu inicialmente não. *“Não era por causa do trabalho, eu nunca tive medo do trabalho, tive foi medo da responsabilidade. Coisa engraçada. Só dizia à Zé, eu não posso ser da direcção da Amnistia porque eu sou muito nova, eu tenho vinte e poucos anos (...) mas a Zé prometeu-me logo que eu iria ficar mais com os assuntos da juventude e que a direcção se iria ajudar toda e que ela nunca iria deixar que eu me sentisse perdida e foi por causa disso que eu entrei (...) e também porque a Zé me disse não se esqueça que também a Ana tem capacidades que podem interessar à Amnistia, portanto não tenha medo, isto também pode ser bom para a Amnistia.”*.

Quanto aos motivos para ter entrado para a AI, Ana Monteiro recorda a sua experiência em Moçambique. *“Quando eu estava em Moçambique, para além de ter tido esse contacto com a guerra e com o conflito, tive também um contacto muito grande com a pobreza das outras pessoas. Todos os dias estava a ser confrontada, quando saía para ir para a escola, estarem pessoas a pedir na rua, havia sempre muitos mendigos, muitos meninos de rua, haver uma grande violência entre os próprios meninos de rua, haver disputas, o valor da vida humana praticamente não existia. Os meus primeiros pesadelos foram de guerra e até hoje são os piores pesadelos que eu tenho, são sempre os mesmos, guerra e conflitos e campos de refugiados.”* Apesar de ninguém na sua rede de amigos falar sobre estes assuntos, desde cedo se questionou do porquê das coisas e de maneiras de alterar essa realidade *“acho que era empatia, eu via aquelas pessoas e eu dizia o que seria se eu tivesse naquela situação”* e recorda o episódio de uma festa de aniversário em que decidiu ler um poema sobre crianças soldado e a dor que sentiu pela reacção de gozo dos seus amigos e pena dos adultos presentes, *“é que eu queria mudar a realidade e não sabia muito bem como”*. O isolamento que viveu posteriormente viria a ser quebrado quando os seus amigos ficaram mais velhos e também eles começaram a



demonstrar interesse nos temas que a preocupavam. *“Eu acho que o grande amor pela Amnistia e pelos Direitos Humanos também vem dessa experiência pessoal”*, afirma ao recordar episódios de violência, muitas vezes de pessoas que não identificava como más, e o sentimento de impotência face ao que testemunhava onde *“Umas vezes as pessoas sobreviviam, outras vezes não sobreviviam.”*. A vontade de fazer mais pela comunidade levou-a a participar em projetos de voluntariado, primeiro com a Cruz Vermelha na sequência das cheias em Maputo em 2000 e depois num projeto mais pequeno, junto da escola N'Twananu. *“É muito giro, porque eu ainda hoje, muitas vezes quando eu perco um bocado a esperança nas coisas, que acontece, vou desencantar essas minhas fotografias que estão em álbuns, umas quantas estão digitalizadas mas a maioria em álbuns, e ficar a ver como é que uma turminha, pequenina, conseguiu levar até àqueles miúdos uma coisa boa. Acima de tudo, nós começamos aquele projecto naquele ano e houve continuidade depois de nós. Nós saímos da escola e houve outras turmas depois da nossa que continuaram a fazer estas acções de solidariedade com N'Twananu.”*.

Hoje, Ana Monteiro é Coordenadora das Campanhas da AI Portugal. Apesar de reconhecer que a apatia das pessoas e as críticas da sua família relativamente ao não reconhecimento da sua dedicação e tempo ao movimento a desmotivaram, relembra a visita da Aminetou Haidar e como essa história de vida a ajudou a centrar as suas prioridades, porque *“A causa é maior que tudo. Para mim a Amnistia não é só estas coisas que acontecem, é tudo. As pessoas também são muito importantes, que se vê que estão ali a batalhar e que tem também um grande amor pela Amnistia, mas a causa é maior! Quando nós recebemos notícia que prisioneiros foram libertados, quando recebemos notícias deles a unirem-se com as famílias, ainda me emociono imenso. Pronto, há pessoal na sede que já não liga tanto a isso, eu cada vez que vejo algum filme desses eu fico... e lá vem a lágrima, fico super emocionada e quero lá saber, chamem-me o que quiserem!”*.

Para ela a oportunidade de trabalhar e contribuir com a sua ação, enquanto voluntária e agora como funcionária, em campanhas como a “Campanha Acabar com a Violência sobre as Mulheres” ou a “Campanha Exija Dignidade”, compensam qualquer desânimo sentido, pela influência prática que estas têm na vida das pessoas.

Lucília-José Justino, ou Zé Justino como é conhecida na AI, com 58 anos,

professora na Escola Superior de Comunicação Social em Lisboa recorda, por sua vez, o ano de 1987 como ano de entrada na AI Portugal. Doutoranda em Cultura Mediática e Literaturas, Mestre em Literaturas Comparadas, Licenciada em Ciências Literárias, em Filologia Germânica e Estudos Anglo-Americanos, era professora no Liceu de Oeiras quando participa em múltiplas atividades do Processo Revolucionário em Curso no pós-25 de abril e é através do capitão José Manuel Cabral que entra no grupo local 3 de Oeiras da AI.

*“Entrei como soldado raso. Realizava-se religiosamente uma reunião mensal nas instalações da junta de freguesia. Havia muito trabalho local, sendo que eramos reconhecidos como importantes actores locais. Apesar de ocorrerem algumas pegas, a causa era maior. É lá que conheço a Cláudia Pedra, na altura uma jovem nos seus 16 anos, que viria a ser membro de direcções e a segunda Directora Executiva.”* Zé Justino assume a coordenação do grupo local 3 - Paço d’Arcos/Oeiras, aquando da saída de José Manuel Cabral em 2005, grupo que nos conta ter nascido no Barreiro em 1983 e que foi posteriormente revitalizado em Oeiras, para demonstrar que os grupos da AI têm ciclos de vida, mais ou menos dinâmicos. Conta ainda que este é o primeiro grupo a ter sede, na sequência de um pedido feito à Câmara Municipal de Oeiras.

Quanto à ligação a Portugal da origem do movimento, Zé Justino afirma: *“É provável que exista um pouco de mito na história, tendo em conta que não foi encontrado nenhum registo com os nomes dos dois alunos. A prova mais próxima foi encontrada por Irene Pimentel, que relatou a existência de protestos estudantis em 1960, um ano antes da publicação do apelo, mas nenhuma referência a prisões devido a ‘um brinde à liberdade’.”* Refere ainda que a AI escolheu para si *“um nome tecnicamente ‘errado’, enquanto termo etimologicamente relacionado com amnésia, esquecimento e perdão concedido pelos Estados, quando muitas vezes nos casos da AI os criminosos são os próprios governos e os inocentes exigem justiça e não esquecimento.”*. Fazendo a ligação às estruturas originais da AI que escreviam cartas apelando às autoridades pela libertação dos prisioneiros de consciência, reflete sobre a globalização e a revolução dos processos de comunicação, que tornaram quase obsoletos alguns desses métodos e que já nessa altura *“a carta dizia pouco aos membros mais novos do grupo.”*. Entre 1995 e 1997 os voluntários começaram a desaparecer, em 2001 novos membros do grupo surgiram mas rapidamente foram

embora e hoje é um grupo pouco activo, *“contudo, ainda hoje tem reconhecimento local, é como que uma entidade simbólica.”*.

Considera Zé Justino que o discurso dos Direitos Humanos *“embora tenha carga política, ainda mobiliza, no sentido de mudar o mundo, de fazer um pouco e não depender dos outros.”*. Num mundo cada vez mais determinado por relações virtuais, afirma que *“a tradição tem que ser contemporânea”*, em particular quando conversamos sobre a amplitude do actual mandato da AI, que trata dos 30 artigos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, *“O crescimento foi talvez ingénuo. O salto foi demasiado grande, da poesia para os mil e um comunicados do secretariado internacional, concentrando-se no desenho da estratégia mas com pouca ação.”* Refere que a AI se *“distingue das restantes ONG pela sua capacidade de lobby, mas que perdemos ao nível de investigação no terreno”*. Considera igualmente que *“falta o desassossego do activismo e que a máquina da AI está a ficar pesada.”*, ao referir os perigos da profissionalização excessiva deste movimento de génese voluntária. Afinal *“quem trabalha na AI tem que ter uma atitude diferente e têm que falar uma linguagem comum, se não trabalhavam num banco! A AI é feita de gente e essas pessoas são respeitáveis, até porque a voz da AI, 30 anos depois, ainda é ouvida. Agora é necessário manter a credibilidade do movimento.”*.

Quanto a momentos determinantes na sua vida de activista destaca a campanha por Timor, pela ligação afectiva que esta determinou revelando *“nós não dormíamos”*, a campanha Acabar com a Violência sobre as Mulheres e com orgulho afirma *“fomos dos primeiros países a determinar a natureza de crime público”*, a mais recente visita a Cabo Verde, no final do seu mandato como Presidente da direcção de 2010-2012 e claramente, as *“comutações de pena, ainda que por breves momentos elas traduziam esperança.”*, considerando que *“não se pode substituir o encontro dos activistas pelo simples e-ativismo”*.

Quando questionada sobre o futuro da AI, afirma: *“Nada de medos, mas é necessário não descaracterizar o movimento, o que passará por adaptar os cânones internacionais às características do país. A AI continua a ser uma organização elitista, que se vê desde logo no necessário conhecimento das línguas de trabalho e na tarefa de decifrar extensos documentos pelos órgãos sociais. Contudo, o poder das palavras é*

*o poder da informação, da sensibilização, mobilização, solidariedade e transformação. Para a Amnistia dizer é fazer e denunciar é agir. E assim deverá continuar a ser para as gerações vindouras”.*

Para isto a AI Portugal tem recorrido a cadernos de formação, cadernos de estilo, *kits* de boas-vindas<sup>96</sup>, formações e inquéritos de satisfação aos membros e apoiantes. Relativamente ao inquérito realizado em Março do presente ano, cujos resultados foram amavelmente cedidos pela atual direcção da AI Portugal para a presente investigação, foram rececionados 1010 inquéritos, dos quais 32 estavam em branco, numa amostra de 978 pessoas. A maioria são apoiantes (564), em contraposição aos membros (369), e nestes a maioria é do género feminino. Nos apoiantes destaca-se o grupo etário dos 26 aos 40 anos, enquanto nos membros é maioritário o grupo dos que têm mais de 40 anos. Os resultados mostram níveis de escolaridade elevados e geograficamente a maioria encontra-se em Lisboa. Entre as razões apontadas para aderir à AI destaca-se o interesse pela Educação para os Direitos Humanos. Entre as poucas diferenças encontradas destacam-se a maior indicação do interesse em participar numa Organização Internacional entre os mais jovens e onde os apoiantes referem o dever de ajudar os outros, os membros apontam para o trabalho realizado em Portugal. O resultado deste inquérito traduz uma pequena janela dos apoiantes e membros atuais da AI Portugal, merecendo o nosso destaque o reduzido interesse nos indivíduos em risco, que se encontram na origem do movimento e apelo de 1961. Contudo, estes valores acabam por ser desvalorizados por Ana Monteiro, que considerou a possibilidade de alguma opacidade no inquérito, contrapondo a este o número elevado de membros e apoiantes a participar na petição pelo tratado para o comércio de armas, nos números da petição sobre a tortura dirigida ao Presidente da Comissão Europeia, Durão Barroso, na resposta ao apelo feito contra a condenação à morte do cidadão chinês de origem portuguesa, Lau Fat-Wai, e a criação de um ciclo de petições em abril de 2012, que irá permitir o melhor

---

<sup>96</sup> O *kit* boas vindas da AI Portugal, a ser distribuído pelos membros e produzido em 2011, é composto por 8 brochuras desdobráveis, nomeadamente: #1 A Amnistia Internacional; #2 Amnistia Internacional em Portugal; #3 Ativismo e Voluntariado; #4 Declaração Universal dos Direitos Humanos; #5 Apoiente; #5 Membro; #6 Estatutos; #7 FAQ Perguntas Frequentes.

acompanhamento e avaliar o conhecimento do trabalho desenvolvido pelo movimento dos seus membros.

As narrativas recolhidas e episódios cuidadosamente escolhidos e relatados pelos intervenientes reflectem um conjunto de interacções realizadas dentro desta rede social. As histórias de vida de cada um acabam por motivar o encontro com a AI, integrando as diferentes estratégias individuais, focadas na construção de um mundo melhor, na ação coletiva do movimento, identificado como causa maior, amor, o palco privilegiado de ação individual. A memória comum que discorre nas diferentes publicações revela um “campo de sentidos” (Godinho, 1998, p. 31) partilhado pelos membros da AI Portugal, na construção do *continuum* entre o passado, o presente e o futuro do movimento. Embora a desilusão esteja presente nas diferentes narrativas, a importância da ação global da AI nunca é posta em causa, embora o crescimento exponencial que o movimento tem observado desde a sua fundação cause algum receio pela possível perda de credibilidade. Em momento de celebração dos 50 anos do movimento a nível internacional e 30 anos ao nível nacional, estes receios são marginalizados e sobrepõem-se os exemplos de sucesso do passado do movimento no encontro dos que define como “as nossas pessoas”<sup>97</sup>.

---

<sup>97</sup> “Amnistia Internacional, Kit boas vindas, “#2 Amnistia Internacional Portugal”, 2011, Lisboa.

## **CAPÍTULO 8 – “30 anos a conspirar pela esperança”: a celebração em análise.**

*“The past can be seized only as an image which flashes up at the instant when it can be recognized and is never seen again.” Walter Benjamin.<sup>98</sup>*

O ano de 2011 foi marcado pelas celebrações do 50º aniversário da Amnistia Internacional e os 30 anos da secção portuguesa. Na festa do 50º aniversário do movimento a 28 de Maio, na sede da Operação Nariz Vermelho, em Lisboa, foi apresentado o documentário “Amnistia Internacional: 30 anos em Portugal, 50 contra a opressão”. Foi também apresentada a publicação sobre os 30 anos da AI Portugal, completados a 18 de Maio. A celebração foi completada com a recriação do brinde à liberdade, relembrando o mito fundador e participando num dos momentos globais que marcaram o ano de comemorações. O brinde foi igualmente recriado na festa dos 30 anos da secção portuguesa, a 18 de Maio na Fábrica do Braço de Prata, em Lisboa. Analisaremos de seguida os principais elementos que compuseram este ano de celebrações.

### **○ A Celebração**

Ao lado de outras actividades realizadas pelos grupos locais da AI Portugal, a cerimónia comemorativa do aniversário da Amnistia Internacional e da Amnistia Internacional em Portugal rememora o ato fundador do movimento, sendo decisiva na edificação da memória colectiva e encaminha simultaneamente para o futuro do movimento.

Com Godinho, a “festa é essencial à manutenção de um grupo e à reprodução da sua memória, que lhe confere garantias de continuidade”, ressaltando os triunfos na construção do “elogio da unidade que conduziu a tais alterações” (Godinho, 2000, p. 129-131). Parte da reflexão sobre esta festa resulta da participação nas cerimónias presenciadas, estabelecendo a ligação entre os elementos recolhidos nas cerimónias e nos arquivos da Amnistia Internacional.

---

<sup>98</sup> “Quote by Benjamin, Walter on Past”, *Quotations Book* (19 Aug. 2010), *General OneFile.*, Web. 19 Apr. 2012.

Em ambas as festas o brinde à liberdade, identificado na génese do movimento, foi recriado. O brinde transporta em si uma carga simbólica e ritual que congregou os diferentes membros, activistas e simpatizantes que ergueram em unísono os seus copos num brinde à liberdade. Nesse momento, o brinde reflecte a identidade colectiva do movimento, o que o distingue dos restantes movimentos colectivos, reiterando o mito fundador a coesão do grupo e criando um sentido de comunidade aos que participam no brinde.

Aqui, “O passado, com a sua presença legitimadora, requer então uma reconstrução que retoma um conjunto de elementos” (Godinho, 2000, p. 148), que permitem a reconfiguração da auto-imagem de cada um dos participantes para os valores defendidos pelo movimento. A interpenetração do passado no presente da celebração permite aos seus membros, activistas e apoiantes reviver simbolicamente o acontecimento que terá servido de inspiração à criação do movimento.

A seleção desta lembrança em particular para a celebração do aniversário do movimento traduz uma instrumentalização da memória coletiva. Para Silva “Consagrando o universalismo dos valores de uma comunidade, as comemorações buscam, nessa “rememoração” de acontecimentos passados, significações diversas para uso do presente. Comemorar significa, então, reviver de forma colectiva a memória de um acontecimento considerado como ato fundador, a sacralização dos grandes valores e ideais de uma comunidade constituindo-se no objectivo principal.”. Reflectindo sobre a comemoração de datas nacionais, afirma Silva que a comemoração procura reapropriar o acontecimento passado projectando-o em direcção do futuro e que os acontecimentos inaugurais “exercem ainda uma função eminentemente simbólica” (Silva, 2002, p. 432).

Relativamente à festa comemorativa dos 30 anos da AI em Portugal, esta teve lugar na Fábrica do Braço de Prata em Lisboa, a 18 de maio de 2011. A oportunidade de fazer parte da equipa organizadora deste evento, permitiu-nos a recolha de opiniões sobre o que foi considerado essencial constar nas actividades celebrativas, em diversas reuniões preparativas do evento. A direcção da AI Portugal, responsável pela organização deste evento, considerou a criação de diferentes momentos musicais, de dança, poesia, teatro e, retomando as origens do movimento, a realização de uma tertúlia com ex-prisioneiros de consciência, Aurora Rodrigues e Edmundo Pedro, sobre

os Direitos Humanos e o papel da Amnistia Internacional, além da recriação do referido brinde acompanhado de um bolo comemorativo na forma do logótipo do movimento, a vela envolta em arame farpado, num espaço decorado por antigos cartazes da AI. Para essa ocasião sugeri ainda a criação de um “mural do aniversário”, convidando o participante da celebração a trazer uma recordação (fotografias, artigos, jornais, etc.) que os ligasse à AI para colocar no mural. Nesse mural foram colados artigos, poemas, capas de livros (“O meu diário de Guantánamo”) e mensagens dirigidas à AI.

Na sequência da festa dos 30 anos o seguinte comunicado foi emitido:

*“Com a Amnistia Internacional, dou a cara por todos os que sofrem de discriminação”, Aurora Rodrigues. No passado dia 18 de Maio de 2011, a Amnistia Internacional Portugal comemorou o seu 30.º aniversário. Um dos eventos comemorativos desta data teve lugar na Fábrica do Braço de Prata, em Lisboa. Com a colaboração de vários artistas, aí se festejou o dia em que os Direitos Humanos saltaram para as luzes da ribalta em Portugal, juntando-se inúmeras vozes a um movimento internacional que vinte anos antes se formara em reacção à notícia da prisão arbitrária de dois jovens portugueses. As actuações, que ocorreram em simultâneo nas várias salas da Fábrica por onde o público foi guiado por artistas circenses, de Noiserv, A condição de equilíbrio em queda livre, UHF, DJ Artur Durand e do grupo Oficina da Poesia abrilhantaram esta festa, cujo momento alto foi, sem dúvida, o espaço de partilha e debate alcançado na tertúlia que reuniu dois antigos prisioneiros de consciência: Aurora Rodrigues e Edmundo Pedro. Com os nossos convidados e com todos os presentes brindámos a 30 anos de luta em prol da defesa dos Direitos Humanos em todo o mundo, em todos os recantos onde existem violações das mais básicas condições de existência e dignidade humanas. “Foi uma noite diversa, com momentos e propostas contrastantes, o que me parece poder estabelecer paralelos com a própria acção da Amnistia Internacional, isto é, os direitos humanos enquanto espaço de luta pela diversidade e inclusão. No caso do aniversário vale pelo simbolismo, e que dê relevância a todo o trabalho de campo, que é o que realmente mais importa!”, Ricardo Freitas (A condição de equilíbrio em queda livre). “Mesmo na decadência do resto deste Império, antes que o Quinto se erga, celebremos a vitória da*



*consciência, do amor fraterno, da igualdade universal”, António Manuel Ribeiro (UHF). A todos os que estiveram presentes e aos que, não podendo estar, não deixaram de brindar aos Direitos Humanos, o nosso muito obrigado por terem feito desta festa o belo momento que foi!”.*

Foi igualmente enviado um *e-mail* comemorativo a todos os membros e apoiantes da AI Portugal, apelando à unidade na prossecução dos objectivos do movimento e realçando a memória colectiva na ligação entre o passado e o presente, onde “Comemorar é trazer à memória, em conjunto.”:

*“Caríssimos Membros, Tenho o imenso prazer de vos escrever esta mensagem pelo 30º aniversário da Secção Portuguesa da Amnistia Internacional, ou dito do outro modo agora também usado, da Amnistia Internacional Portugal. Comemorar um qualquer aniversário é sempre um momento de alegria. Sabemo-lo todos. Melhor, sentimo-lo todos. Mas comemorar o aniversário da nossa secção, os seus 30 anos é um acontecimento muito especial. Foi um caminho longo em que todos se empenharam para fosse um caminho de sucessos na defesa dos direitos humanos, foram avanços significativos, mudanças consideráveis, alguma turbulência, por vezes, mas a nossa organização é, e será sempre, a mesma. A memória é, pois, indispensável, para uma plena comemoração. E peço de empréstimo a Jacques Le Goff a frase: A memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro. Comemorar é trazer à memória, em conjunto. É isso que fazemos hoje. Precisamos do nosso passado para pensar o nosso futuro, na organização. Sem nostalgia, mas com respeito, gratidão, admiração e afecto. O muito que se alcançou só foi possível graças ao trabalho do nosso staff, ao empenhamento, à disponibilidade de muitos membros e apoiantes, muitas vezes a custo conseguida. Isto é, graças ao activismo, conceito maior neste nosso território de acção pelos direitos humanos. Estamos todos de parabéns. Os de ontem e os de hoje.”.*

O ano de celebração dos 50 anos da Amnistia Internacional teve início a 28 de maio de 2011, na sede da Operação Nariz Vermelho, em Lisboa, foi marcado pela

realização do Encontro Nacional de Ativistas da Amnistia Internacional em dezembro de 2011 e foi encerrado com um piquenique a celebrar o 51º aniversário da AI em junho de 2012 no jardim<sup>99</sup> da Amnistia Internacional em Lisboa, inaugurado em 30 de março de 2012.

Durante o ano de aniversário a organização estabeleceu cinco áreas de trabalho<sup>100</sup> e determinou que as comemorações globais do “Amnesty @50” fossem determinadas por dois momentos distintos. Um primeiro momento, dedicado ao brinde à liberdade e um segundo momento no dia internacional dos Direitos Humanos. Nesse dia realizou-se em todas as secções nacionais a maratona de cartas e a iniciativa “acender uma vela pelos Direitos Humanos”<sup>101</sup>, divulgando casos de indivíduos em risco pelo uso do seu direito à liberdade de expressão.

A programação da celebração, nos seus diferentes momentos, revela um cariz altamente simbólico das comemorações dos 50 anos do movimento, ao resgatar a originalidade do movimento, o poder da palavra e a dimensão relacional de escrever uma carta, sem esquecer o símbolo organizacional e o brinde fundacional.

Quanto à recriação de símbolos, por ocasião da minha participação no Fórum de Presidentes das Secções Nacionais da Amnistia Internacional, em Heathrow, Londres em abril de 2011, tive oportunidade de participar no início das celebrações do

---

<sup>99</sup> O jardim da AI cedido pela Câmara Municipal de Lisboa, projectado pelo Arquitecto Ribeiro Telles, está inserido no “corredor verde” que faz a ligação entre o Parque Eduardo VII e Monsanto, situa-se entre a Rua de Campolide e a Avenida José Malhoa. Numa breve cerimónia que contou com a presença da vereadora da cultura, Catarina Vaz Pinto e da Presidente da Amnistia Internacional Portugal, Lucília-José Justino, a placa foi descerrada ao som de “O Jardim da Paz”, poema que Teresa Rita Lopes escreveu para a ocasião. Foi ainda distribuída a publicação “Amnistia Internacional” da Câmara Municipal de Lisboa e da Comissão Municipal de Toponímia, onde fazendo uma breve introdução à história da AI e principais campanhas, se lê: “Em total solidariedade e reconhecimento pelo trabalho desenvolvido pela Amnistia Internacional na defesa intransigente dos Direitos Humanos no mundo, é com grande consideração e estima que a Câmara Municipal de Lisboa se associa às comemorações do 50º aniversário da Amnistia Internacional, atribuindo o nome da organização a um Jardim público da Cidade de Lisboa. Estamos certos de que o espírito e os valores da solidariedade e do respeito prosseguidos pela AI encontrarão neste local de usufruto e de encontro público, um justo e digno acolhimento para tão nobre topónimo. O Presidente da Câmara, António Costa.”.

<sup>100</sup> Foram traçados cinco objectivos a concretizar até 28 de Maio de 2012: 1) Continuar a Defender a Liberdade de Expressão, dando particular atenção à situação no Médio Oriente e Norte de África; 2) Continuar a Proteger os Direitos das Mulheres, centrando-se no caso da Nicarágua; 3) Continuar a Exigir a Abolição da Pena de Morte, especialmente no único país europeu que mantém esta forma de punição; 4) Continuar a Pedir Justiça; e 5) Continuar a Apelar à Responsabilização Empresarial.

<sup>101</sup> Uma galeria virtual foi criada para registar as diferentes acções globais, em: <http://www.flickr.com/groups/shine-a-light/pool/>.

“Amnesty @50”, nomeadamente, na recriação do brinde fundacional. A celebração iniciou-se com a voz do Peter Benenson a falar sobre a criação da AI. Enquanto Portuguesa pediram-me para fazer o brinde com Peter Pack, na altura presidente do Comité Executivo Internacional, e Salil Shetty, secretário-geral da AI, brinde em português “à liberdade”, repetido em uníssono pelos restantes presidentes das secções nacionais.

○ **O Documentário**<sup>102</sup>

Em 28 de maio de 2011, em Lisboa, por ocasião da festa de celebração dos 50 anos do movimento foi apresentada a publicação sobre os 30 anos da Amnistia em Portugal<sup>103</sup>, já referida anteriormente, e foi exibido o documentário “Amnistia Internacional: 30 anos em Portugal, 50 contra a opressão”, produzido pela Companhia de Ideias e patrocinado pela RTP2 e pelo Instituto de Cinema e Audiovisual<sup>104</sup>.

São imagens da reunião da Assembleia Geral das Nações Unidas que surgem primeiramente, neste documentário com cerca de 54 minutos, pela voz de Eleanor Roosevelt e a proclamação da Declaração dos Direitos Humanos, surgindo sucessivamente no ecrã os artigos 1º, 4º, 5º, 19º, 21º da referida declaração. Segue-se o testemunho de um preso de consciência paraguaio, que recebe uma carta que tinha impresso o símbolo da AI na véspera de Natal, “estas palavras salvaram a minha vida e

---

<sup>102</sup> O documentário está disponível para visualização em:

[http://www.amnistia-internacional.pt/index.php?option=com\\_content&view=article&id=572&Itemid=117](http://www.amnistia-internacional.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=572&Itemid=117).

<sup>103</sup> Acresce a esta publicação sobre os 30 anos em Portugal, o lançamento da “Agenda Comemorativa dos 30 anos Amnistia Internacional Portugal”. O conteúdo da agenda foi amplamente discutido pela direcção da AI Portugal, nomeadamente, a presença de documentos internacionais (bastando-se com a Declaração Universal dos Direitos Humanos nas primeiras páginas), o resumo histórico da AI, o discurso de atribuição do prémio nobel da paz em 1977, a visão e missão do movimento, contactos da AI Portugal e das suas estruturas operacionais, acompanhados de cartazes que acompanharam a evolução da secção portuguesa, fotos de eventos significativos da sua história e indicação de datas internacionais relevantes. Foram também produzidos pacotes de açúcar pela Delta, com frases evocativas ao movimento e ao aniversário, distribuídos a nível nacional.

<sup>104</sup> A Companhia de Ideias indicou as seguintes fontes para a produção deste documentário: Documentação: Arquivo AI: recorte jornais (casos mediáticos: prisioneiros de consciência, abusos nas ex-colónias, FP-25, Timor-Leste, condições prisionais e ilegalidades nas detenções policiais). Relatórios Internacionais AI: década de 60 e 70 (dados sobre Portugal, nos primeiros anos da Amnistia Internacional), década de 80, 90, 00 (dados sobre Portugal: FP-25, casos de violência nas prisões, condições dos presídios). Torre do Tombo: cartas entre membros do governo em Angola e de Portugal; abusos nas ex-colónias, durante a ditadura; avisos sobre ausência de julgamento dos presos do regime antes de 1974. Imagens: Arquivo audiovisual AI: Campanhas AI, China, África, Imigrantes, violência sobre mulheres, pobreza, armas Arquivo fotográfico AI: rostos a preto e branco, pena de morte, execuções, sede AI – Secção Portuguesa, plataforma *Adam*.

a minha sanidade. Oito meses depois estava livre.”. A organização é caracterizada e, pela voz de Thomas Hammarberg, exalta-se o papel de Peter Benenson, enquanto fundador do movimento, e o artigo “The Forgotten Prisoners” do “Sunday Observer” é lido por Benenson. A origem do movimento, de campanha por um ano a campanha mundial, e o brinde à liberdade (“tenha ou não acontecido, naquele brinde à liberdade estava contida toda a essência da Amnistia Internacional”), são contextualizados por Victor Nogueira e Irene Pimentel.

Amplamente discutido pela direção, membros e funcionários, o processo de realização do documentário iniciou-se em 2010 e a preocupação inicial prendeu-se com a análise do guião de pré-montagem do documentário, tendo em conta a especificidade deste ser um documentário sobre os 30 anos de uma seção nacional e por extensão sobre os 50 anos da Amnistia Internacional. Pretendia-se sobretudo a coerência da mensagem transmitida, sobre a história da AI, sem esquecer as principais figuras do movimento, nomeadamente Sean MacBride, o acesso às entrevistas e determinação dos pontos narrativos pelas perguntas efectuadas. Esta preocupação avolumou-se face a um tempo cada vez mais curto para a concretização do documentário, justificada pela produtora numa recolha de informação morosa, devido à dispersão de fontes e de conteúdos.

A principal crítica ao documentário foi este não estar centrado nas “pessoas da AI”, nos seus membros e activistas, no voluntariado e activismo, mas em entidades e individualidades externas. O documentário acabava por não reflectir os rostos do movimento nacional, entendidos como os voluntários, membros, órgãos sociais, funcionários e estruturas, como se fosse um “olhar de fora” e não centrado na AI. Foram efectuadas entrevistas a Mário Soares, Ramalho Eanes, Jorge Sampaio, Irene Pimentel, João Freire, Victor Nogueira, Thommas Hammarberg, Cláudia Pedra e Lucília-José Justino, sendo reproduzida a entrevista com Joaquín José Martinez, antigo preso no corredor da morte. Esta crítica acabaria por ser colmatada com a participação da Rede de Jovens (ReAj) e referência a um novo activismo virtual<sup>105</sup>.

---

<sup>105</sup> Estas reflexões são retiradas de uma extensa discussão, *online*, via *e-mail*, e em reuniões preparatórias, mantida entre membros da direção da AI Portugal 2010-2012, outros activistas do

Não obstante o documentário surgir inicialmente como desequilibrado na ligação entre as dimensões histórica e as preocupações atuais do movimento, além de certas imprecisões da história do movimento, foi reconhecida a necessidade de se chegar a um compromisso, uma vez que este era um documentário dirigido não apenas aos membros mas a um público exterior ao movimento. Foi reconhecida a qualidade da versão final apresentada, face às sugestões feitas, nomeadamente na integração dos cinco eixos prioritários da AI. Após a sua exibição na celebração do aniversário as reações foram na sua maioria bastante positivas, tendo-se seguido a recriação do brinde à liberdade com os presentes<sup>106</sup>.

O documentário, que estreou na RTP2 no dia 7 de agosto de 2011, termina com a evocação das campanhas de sucesso da AI, numa permanente ligação entre o presente e o passado. *“Ideias como construir um mundo melhor ou o futuro está nas nossas mãos esvaziaram-se de sentido de tanto serem repetidas por mero intuito retórico. O triunfo da Amnistia Internacional reside na atitude de contínua realização desses ideais, numa concretização efectiva dirigida não às estatísticas mas aos rostos e nomes próprios que existem por trás de cada número que envergonha o mundo. Neste aniversário a melhor homenagem que se pode fazer à organização é seguir-lhe o exemplo. Não temer as frases batidas e dizê-las as vezes que forem necessárias a quem tem de as ouvir.”*. A última intervenção cabe, por fim, a Benenson: *“Once the concentration camps and the hell-holes of the world were in darkness. Now they are lit by the light of the Amnesty candle; the candle in barbed wire. When I first lit the Amnesty candle, I had in mind the old Chinese proverb: 'Better light a candle than curse the darkness.'”*.

O “elogio da unidade” (Godinho, 2000) que reconstrói o sentido de comunidade nas celebrações dos 50 anos da AI e os 30 anos da AI Portugal, estabelece

---

movimento, o então director-executivo, Pedro Krupenski, e a produtora, à qual tive acesso e na qual participei enquanto membro da direcção.

<sup>106</sup> A AI Portugal convidou ainda ao registo do momento de recriação do brinde, “enquanto evento global que constitui um tributo à história” que levou à criação do movimento internacional: “Organize o seu próprio brinde, onde quer que esteja, e adicione as suas fotos à nossa galeria. Precisa apenas de uma câmara, de um copo e de uma ocasião que tanto pode ser em sua casa, num concerto, jantar, ou em qualquer outro contexto. Faça parte deste momento histórico!”. In: [http://www.amnistia-internacional.pt/index.php?option=com\\_content&view=article&id=544:brindeenvieasfoto&catid=51:aia t50&Itemid=116](http://www.amnistia-internacional.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=544:brindeenvieasfoto&catid=51:aia t50&Itemid=116).

a ligação entre o passado e o presente, pelo resgate do momento fundador do movimento e pela utilização da vela envolta em arame farpado como figura exponencial representativa do grupo. A construção da identidade comum do grupo é intensificada em ano de celebração, o que é perceptível na criação de materiais por ocasião do aniversário, seja pela publicação do livro “Liberdade”<sup>107</sup>, na produção gráfica de cartazes comemorativos, pela realização de uma lotaria comemorativa ou pela compilação musical em “Chimes of Freedom”<sup>108</sup>. Através de todas estas manifestações, o grupo que constitui o movimento internacional é convidado a reviver o ato fundador e a partilhar de uma identidade global comum. A valorização do passado e das conquistas do movimento tem a vocação de legitimar o caminho a percorrer pela AI no futuro.

A ligação ao passado legitimador do presente e futuro é talvez melhor exemplificado pela exposição “Change this World! 50 years of posters for Amnesty International 1961-2011”. A introdução a esta exposição afirma “Alguns [dos cartazes] foram criados para grandes campanhas, outros em resposta a acontecimentos mundiais, alguns foram produzidos para acções de sensibilização. Todos eles produzem um impacto duradouro sobre os olhos e a mente, e inspiram a ação para a mudança.”. A compilação destes cartazes presta tributo às conquistas do movimento, afirmando a ação positiva de cada indivíduo, embora pequena e possivelmente lenta, capacitando-o para a mudança: *“Fifty years on, severe problems still persist but we know we can change this. Fifty years has shown that one by one we can. We have.”*<sup>109</sup>.

Para a Amnistia Internacional, comemorar foi “trazer à memória, em conjunto”.

---

<sup>107</sup> Relativamente a este livro, “No ano em que se comemoram os cinquenta anos da Amnistia Internacional e os trinta anos da secção portuguesa desta instituição, cada um dos trinta e seis textos é inspirado num artigo da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Uma antologia que inclui o prefácio da Presidente da Amnistia Internacional em Portugal, Lucília-José Justino, e que ao ser vendida, os direitos de autor reverterem a favor da Amnistia Internacional.” (In: <http://www.bertrand.pt/ficha/liberdade?id=11008109>). Segundo Lucília-José Justino “A presente obra mostra -nos, de um modo diferente, o espírito de cada um dos trinta artigos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, fora do jargão jurídico habitual, revelando, através de contos de todo o mundo, como as pessoas, independentemente de fronteiras físicas, culturais, sociais, religiosas ou outras, têm, universalmente, direitos, aspirações e necessidades básicas comuns.”.

<sup>108</sup> Editado pela Universal Record, esta é uma compilação de quatro álbuns que reúnem 76 temas de Bob Dylan reinterpretados por mais de 80 artistas, para assinalar os 50 anos da Amnistia Internacional.

<sup>109</sup> Podemos rever a exposição em: <http://www.amnesty.org/en/library/asset/ACT30/067/2011/en/b63a504d-932a-4977-8430-c3695f694023/act300672011en.pdf>.

## CONCLUSÃO – IDENTIFICAÇÕES E MEMÓRIAS

*“Se recordo quem fui, outrem me vejo,*

*E o passado é o presente na lembrança (...)” Ricardo Reis*

Decorria o ano de 2010 quando tomei conhecimento da existência do curso de mestrado em Antropologia e a área de especialização em Direitos Humanos e Movimentos Sociais. A proposta apresentada de “objectivar histórica e culturalmente a construção do conceito de Direitos Humanos e das organizações internacionais governamentais e não governamentais que lhe estão diretamente associadas, recenseando os diferentes desafios epistemológicos, éticos e políticos colocados pelos seus princípios e atuações (...) explorar o modo como diversos movimentos sociais têm enfrentado questões relacionadas com os diferentes direitos sociais e culturais contemporâneos<sup>110</sup>” despertou de imediato o meu interesse. Licenciada em Direito e pós-graduada em Direitos Humanos e Democratização, pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, vislumbrei a oportunidade de ampliar os meus conhecimentos sobre os Direitos Humanos e movimentos sociais, desconstruindo pré-conceitos, pela apreensão de noções e perspectivas da antropologia, desconhecidos até então, procurando transpor o positivismo da “gaiola de ferro do instrumentalismo jurídico” (Riles, 2006). A ligação aos Direitos Humanos, por sua vez, concretizava-se desde 2006 como membro da organização não-governamental, Amnistia Internacional Portugal. Foi numa reunião de direção da AI Portugal, enquanto vogal entre 2010-2012, quando se começou a falar das celebrações dos 50 anos do movimento internacional e 30 anos do movimento em Portugal, que se começou a desenhar o projeto de investigação ora proposto e desenvolvido no decorrer da parte curricular do curso.

O desafio foi colocado. Este seria um trabalho de fronteira disciplinar, de cruzamento de saberes, decorrente da qualidade de jurista integrada num mestrado

---

<sup>110</sup> In: “Estrutura da componente lectiva do mestrado em Antropologia – área de especialização em Direitos Humanos e Movimentos Sociais. Ano Lectivo 2010/2012”, <http://www.unl.pt/guia/2012/fcsh/c-4282>.

de movimentos sociais de quem o escreve, e de observação participante, na qualidade de membro da ONG.

Ao longo da investigação e do processo de escrita fomos confrontados com o necessário distanciamento, que procurava assegurar a objectividade da investigação, na reflexão sobre as opiniões e histórias de vida recolhidas, na análise da origem do movimento e das memórias resgatadas em momento de celebração. Foi contudo claro, no decorrer deste processo, que embora fosse um risco considerado, a relação de proximidade construída ao longo dos anos enquanto membro e dirigente da organização, sustentou e facilitou esta investigação, através de conversas mais ou menos informais, entrevistas, cedência de estatísticas, artigos, livros e fotografias de arquivos da organização ou pessoais, aplicando o conceito de pesquisa participante, recentemente apreendido, contra a dissolução da identidade do agora investigador mas sempre membro, na tradução credível, ainda que parcial, do mundo organizacional.

Através desta pesquisa, intitulada “Identities e Memórias nas Organizações Não Governamentais – Criação e Reprodução de Diálogos de um Espírito Fundacional” propusemo-nos uma reflexão sobre o processo da memória dentro da organização, factores e episódios exaltados como conquistas, desde logo, no registo em Documentário, e assim procurar compreender de que modo a organização recorre, cria e re-cria os símbolos, nomeadamente Peter Beneson, enquanto *founding father*, ou mesmo a vela envolta em arame farpado, na criação de uma identidade organizacional. Será possível neste mundo líquido (Bauman, 2007) a concretização de uma utopia organizacional, de uma cultura global de defesa e respeito pelos Direitos Humanos, bandeira da AI, que os membros do movimento assumem como parte da sua identidade? Pretendíamos com o presente contribuir para a melhoria do conhecimento dos factores determinantes da identidade organizacional, ao estabelecer a relação entre a identificação a uma organização de diferentes gerações de membros. A partir da análise da organização, enquanto entidade colectiva, procurámos interconectar conceitos antropológicos e de direito.



Procedemos ao esboço do índice, dividido em três partes e que orientou esta investigação, do enquadramento geral ao particular, da (Parte 1) Globalização, o Estado-Nação e o Ressurgimento da Sociedade Civil, à (Parte 2) construção desta Comunidade Imaginada e, por fim, (Parte 3) a Construção de Memórias.

Da investigação realizada podemos concluir, ainda que brevemente, que a memória mais do que produto do grupo é estruturante do mesmo, edificando um sentido de unidade no seio do movimento internacional, pelo resgate do mito fundador e o carácter do seu *founding father* Benenson (optando o movimento por não destacar outras figuras igualmente marcantes) e pelo uso criativo do logótipo da AI e das cores, na afirmação de uma identificação global. A memória é instrumentalizada no decorrer do ano de celebrações, ao nível da AI Portugal e das celebrações internacionais do “Amnesty @50”. A programação dos diferentes momentos, presta os necessários elogios à organização, enfatizando as batalhas vencidas e sucessos alcançados, projectando os valores que se pretendem universais para as suas pessoas e uma imagem de credibilidade e valor inabaláveis (mesmo em altura de crise) para o mundo exterior, distinguindo-a das restantes ONG que proliferaram nas últimas décadas.

A AI, através da análise do diálogo a dois tempos entre o passado e o presente da organização, é ainda reconhecida como organização de sucesso pelos entrevistados, mesmo em caso de desilusão confessada, capacitador do indivíduo que procura um palco de intervenção privilegiado, na ausência ou fragilização das estruturas tradicionais do Estado-Nação, neste mundo liquidificado (Bauman, 2007). A ligação ao passado pretende legitimar a ação no presente e futuro dos membros desta “comunidade imaginada” (Anderson, 1983).

Chegado ao momento de ponderação final sobre o trajeto percorrido até aqui, começamos por declarar, em sentido de autocrítica, a dificuldade do exercício de distanciamento do objecto de investigação e o abandono de um discurso positivista, marcado por anos de formação jurídica profissional e académica. Procurámos, ingenuamente, talvez, apreender em dois anos os conceitos, as terminologias e as perspectivas da disciplina antropológica e, dependência de uma porosidade

interdisciplinar que possibilita esta interpenetração de conhecimentos, criar um discurso amplo e abrangente entre o direito e a antropologia.

É também inevitável o desejo de mais tempo (e mais espaço) para reflectir sobre questões pendentes que foram surgindo ao longo desta investigação. Destacamos a reflexão sobre a imagem organizacional, seja pela utilização do logótipo da organização, o uso da cor ou pela criação e uso de cartazes em campanhas, que nos surpreendeu pela sua diversidade durante a investigação, bem como a análise mais extensa sobre os anúncios, folhetos e panfletos produzidos para a AI. A importância de certos documentos, como a carta de Mandela dirigida à AI em 1962, as diversas petições e *dossiers* de prisioneiros ou os relatórios anuais da organização, compreendem em si material para uma nova investigação, a que acrescem todos os recortes de jornais recolhidos onde múltiplas vozes manifestam as suas opiniões sobre a Amnistia Internacional.

No percurso feito, fomos desbravando a possibilidade de novos caminhos a retomar no futuro, numa outra reflexão sobre a organização, que se identifica como a maior organização de Direitos Humanos do Mundo.

## **FONTES**

### **1. Orais**

A partir de um pequeno inquérito inicial, que estabeleceu a base da conversação mantida com os entrevistados, recolhemos com este trabalho:

- Histórias de vida.
- Respostas a inquérito, em contexto de conversa informal.
- Relatos sobre assuntos específicos (ligação à AI, o papel do artigo “The forgotten prisoners”, momentos de ativismo relevantes, campanhas marcantes, olhares sobre o passado).

### **2. Impressas e Bibliografia**

Incluímos aqui fontes de origem diversa, como obras teóricas, metodológicas, de ordem geral ou cuja especificidade temática se revelou importante para a concretização desta investigação.

Apresentamos em alínea à parte as publicações da Amnistia Internacional consultadas, incluindo folhetos, boletins e cadernos de estilo, e outra alínea para os recortes de imprensa relevantes.

## BIBLIOGRAFIA

ABÉLÈS, Marc (2006) in "Globalization, Power and Survival: an Anthropological Perspective" in *Anthropological Quarterly*, vol.79, 3, Ecole des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris, LAIOS (Laboratoire d'anthropologie des institutions et des organisations sociales), IIAC (Institut interdisciplinaire d'anthropologie du contemporain) EHESS/CNRS.

ANDERSON, Benedict (1983) "Imagined Communities: Reflections on the Origin and the Spread of Nationalism", Londres: Verso.

APPADURAI, Arjun (1996) "Modernity at Large - Cultural Dimensions of Globalization", Public Worlds, Vol. 1, University of Minnesota Press.

APPADURAI, Arjun (novembro, 1997) "Soberania sem territorialidade: notas para uma geografia pós-nacional", *Revista Novos Estudos do CEBRAP*, n.º 49.

ART, Robert J. (Autumn, 1998) "Creating a Disaster: NATO's Open Door Policy", *Political Science Quarterly*, Vol. 113, n.º 3.

BAUMAN, Zygmunt (2007) "Tempos Líquidos", Jorge Zahar Editor.

BARROS, Lilian Ried Miller (2006) "A cor no processo criativo: um estudo sobre a Bauhaus e a teoria de Goethe", Editora Senac São Paulo.

BENENSON, Peter (1961) "Persecution 1961", Penguin Books.

BENJAMIN, Walter (1992) "Sobre a Arte, Técnica Linguagem e Política", Lisboa, Relógio de Água.

BESSET, Jean-Paul (1991) "Amnesty International – La conspiration de l'espoir. Trente ans au service des Droits de l'Homme", Éditions du Félin.

BUCHANAN, Tom (2002) "'The Truth will set you free': The Making of Amnesty International", *Journal of Contemporary History*.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes (1998) "Direito Constitucional e Teoria da Constituição", 2ª Edição, Coimbra, Almedina.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes (2002) “O Estado adjectivado e a Teoria da Constituição”.

CASTELLS, Manuel (2007) “A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura, Volume II, O Poder da Identidade”, 2ª Edição, Fundação Calouste Gulbenkian, Serviço de Educação e Bolsas.

CASTORIADIS, Cornélius (1982) “A instituição imaginária da sociedade”, Rio de Janeiro, Paz e Terra.

DINH, Nguyen Quoc, DAILLIER, Patrick, PELLET, Alain (1999) “Direito Internacional Público”, Fundação Calouste Gulbenkian.

DUKERICH Janet M., DUTTON, Jane E. e HARQUAIL, Celia V. (junho, 1994) “Organizational images and member identification”, *Administrative Science Quarterly*, 39.2, Cornell University, Johnson Graduate School.

EDELMAN, Marc (1999) “Peasants against Globalization: Rural Social Movements in Costa Rica”, Stanford University Press.

EDWARDS, George E. (2009) “Attributes of Successful Human Rights Non-Governmental Organizations (NGOs) – Sixty Years After the 1948 Universal Declaration of Human Rights”, *Selected Works of George E. Edwards*.

EDWARDS, M. & HULME, D. (eds.) (1996) “Too Close for Comfort ? The Impact of Official Aid on NGOs”, *World Development*, 24(6).

ENGLE, Karen (2001) “From skepticism to embrace: Human Rights and the American Anthropological Association from 1947-1999”, *Human Rights Quarterly* 23, Johns Hopkins University Press.

FENTRESS, James e WICKHAM, Chris (1992) “Memória Social”, Lisboa.

FERREIRA, Sónia (junho, 2003) “Mulheres de Desaparecidos”, Ed. Ela por Ela.

FISHER, William F. (1997) “Doing Good? The politics and antipolitics of NGO practices”, pp. 439-464, *Annu. Rev. Anthropol.*

GIDDENS, Anthony (1985) “A Contemporary Critique of Historical Materialism, vol. II, The Nation-State and Violence”, Berkeley: University of California Press.

GIDDENS, Anthony (1990) "The consequences of modernity", tradução brasileira "As consequências da modernidade", tradução de Raul Fiker, São Paulo: Editora UNESP, 1991 (Biblioteca básica).

GODINHO, Vitorino Magalhães (outubro, 2011) "Problematizar a Sociedade", Quetzal Editores.

GYIMAH-BOADI, Emmanuel (2001) "Sociedade Civil e Desenvolvimento Democrático em África" (n.º 8), in Fundação Calouste Glubenkian, "Globalização, Desenvolvimento e Equidade", Publicações Dom Quixote.

GODINHO, Paula (1998) "Memórias da resistência rural no sul: Couço (1958-1962)", Dissertação de Doutoramento em Antropologia, Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Departamento de Antropologia.

GODINHO, Paula (2000) "A Celebração como Mecanismo de Reiteração de uma Cultura Resistente: o caso do Couço (1958-1962)", Etnográfica, Vol. IV (1).

HALBWACHS, Maurice (1992) "On collective memory", translated from *Les cadres sociaux de la mémoire*, Presses Universitaires de France, Paris 1952, The University of Chicago Press.

HALL, Stuart (2006) "A identidade cultural na pós-modernidade", Rio de Janeiro: DP&A editora.

HANNERZ, Ulf (1997) "Fluxos, Fronteiras, Híbridos: Palavras-Chave da Antropologia Transnacional", Mana, vol. 3, n.º 1, Rio de Janeiro.

HARVEY, David (1990) "The Condition of Postmodernity An Enquiry into the Origins of Cultural Change", Blackwell Publishers.

HAYDEN, Robert M. (2002) "Imagined Communities and Real Victims: Self-Determination and Ethnic Cleansing in Yugoslavia.

HOBSBAWM, Eric e RANGER, Terence (1983) "The invention of tradition", University Press, Cambridge.

LARSEN, Egon (1979) "Une flamme derrière des barbelés. Histoire d'Amnesty International", Opera Mundi et Editions Albin Michel, Paris.

LODGE, Bert (2005) ""Parte", said the frontier guard", New Statesman, Vol. 134 Issue 4730, Black and White Photograph.

LOMNITZ, Claudio (1994) "Decadence in Times of Globalization", Cultural Anthropology, v. 9. n. 2.

LOWENTHAL, D. (1985) "The Past is a Foreign Country", Cambridge, CUP.

MARX, Karl (1975) [1869] "18 Brumário de Louis Bonaparte", Coimbra, Centelha.

MARX, K. y ENGELS, F. (1973) "A ideologia alemã", Moscovo, Progresso, Col. K. Marx e F. Engels, Obras Escolhidas.

MASCARENHAS-KEYS, Stella, "Understanding the working environment: notes towards a rapid organizational analysis", in GELLNER, David N. and HIRSCH, Eric (2001) "Inside organizations – Anthropologists at work", Berg.

MERCER, K. (1990) 'Welcome to the jungle: identity and diversity in post-modern politics', in J.Rutherford (ed.) Identity: Community, Culture and Difference, London: Lawrence and Wishart.

MERRY, Sally Engle (1992) "Anthropology, Law and Transnational Processes", Annu. Rev. Anthropol., Annual Reviews Inc.

NORA, Pierre (1989) "Between Memory and History: Les Lieux de Mémoire", Representations 26.

PEDROSA, Israel (2009) "Da cor à cor inexistente", 10 ed, Rio de Janeiro, Senac Nacional.

PINHO, J. B. (1996) "O poder das marcas", Summus Editorial.

PLATÃO (2001) "A República", 9ª Edição, Fundação Calouste Glubenkian.

POWER, Jonathan (1981) "Amnesty International, the human rights story", McGraw-Hill Co-publication, Pergamon Press.

POWER, Jonathan (2001) "Like water on stone – The story of Amnesty International", Allen Lane, The Penguin Press.

RILES, Annelise (2006) "Anthropology, Human Rights and Legal Knowledge: Culture in the Iron Cage", Cornell Law School, Research Paper n.º 05-032.

SAID, Edward W. (1993) "Cultura e Imperialismo", Companhia das Letras, São Paulo.

SANTOS, Boaventura de Sousa (1997) "Por uma concepção multicultural de direitos humanos", Revista Crítica de Ciências Sociais, 48.

SANTOS, Boaventura de Sousa (Agosto 2002) "Os processos de globalização", Revista Crítica de Ciências Sociais, 48.

SANTAELLA, Lucia (2005) "Matrizes da linguagem e pensamento: sonora, visual, verbal", Editora Iluminuras Ltda., 3ª ed., São Paulo.

SCHWARTZMAN, Helen B. (1993) "Ethnography in Organizations", Qualitative Research Methods Series 27, Sage University Paper.

SILVA, Augusto Santos (1988) "Produto Nacional Vivo: uma cultura para o Desenvolvimento" (n.º 11), Atitudes Valores Culturais e Desenvolvimento, Cadernos Sedes, Lisboa.

SILVA, Helenice Rodrigues da (2002) ""Rememoração"/Comemoração: As Utilizações Sociais da Memória", Revista Brasileira de História, año/vol. 22, número 044, Associação Nacional de História, São Paulo, Brasil.

SOROS, George (Fevereiro 1997) "The Capitalist Threat", The Atlantic Monthly. New York.

WRIGHT, Susan (1994) ""Culture" in anthropology and organizational studies", Anthropology of Organizations, Routledge.

#### **a) Publicações da Amnistia Internacional.**

Amnesty (International Movement for freedom of opinion and religion) (1962) "First Annual Report 1961-1962", Mitre Court Buildings, Temple, London E.C..

Amnesty International (1972) "Amnesty International Style Sheet".



Amnesty International (1986) “Voices for freedom: an Amnesty International anthology”, Amnesty International Publications.

Amnesty International, Amnesty (June/July, 1986) “Man of Vision”.

Amnesty International (2007) “Make more impact: Global Identity Toolkit”.

Amnesty International (2011) “50 years Amnesty International – Peter Benenson” (act300142011en), AI Intranet.

Amnistia Internacional Portugal, “Prisioneiros Esquecidos” (traduzido do original “The Forgotten Prisoners”) In: [http://www.amnistia-internacional.pt/index.php?option=com\\_content&view=article&id=679:os-prisioneiros-esquecidos&catid=51:aiat50&Itemid=116](http://www.amnistia-internacional.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=679:os-prisioneiros-esquecidos&catid=51:aiat50&Itemid=116).

Amnistia Internacional Portugal (2002) “Manual da Amnistia Internacional”, Relgráfica.

Amnistia Internacional Portugal (2004) “Uma conspiração de esperança”, SB Artes Gráficas.

Amnistia Internacional Portugal (2010) “Editorial: O activismo duplica a força (provérbio adaptado), por Lucília-José Justino, Notícias #09 Out./Nov./Dez. 2010, Complementar Lda.

Amnistia Internacional Portugal (2011) “Editorial: Amnistia: 50 anos a não deixar esquecer”, por Lucília-José Justino, Notícias #11 Abril/Maio/Junho 2011, Complementar Lda.

Amnistia Internacional Portugal (2011) “Amnistia Internacional 30 anos”, Complementar, Lda.

Amnistia Internacional Portugal (2011) “Amnistia Internacional, Kit boas vindas”, Lisboa.

Amnistia Internacional Portugal (2012) “Relatório de Actividades de 2011”.

Amnistia Internacional Portugal (2012) “Inquérito de satisfação” e análise dos resultados.

Câmara Municipal de Lisboa e Comissão Municipal de Toponímia (2011), “Amnistia Internacional”, Lisboa.

Comissão Portuguesa Pró-Amnistia Internacional (maio 1981) Comunicado à Imprensa n.º 6/81 “Amnistia Internacional vai ter secção em Portugal”.

Comissão Portuguesa Pró-Amnistia Internacional (maio 1981) “Apelo Pro Amnistia 1981”.

Companhia das Ideias (2010), “Sinopse: Documentário AI 30 anos em Portugal, 50 contra a opressão, duração 55m. | estreia maio 2011 | RTP2”, Lisboa.

Convite à recriação do brinde pelo 50º aniversário da AI (2011) (2011) In: [http://www.amnistia-internacional.pt/index.php?option=com\\_content&view=article&id=544:brindeenvieasfoto&catid=51:aiat50&Itemid=116](http://www.amnistia-internacional.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=544:brindeenvieasfoto&catid=51:aiat50&Itemid=116).

Documentário “Amnistia Internacional: 30 anos em Portugal, 50 contra a opressão” (2011) In: [http://www.amnistia-internacional.pt/index.php?option=com\\_content&view=article&id=572&Itemid=117](http://www.amnistia-internacional.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=572&Itemid=117).

Exposição “Change this World! 50 years of posters for Amnesty International 1961-2011” In: <http://www.amnesty.org/en/library/asset/ACT30/067/2011/en/b63a504d-932a-4977-8430-c3695f694023/act300672011en.pdf>.

Galeria das Acções Globais pelo 50º aniversário da AI (2011) In: <http://www.flickr.com/groups/shine-a-light/pool/>.

Human Rights Educators’ Network da Amnistia Internacional EUA, Human Rights USA e Stanley Foundation (1998) “DIREITOS HUMANOS AQUI E AGORA - Uma contribuição para a Década das Nações Unidas para a Educação dos Direitos Humanos, 1995-2004”, EUA.

NOGUEIRA, Victor (10 dezembro 2011) “50 anos de Activismo: Lições e Inquietações”, ENAI.

## **b) Recortes de Imprensa**

AGUIAR, João (29 maio 1981) “Amnistia Internacional instala-se em Lisboa”.

Correio de Coimbra (03 junho 1985) “Amnistia Internacional criticada por países que condena”.

Diário de Lisboa (26 maio 1981) “Criada a Secção Portuguesa da Amnistia Internacional”.

Diário de Lisboa (30 maio 1981) Fotografia da visita do secretário-geral da Amnistia Internacional, Thomas Hammarberg, à Assembleia da República com Ramalho Eanes.

Diário de Lisboa (11 abril 1985) “Uma organização ‘incómoda’ chamada Amnistia Internacional”.

Grande Reportagem (janeiro 2003) “Victor Nogueira: Uma Conspiração da esperança”.

Organização Portuguesa de Recortes de Imprensa, Lda., Diário de Notícias (26 junho 1985) “Acusa Amnistia Internacional: Mortas em Timor 200 mil pessoas” e “Amnistia publicou relatório sobre Timor-Leste”

Sábado (21 janeiro 1989) “Comunista, Satânica ou voz da CIA?”.

## **ANEXOS**

### **Guião de Entrevista**

#### **Personalidades na Origem da Amnistia Internacional**

1. Peter Benenson.
2. Eric Baker.
3. Martin Ennals.
4. Sean MacBride e Martin Ennals.

#### **Símbolos**

5. Primeiro logótipo da AI, versão Diana Redhouse.
6. Logótipo da AI Portugal, versão Mário Vaz.
7. Logótipo AI Israel.
8. Logótipo Campanha Contra a Tortura.

#### **Celebrações**

9. Comemorações do 25º aniversário da AI e do 5º aniversário da AI Portugal (1986).
10. Comemorações do 30º aniversário da AI Portugal – Edmundo Pedro, Victor Nogueira e Aurora Rodrigues (Fábrica Braço de Prata, Lisboa, 2011).
11. Comemorações do 50º aniversário da AI (sede da Operação Nariz Vermelho, Lisboa, 2011).
12. Apresentação por Ana Monteiro da publicação “Amnistia Internacional 30 anos”, por ocasião da celebração dos 50 anos da AI (sede da Operação Nariz Vermelho, Lisboa, 2011).
13. Recriação do brinde fundacional (Fórum de Presidentes da AI, Londres, 2011).
14. Ação “*Shine a Light*” no Encontro Nacional de Activistas da AI – ENAI, por ocasião dos 50 anos da AI (Largo de Camões, 2011).

#### **Documentos Relevantes**

15. The Observer, 28 de maio de 1961.
16. Publicação da constituição da AI Portugal na III série, n.º 239, do Diário da República de 17 de outubro de 1981.
17. *Dossier* de Prisioneiro.
18. Petição pela abolição da tortura (1973).

#### **Folhetos**

19. Primeiro folheto de apresentação da AI Portugal (1981).
20. Folheto “Programa de 14 pontos para a prevenção dos ‘desaparecidos’” (dezembro 1992).

#### **Anúncios**

21. Desaparecimentos Extrajudiciais (1994).
22. Controlar as Armas, AI-OXFAM-IANSA (2003).
23. Campanha por ocasião dos 50 anos da AI / 30 anos da AI Portugal (2011).

#### **Recortes de Imprensa**

24. Correio de Coimbra (junho 1985).
25. Diário de Lisboa (abril 1985).
26. Sábado (janeiro, 1989).
27. Jornal de Notícias (abril 1985).
28. Diário de Notícias (junho, 1985).
29. Público (Dezembro, 1991).

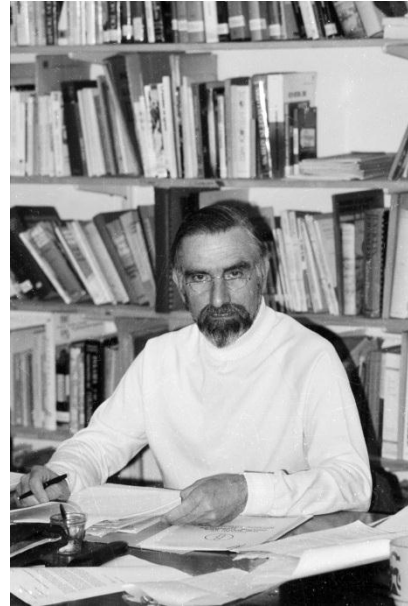
- **Guião de Entrevista.**

- Nome, idade, local de nascimento, envolvimento familiar e social (origem geográfica e social da família, locais onde viveu, religiosidade), estudos, infância e juventude, sociabilidades (pertença a associações, cooperativas, grupos de teatro, frequência de determinado café, local de trabalho), diversões e desportos, relações.
- Percurso até à entrada na AI (contactos na escola, local de trabalho, associações, etc.), predisposições (contacto familiar, rede de amigos, contacto com figura carismática), razões que encontra para esse percurso (porquê a AI?)
- Outras organizações.
- O papel da leitura de jornais e livros (o que lia, como escolhia, quem aconselhava, onde ia buscar, leituras marcantes); discussão em torno da leitura (onde, com quem, em que ocasiões), publicações da organização que leu, divulgou e/ou produziu (“The forgotten prisoners”?)
- O que discutia e com quem (rede familiar e de amigos, escola, emprego).
- Momentos de activismo determinantes.
- Contactos na organização, actividades, organismos.
- Campanhas em que esteve envolvido.
- Objectivos, meios, indivíduos envolvidos, liderança, estrutura organizativa, sucesso ou fracasso
- Cronologia dos momentos marcantes
- Para cada momento:
  - Altura do ano em que ocorre
  - Locais
  - Objectivos
  - Meios e métodos
  - Vitórias e derrotas.
  - Mudanças que precedem cada movimento (mandato da AI, papel SI).
- Razões para a saída, tempos seguintes.
- Olhar actual sobre esse passado, razões para o encontro periódico com o resto do grupo.

- **Personalidades na origem da Amnistia Internacional.**



1. Peter Benenson.



2. Eric Baker.

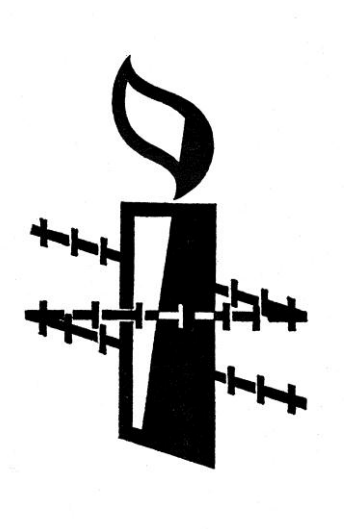


3. Martin Ennals.

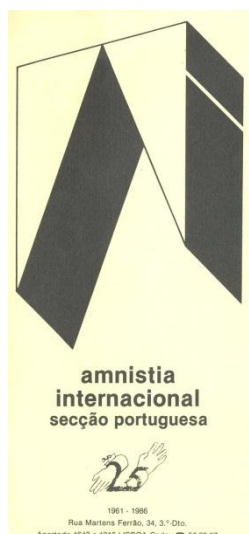


4. Sean MacBride e Martin Ennals.

- Símbolos da Amnistia Internacional



5. Primeiro logótipo da AI, versão Diana Redhouse.



6. Logótipo da AI Portugal, versão Mário Vaz.



7. Logótipo AI Israel.



8. Logótipo Campanha Contra a Tortura.

- Celebrações



9. Comemorações do 25º aniversário da AI e do 5º aniversário da AI Portugal (1986).



10. Comemorações do 30º aniversário da AI Portugal – Edmundo Pedro, Victor Nogueira e Aurora Rodrigues (Fábrica Braço de Prata, Lisboa, 2011).





11. Comemorações do 50º aniversário da AI (sede da Operação Nariz Vermelho, Lisboa, 2011).



12. Apresentação por Ana Monteiro da publicação “Amnistia Internacional 30 anos”, por ocasião da celebração dos 50 anos da AI (sede da Operação Nariz Vermelho, Lisboa, 2011).



13. Recriação do brinde fundacional (Fórum de Presidentes da AI, Londres, 2011).



14. Ação “Shine a Light” no Encontro Nacional de Activistas da AI – ENAI, por ocasião dos 50 anos da AI (Largo de Camões, 2011).



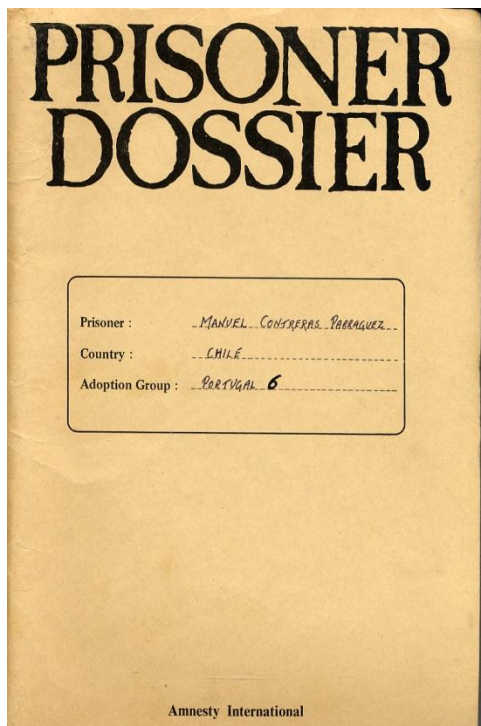
- Documentos Relevantes



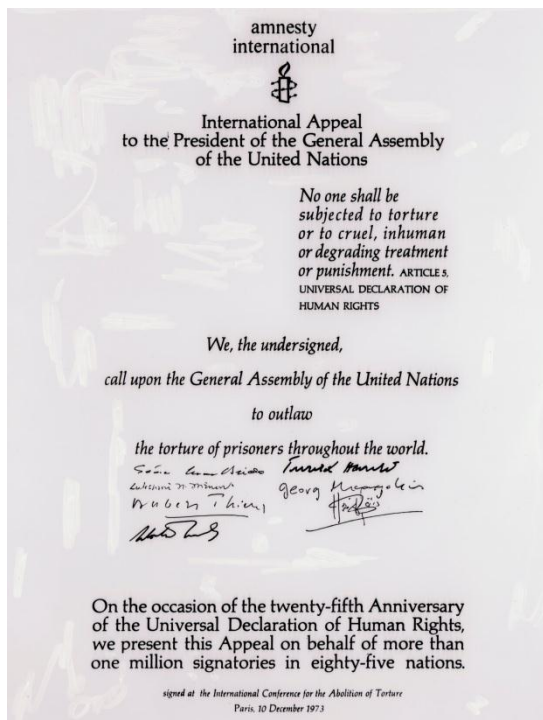
15. The Observer, 28 de maio de 1961.



16. Publicação da constituição da AI Portugal na III série, n.º 239, do Diário da República de 17 de outubro de 1981.



17. Dossier de Prisioneiro.



18. Petição pela abolição da tortura (1973).

## Folhetos

A AMNISTIA INTERNACIONAL atua com base na Declaração Universal dos Direitos do Homem das Nações Unidas, assim como em outros convénios e tratados internacionais. Através de um trabalho prático em favor dos "presos de consciência", a Amnistia Internacional participa na defesa e protecção dos direitos humanos nas esferas civil, política, económica, social e cultural.

A AMNISTIA INTERNACIONAL conta com mais de 2000 grupos de adopção de presos em países da África, Américas, Ásia, Europa, Oceania e Médio Oriente. A informação sobre os presos e as violações dos direitos humanos emana do Departamento de Investigação da Amnistia Internacional, em Londres.

A AMNISTIA INTERNACIONAL tem categoria consultiva nas Nações Unidas (ECOSOC), UNESCO e Conselho da Europa, mantém relações de trabalho com a Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização de Estados Americanos e é membro do Comité Coordenador do Gabinete para o Alojamento e Educação dos Refugiados Africanos da Organização de Unidade Africana.

A AMNISTIA INTERNACIONAL é financiada através de subscrições e doações dos seus filiados em todo o mundo. Como salvaguarda da independência da Organização todas as contribuições são estritamente controladas por directores do Conselho Internacional da Amnistia Internacional, publicando-se anualmente um relatório financeiro relativo aos rendimentos e despesas da organização.

A AMNISTIA INTERNACIONAL é dirigida por um Conselho Internacional que se reúne uma vez por ano. O Conselho é constituído por representantes das secções nacionais da Amnistia Internacional e por membros da Comissão Executiva Internacional. Esta Comissão é responsável pela implementação das decisões do Conselho pelo Secretariado Internacional em Londres.

## AMNISTIA INTERNACIONAL

A LIBERDADE DE OPINIÃO NÃO SE PARTILHA. ESTA LIBERDADE, QUE TANTO ESTIMAMOS, NÃO NOS PERTENCE. CADA VEZ QUE, PELO NOSSO SILÊNCIO, ACEITAMOS QUE ELA SEJA VIOLADA, É A NOSSA PRÓPRIA LIBERDADE QUE FICA EM CAUSA.

A AMNISTIA INTERNACIONAL

Propõe-lhe agir concretamente e sem excepção pela libertação dos prisioneiros de opinião, para que todo o acusado tenha direito a ser julgado por um tribunal imparcial, pela abolição da tortura e de todo o tratamento cruel, desumano ou degradante, e pela abolição da pena de morte, em todas as circunstâncias, sem reserva e em todo o mundo.

Para os membros da AMNISTIA INTERNACIONAL não são as ideias que contam, mas os homens subjugados, oprimidos, torturados, prisioneiros, assassinados pelas suas ideias. Cada membro da AMNISTIA INTERNACIONAL deve poder dizer, como Voltaire: "Não estou de acordo com aquilo que dizeis, mas bater-me-ei até ao fim para que o possais dizer".

Concordando com a acção da AMNISTIA INTERNACIONAL, é meu desejo:

- Contribuir financeiramente, e de outros modos, como simpatizante ☐
- Ser sócio da A.I. — Secção Portuguesa ☐
- Vir a integrar um dos seus grupos de adopção ☐

Junto cheque de Esc. \_\_\_\_\_ Banco \_\_\_\_\_

Nome \_\_\_\_\_

Morada \_\_\_\_\_

Contribuição anual: Normal (600\$) ☐; Estudantes, desempregados, pensionistas, etc. (300\$) ☐; de Apoio (1.000\$ ou superior) ☐.

## 19. Primeiro folheto de apresentação da AI Portugal (1981).

**A** Nações Unidas têm condenado os "desaparecimentos" como uma grave violação dos Direitos Humanos e um delito que a sua própria existência é de natureza de um crime contra a humanidade. No entanto milhares de pessoas "desaparecem" cada ano, por todo o mundo. É necessária uma acção urgente para libertar aos "desaparecidos", clarificar a sorte dos "desaparecidos", e levar os responsáveis perante a justiça.

A Amnistia Internacional pede a todos os governos para implementar o **Programa 14 Pontos para a Prevenção dos "Desaparecimentos"** e corrigir as pessoas e organizações preocupadas com esta questão a aderir à sua promoção. A Amnistia Internacional acredita que a implementação destas medidas é uma indicação positiva do respeito de um governo aos princípios dos "desaparecimentos" e em que para a sua erradicação em todo o mundo.

**AMNISTIA INTERNACIONAL**  
SECÇÃO PORTUGUESA  
Rua da Gualfaria, 105, 1.º Piso  
1000 LISBOA  
Tel. (01) 350 15 52  
Fax. (01) 346 17 62

**AMNISTIA INTERNACIONAL**  
SECÇÃO BRASILEIRA  
Rua Verney Legrand, 813  
Centro Inter. CEP 04513-102  
S. PAULO  
Tel. (11) 542 88 19  
Fax. (11) 542 25 07 12

**AMNISTIA INTERNACIONAL**  
INTERNATIONAL SECRETARIAT  
London House  
LONDON WC1E 8BT  
UNITED KINGDOM

**PROGRAMA DE 14 PONTOS PARA A PREVENÇÃO DOS "DESAPARECIMENTOS"**

**Condições Gerais**

A Amnistia Internacional pede a todos os governos para implementar o Programa 14 Pontos para a Prevenção dos "Desaparecimentos" e corrigir as pessoas e organizações preocupadas com esta questão a aderir à sua promoção. A Amnistia Internacional acredita que a implementação destas medidas é uma indicação positiva do respeito de um governo aos princípios dos "desaparecimentos" e em que para a sua erradicação em todo o mundo.

**Amnistia Internacional**

A Amnistia Internacional atua com base na Declaração Universal dos Direitos do Homem das Nações Unidas, assim como em outros convénios e tratados internacionais. Através de um trabalho prático em favor dos "presos de consciência", a Amnistia Internacional participa na defesa e protecção dos direitos humanos nas esferas civil, política, económica, social e cultural.

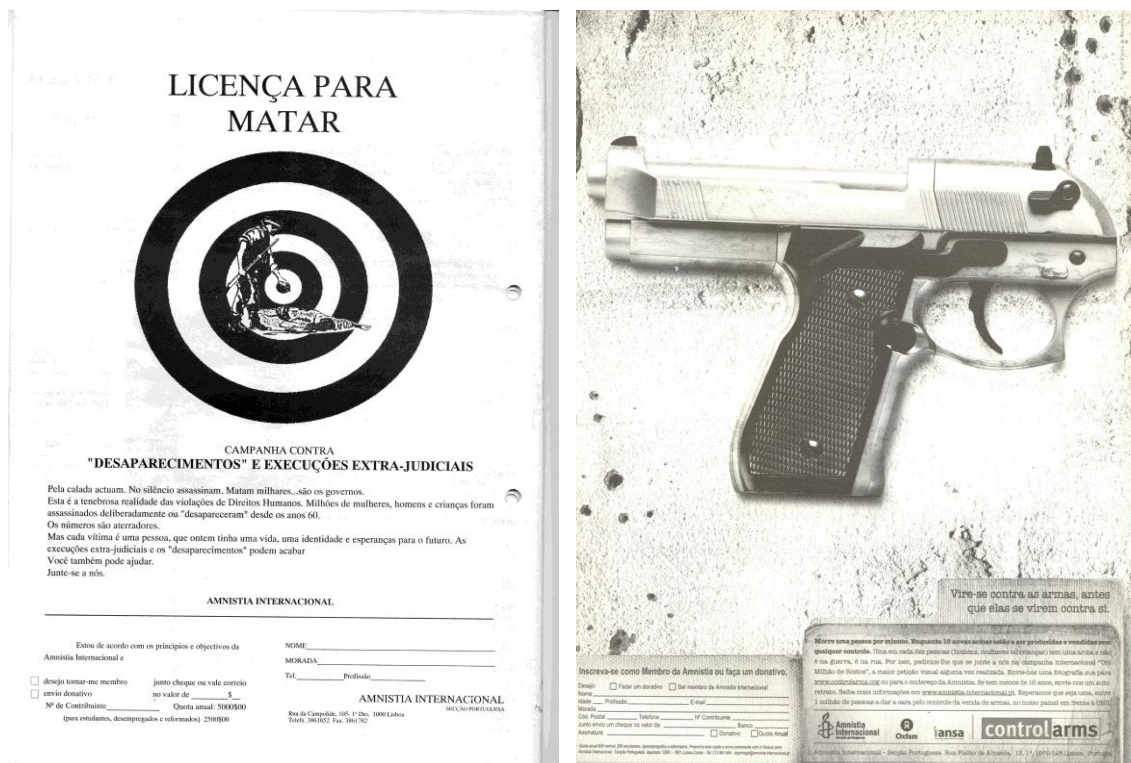
**Programa de 14 Pontos para a Prevenção dos "Desaparecimentos"**

1. Os governos devem assegurar a completa implementação das medidas dadas e de outros instrumentos internacionais, incluindo a Declaração das Nações Unidas sobre a Protecção de Todos os Pessoas Suspeitas de Desaparecimentos Forçados, e o compromisso das recomendações das agências intergovernamentais sobre direitos humanos.
2. Os governos devem assegurar que todos os indivíduos que são presos ou detidos tenham acesso a um advogado e a um juiz imparcial e independente para que possam exercer os seus direitos legais e os seus direitos humanos.
3. Os governos devem assegurar que todos os indivíduos que são presos ou detidos tenham acesso a um advogado e a um juiz imparcial e independente para que possam exercer os seus direitos legais e os seus direitos humanos.
4. Os governos devem assegurar que todos os indivíduos que são presos ou detidos tenham acesso a um advogado e a um juiz imparcial e independente para que possam exercer os seus direitos legais e os seus direitos humanos.
5. Os governos devem assegurar que todos os indivíduos que são presos ou detidos tenham acesso a um advogado e a um juiz imparcial e independente para que possam exercer os seus direitos legais e os seus direitos humanos.
6. Os governos devem assegurar que todos os indivíduos que são presos ou detidos tenham acesso a um advogado e a um juiz imparcial e independente para que possam exercer os seus direitos legais e os seus direitos humanos.
7. Os governos devem assegurar que todos os indivíduos que são presos ou detidos tenham acesso a um advogado e a um juiz imparcial e independente para que possam exercer os seus direitos legais e os seus direitos humanos.
8. Os governos devem assegurar que todos os indivíduos que são presos ou detidos tenham acesso a um advogado e a um juiz imparcial e independente para que possam exercer os seus direitos legais e os seus direitos humanos.
9. Os governos devem assegurar que todos os indivíduos que são presos ou detidos tenham acesso a um advogado e a um juiz imparcial e independente para que possam exercer os seus direitos legais e os seus direitos humanos.
10. Os governos devem assegurar que todos os indivíduos que são presos ou detidos tenham acesso a um advogado e a um juiz imparcial e independente para que possam exercer os seus direitos legais e os seus direitos humanos.
11. Os governos devem assegurar que todos os indivíduos que são presos ou detidos tenham acesso a um advogado e a um juiz imparcial e independente para que possam exercer os seus direitos legais e os seus direitos humanos.
12. Os governos devem assegurar que todos os indivíduos que são presos ou detidos tenham acesso a um advogado e a um juiz imparcial e independente para que possam exercer os seus direitos legais e os seus direitos humanos.
13. Os governos devem assegurar que todos os indivíduos que são presos ou detidos tenham acesso a um advogado e a um juiz imparcial e independente para que possam exercer os seus direitos legais e os seus direitos humanos.
14. Os governos devem assegurar que todos os indivíduos que são presos ou detidos tenham acesso a um advogado e a um juiz imparcial e independente para que possam exercer os seus direitos legais e os seus direitos humanos.

## 20. Folheto "Programa de 14 pontos para a prevenção dos 'desaparecidos'" (dezembro 1992).



- Anúncios



21. Desaparecimentos Extrajudiciais (1994).

22. Controlar as Armas, AI-OXFAM-IANSA (2003).



23. Campanha por ocasião dos 50 anos da AI / 30 anos da AI Portugal (2011).

## • Recortes de Imprensa

**Amnistia Internacional**

### Criticada por países que condena

A Amnistia Internacional publica ontem, em Londres, um número contendo de críticas feitas à organização, em que se acusam de parcialidade política, de desobediência às leis nacionais e de ser uma organização criada por países da CIA ou do KGB.

A publicação tem por finalidade ilustrar as dificuldades que esta organização de defesa dos direitos do homem enfrenta para poder obter a libertação de presos políticos e denunciar a tortura ou as execuções.

A revista de imprensa, tão especial, comporta as acusações lançadas pelos meios oficiais ou não, dos governos e dos países responsáveis da situação de guerra civil em países da África, da Europa e da América, dos países de Leste e do Médio Oriente.

A Amnistia Internacional apresenta-se na capa da brochura, como um diabo que distribui a sua mensagem, difamando, calunias e mentiras.

Ficava, assim a saber, que a Amnistia Internacional foi acusada de exercer chantagem sobre mais de cem nações, pelo ex-ditador agnóstico Idi Amin Dada. O «Kahle News Times» descreve-a como «um veículo da ideologia do imperialismo americano».

**Símbolo da Amnistia Internacional**

**ACUSACOES**

Para o governo da Guatemala, a organização não temo procura dissimular o seu carácter profundamente pró-soviético, propagandista contra a União Soviética.

Para a revista mexicana «Elbo», a organização não passa dum novo veículo da organização das juventudes hilerianas, de sinistra memória.

O departamento sul-africano da informação num documento de 76 páginas, de 1978, denuncia a «comprometida ideologia marxista» que a Amnistia Internacional utiliza, a fim de «promover o terrorismo».

O «Kahle News Times», por seu lado, considera a organização um dos lacais com poderes salubres que trata de sustentar a República Islâmica de Irão.

## Uma organização "incómoda" chamada Amnistia Internacional

Fundada em 1981, a secção portuguesa da Amnistia Internacional (AI) conta hoje com 654 elementos, os quais estarão este fim-de-semana reunidos em Colares, naquele que é o primeiro encontro nacional da secção. A pena de morte, a tortura e a libertação dos prisioneiros de consciência em todo o mundo são alguns dos assuntos que aí serão abordados, bem como aspectos internos da própria organização. Do encontro sairão também as contribuições portuguesas a apresentar no dia 26 de Agosto, na Finlândia, no encontro mundial da AI.

Existem actualmente, em Portugal, oito grupos locais da AI, os quais se ocupam de casos individuais de presos de consciência no Gabão, Uruguai, Zaire, Síria, União Soviética, Jugoslávia, Indonésia, Chipre e China e de um caso de um grupo de estudantes presos na Coreia do Sul. Todo o trabalho da secção portuguesa é voluntário, geralmente feito fora das horas de trabalho, não há funcionários a tempo inteiro, somente uma secretária part-time. Porém, e segundo disseram os seus responsáveis à NP, a próxima melhoria da situação financeira, principalmente conseguida com o au-

mento de sócios, permitirá em breve a contratação de um funcionário.

A Amnistia Internacional é financiada pelas quotas dos sócios que, em Portugal, são de 1200 escudos anuais, metade para estudantes ou desempregados. Procura, além disso, angariar fundos através de vendas de autocollantes, camisolas, etc. O movimento promove também ações monetárias através de cartas-afetos enviadas a duas mil personalidades, mas há um limite máximo em cada país para os doativos (em Portugal é de cem contos). E, por outro lado, também recebe au-

vilhões monetários e materiais de entidades governamentais ou partidárias.

A secção portuguesa, segundo indicou José Manuel Cabral, membro da sua comissão directiva, recebe ainda fundos do secretariado internacional de Londres. No entanto, o seu objetivo é o de ser totalmente emancipada na data do seu quinto aniversário.

Um dos métodos de acção usados pela Amnistia Internacional para acudir a casos urgentes de violação de direitos humanos é a chamada «acção urgente», através da qual são mandados de todo o mundo milhares de cartas e telegramas de apelo para as entidades ligadas ou responsáveis pelo caso em questão. Uma das últimas acções deste tipo, desencadeada pela secção portuguesa da Amnistia, relacionou-se com o caso do boquiasta angolano Fraga, para o qual tinha sido pedida a pena de morte.

Criada em 1961, a Amnistia Internacional é um movimento mundial independente dos

governos, facções políticas, ideologias, interesses económicos e credos religiosos. Através da alerta à opinião pública, procura obter a libertação de todos os homens e mulheres detidos por causa das suas opiniões, raça, sexo, cor, origem étnica, língua ou religião, desde que eles não tenham usado ou instigado a violência.

Nos últimos anos, a acção da AI tem sido reconhecida a nível internacional e os seus relatórios amplamente divulgados pela imprensa internacional. A AI tem ligas formais com as Nações Unidas, a UNESCO, o Conselho da Europa, a Organização dos Estados Americanos e a Organização de Unidade Africana.

A organização recebeu o Prémio Nobel da Paz em 1977 e o seu primeiro presidente do Comité Executivo Internacional, o barão Sean McBride, foi igualmente laureado a título individual em 1974.

24. Correio de Coimbra (junho 1985).

25. Diário de Lisboa (abril 1985).

## Comunista, Satânica ou voz da CIA?

Poucas organizações provocam sentimentos tão contraditórios quanto de inúmeros governos como a Amnistia Internacional. Apesar de galardoado com o Nobel da Paz, o seu trabalho continua a ser fortemente atacado pelas autoridades a quem aponta o dedo acusador. "As críticas provam que os governos estão a levar a Amnistia a sério", afirma Richard Roach, do departamento de Imprensa e Publicações da organização, acrescentando: "As vezes, há governos que denunciam publicamente a AI, para consumo interno, enquanto os seus embaixadores recebem instruções para dialogar conosco sobre as acusações que lhes são feitas".

Seja como for, algumas referências não deixam de ser elucidativas da forma como a organização é vista um pouco por todo o Mundo.

O relatório sobre Portugal é excelente, mas é absurdo focar-se a RDA porque não há presos políticos na RDA.

"Berliner Zeitung", RDA, 1966

Amnistia Internacional, cuja sede está em Londres e cujo cérebro se encontra em Moscovo.

"Diário de Notícias", Portugal, 1972

A Amnistia Internacional exerce chantagem contra mais de 100 nações... instrumento para a campanha de mentiras perpetradas pelas potências coloniais e imperialistas que a criaram.

Presidente Idi Amin, Uganda, 1975

...Velhas e jovens frustrados...

Procurador-Geral Charles Njonjo, Quénia, 1977

Um dos mais raivosos cães da matilha vermelha treinada pela revolução comunista internacional para se atirar contra as pessoas que detestam o marxismo... A Amnistia Internacional ladra novamente com calúnias e mentiras.

"Réplica", México, 1975

Amnistia Internacional é lixo.

Presidente Sekou Touré, Guiné-Conacri, 1978

De cada vez que a Revolução etíope dá um novo passo em frente... este agente do imperialismo e da reacção faz uma debil tentativa oriunda da paranoia do imperialismo internacional.

Embaixada da Etiópia, Londres, 1978

Todos os lacaios das potências satânicas como a Amnistia Internacional... estão a tentar sufocar a república islâmica.

Ayatollah Khomeini, Irão, 1981

Um informador do imperialismo norte-americano e o seu principal espião da subversão.

"Kahle News Times", Afeganistão, 1981

Um braço da propaganda comunista

Governador de Queensland, Austrália, 1981

A Amnistia Internacional não passa de uma variação da sinistra organização anteriormente chamada "Juventude Hitleriana".

"Hoy", México, 1982

A organização tem uma tendência esquerdista que mina a sua credibilidade.

Chanceler Helmut Schmidt, RFA

Em carta a Jaime Gama

### AMNISTIA INTERNACIONAL PEDE RATIFICAÇÃO DA CONVENÇÃO CONTRA A TORTURA E PENAS CRUÉIS

A secção portuguesa da Amnistia Internacional enviou os seguintes textos às autoridades portuguesas para ratificação da Convenção das Nações Unidas contra a tortura e outras formas de tratamento ou punição desumanos ou degradantes.

Na carta enviada ao presidente da Assembleia da República, Jaime Gama, a Amnistia Internacional pede a ratificação da Convenção das Nações Unidas contra a tortura e outras formas de tratamento ou punição desumanos ou degradantes.

Esta carta foi enviada ao presidente da Assembleia da República, Jaime Gama, a 10 de Junho de 1985.

A Amnistia Internacional pede a ratificação da Convenção das Nações Unidas contra a tortura e outras formas de tratamento ou punição desumanos ou degradantes.

A Amnistia Internacional pede a ratificação da Convenção das Nações Unidas contra a tortura e outras formas de tratamento ou punição desumanos ou degradantes.

64 SÁBADO 21 DE JANEIRO DE 1989

26. Sábado (janeiro 1989).

27. Jornal de Notícias (abril 1985).

**"RECORTE"**

ORGANIZAÇÃO PORTUGUESA DE RECORTES DA IMPRENSA, Lda.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS Lisboa 26. JUL 1985

JORNAL DE FUNDADO Lisboa

**Amnistia publicou relatório sobre Timor-Leste**

• Indonésia responsabilizada por 200 mil mortos

Disseram mil pessoas morreram em Timor-Leste, a organização de defesa dos direitos humanos, a Amnistia Internacional, em 1975, de acordo com o relatório publicado no seu boletim de imprensa.

Este documento, que foi publicado em 1975, afirma que a Indonésia é responsável por 200 mil mortos em Timor-Leste, a organização de defesa dos direitos humanos, a Amnistia Internacional, em 1975, de acordo com o relatório publicado no seu boletim de imprensa.

Este documento, que foi publicado em 1975, afirma que a Indonésia é responsável por 200 mil mortos em Timor-Leste, a organização de defesa dos direitos humanos, a Amnistia Internacional, em 1975, de acordo com o relatório publicado no seu boletim de imprensa.

Este documento, que foi publicado em 1975, afirma que a Indonésia é responsável por 200 mil mortos em Timor-Leste, a organização de defesa dos direitos humanos, a Amnistia Internacional, em 1975, de acordo com o relatório publicado no seu boletim de imprensa.

## Duplicaram os filhados portugueses A crise de crescimento da Amnistia Internacional

UM CONJUNTO DE circunstâncias que, apesar de serem positivas, não permitem a Amnistia Internacional crescer de forma sustentável, segundo o relatório publicado no boletim de imprensa da organização.

De acordo com o relatório, a Amnistia Internacional enfrenta uma crise de crescimento, devido a uma série de factores que, apesar de serem positivos, não permitem a organização crescer de forma sustentável.

Um dos factores que contribui para esta crise é a falta de recursos financeiros, o que dificulta a organização em cumprir as suas actividades.

Outro factor é a falta de pessoal, o que dificulta a organização em cumprir as suas actividades.

Por fim, a falta de apoio político também contribui para esta crise, o que dificulta a organização em cumprir as suas actividades.

Apesar destas dificuldades, a Amnistia Internacional continua a trabalhar para a defesa dos direitos humanos e a promoção da democracia.

A Amnistia Internacional continua a trabalhar para a defesa dos direitos humanos e a promoção da democracia.

A Amnistia Internacional continua a trabalhar para a defesa dos direitos humanos e a promoção da democracia.

A Amnistia Internacional continua a trabalhar para a defesa dos direitos humanos e a promoção da democracia.

28. Diário de Notícias (junho 1985).

29. Público (dezembro 1991).